



CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



Conselho Editorial

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa B. S. Leite

Organizadores

Águida Cristina Santos Almeida
Karla Vanessa B. S. Leite

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico] Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Águida Cristina Santos Almeida (orgs. Do No.) No 4; EDUFCG; Campina Grande; 2019; p 118.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

1. Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Almeida, Águida Cristina Santos; Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. Conjuntura: uma leitura alternativa.

APRESENTAÇÃO

Os alunos, alunas, e professoras que integram o Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE, vinculado ao Curso de Ciências Econômicas, da UFCG, oferecem à comunidade acadêmica e à sociedade civil, mais uma edição da Revista Eletrônica “Conjuntura: uma leitura alternativa”. Nesse caso, trata-se da nona edição da referida revista, parte integrante das atividades do GAACE, que no ano de 2019 está completando 10 anos de existência.

Em reuniões semanais, o GAACE reúne discentes e docentes do Curso de Ciências Econômicas da UFCG, para discutirem e analisarem a conjuntura política, social, e econômica, nacional e internacional, dando contundente contribuição à formação dos futuros e futuras economistas. Por meio das discussões que se desenrolam todas as semanas, os discentes aprendem a aplicar as teorias que estudam ao longo do curso, na compreensão da realidade; ampliam sua compreensão do papel e dos efeitos das políticas públicas no desempenho econômico e social do país; consolidam a compreensão da inerente relação entre política e economia, e dos efeitos dessa relação sobre os destinos das políticas públicas, da economia e da sociedade.

Das discussões semanais, resulta a escrita de dois artigos de conjuntura econômica, também semanais, que são compilados e conformam o conteúdo da presente Revista. Os artigos são escritos pelos alunos e alunas que integram o GAACE, e submetidos à correção e revisão pelas professoras que coordenam o grupo. O GAACE foi criado em 2009, com um forte apoio e contribuição do PET-Economia, que desde o princípio apostou no GAACE, e apontou sua importância à formação dos futuros economistas. Desse modo, desde o princípio, o GAACE constitui-se numa atividade obrigatória do PET.

Nas reuniões semanais, embora as análises e discussões que emergem das notícias sejam bastante densas e complexas, o clima de cordialidade, bom humor, amizade e carinho estão presentes o tempo todo, tornando as reuniões semanais um momento especial de encontro. O clima de amizade e respeito imperam, apesar do profundo sentimento de preocupação e frustração que paira no ambiente, como produto da consciência crítica que vai se construindo ao se descortinar uma conjuntura política,

social e econômica tão hostil e degradante, que vem se aprofundando ao passar do tempo, em nível mundial, mas principalmente no Brasil. Ao mesmo tempo, vai se consolidando a expectativa de que a piora social e econômica seguirá se ampliando, nos próximos anos, e que o Brasil tenderá a perder espaço político e econômico na economia mundial.

Assim, no âmbito do GAACE, a tomada de consciência de uma realidade política, social e econômica que só se degrada ao longo do tempo, corroborando à construção de perspectivas de contínua piora nas condições de vida de parcela crescente do povo brasileiro, resulta ainda no esforço de cada um, em apoiar o grupo, com uma mensagem de esperança, resistência e resiliência.

E é com esse sentimento ambíguo de revolta, preocupação e tristeza, mas ao mesmo tempo, de resistência e esperança, que os/as integrantes do GAACE entregam à Universidade e a sociedade em geral, a contribuição de um ano de intenso trabalho, disciplina e entrega.

Para todos e todas..... UMA BOA LEITURA!!!!

Campina Grande, 17 de novembro de 2019

Águida Cristina Santos Almeida
Professora do Curso de Ciência Econômicas da UFCG
Coordenadora do GAACE



SUMÁRIO

Título do artigo	Escrito no mês de	Pág.
1- A volatilidade do preço da gasolina no Brasil	Abril	08
2- Amazônia: o tesouro brasileiro corre perigo	Maio	10
3- Educação: um tiro no próprio pé	Maio	13
4- Se ninguém gasta, a economia para	Maio	16
5- Setor de automóveis em declínio	Maio	18
6- A ‘guerra’ entre Estados Unidos e Irã	Maio	20
7- Cortes na educação não são cortes superficiais, são cortes profundos na “pele” dos brasileiros	Junho	23
8- Com Brexit, carne e açúcar do Brasil perdem fatia na União Européia	Junho	26
9- Libra, a moeda do facebook	Junho	28
10- A impreterível e preterida reforma	Julho	30
11- G-20: marcas de governos decadentes	Julho	34
12- A agropecuária em detrimento da Amazônia	Agosto	37
13- Selic fixa	Agosto	40
14- A decadência da harmonia social na democracia brasileira	Agosto	43
15- Os impactos da Reforma da Previdência aprovada pela Câmara dos Deputados e os novos projetos discutidos no atual Governo	Agosto	46
16- A profunda crise da Argentina	Setembro	50
17- O aprofundamento da desigualdade social e o impacto do desemprego nesse quadro de piora social	Setembro	53
18- Financial Times – Time for a reset: capitalismo em crise	Setembro	57
19- Superpoluição e o enorme crescimento industrial chinês: Uma das principais causas de insatisfações nas áreas de meio ambiente e saúde do país	Setembro	59
20- China: uma dragão alado na economia, porém um tigre-de-bengala na democracia	Setembro	61
21- O grave discurso do presidente do Brasil na ONU	Setembro	66
22- Brexit, a ascensão e o declínio: Donald Trump e Boris Johnson	Setembro	69
23- A desindustrialização brasileira e o seu impacto no desenvolvimento econômico do país	Outubro	74
24- Evasão de capitais estrangeiros na Bovespa: conjuntura econômica nacional e internacional	Outubro	78
25- Segurança pública: quem será o próximo?	Outubro	81
26- Percalços na educação brasileira	Outubro	85
27- O que é a MP da Liberdade Econômica?	Outubro	88
28- A prioridade do Governo	Outubro	90
29- Será que a China vai seguir omissa?	Outuro	93

30- Sobre o óleo derramado no litoral do Nordeste brasileiro	Novembro	95
31- Orçamento público: o que esperar para 2020?	Novembro	98
32- O COAF e a Medida Provisória 893	Novembro	102
33- Brasil e a “doença holandesa”	Novembro	106
34- Evasão fiscal: o infortúnio que os Estados de países latinos americanos ignoram	Novembro	109
35- Com relação aos próximos lances do Governo, a pergunta que não cala é “restará algum Direito da Constituição de 1988?”	Novembro	113

ESCRITORES

- 1- *Águida Cristina Santos Almeida*
- 2- *Ana Caroliny Alves Menezes*
- 3- *Ariane Cristina Oliveira Olimpio*
- 4- *Cíntia Riquele Bezerra Silva*
- 5- *Hudson Gutierry P. de Medeiros*
- 6- *Karla Vanessa B. S. Leite*
- 7- *Jailson José Santos Barreto*
- 8- *Jefferson de Souza Costa*
- 9- *João Victor Marinho Cavalcanti*
- 10- *João Victor Silva Barros*
- 11- *Jonathas Nathan Ferreira Alves*
- 12- *Lucas Almeida de Lucena*
- 13- *Lucas Vitor Andrade Lima*
- 14- *Pedro Salviano Neto*
- 15- *Rafael Tavares Requeijo*
- 16- *Ray Raposo Teixeira*
- 17- *Rodrigo de Andrade Queiroz*
- 18- *Thiago Raniere Ferreira Campos*
- 19- *Thyago Ezequiel de Melo*
- 20- *Vitor Gonzaga Brasileiro*
- 21- *William Bezerra dos Santos*
- 22- *Yukimi Akami Evereux Viana Nascimento*

VOLATILIDADE DO PREÇO DA GASOLINA NO BRASIL¹

Ana Caroliny Alves Menezes²

Recentemente a cada recolocação de preço, a gasolina está mais cara, com variações positivas de preço quase toda semana. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) promulgou no dia 10 de abril a tabela com os preços de combustíveis a serem usados como referência pelas unidades federativas do país a partir do dia 16 do mesmo mês.

No Distrito Federal, o preço médio da gasolina, depois do recente ajuste, será de R\$ 4,4440 o litro. Os estados em que o preço do litro é mais exacerbado são: Minas Gerais, onde o litro é R\$ 4,9516, no Acre que é R\$ 4,8799 e no estado do Rio de Janeiro, onde o litro irá custar R\$ 4,8080. Por sua vez, os estados onde o preço ficará mais barato são: Amapá, com o litro custando R\$ 3,9980, Mato Grosso do Sul por R\$ 4,1274, Paraíba por R\$ 4,1373 e Santa Catarina por R\$ 4,1500.

Tal mudança acontecerá após o anúncio feito pela Petrobras no último dia 4, que elevará em R\$ 0,10 o preço do litro da gasolina nas refinarias. O litro subiu de R\$ 1,8326 para R\$ 1,9354, cerca de R\$ 0,1028 centavos. Esse preço é o praticado para as distribuidoras e, em cima desse preço, ainda serão acrescentados impostos e margens de lucro em cada etapa do processo, até chegar ao valor final nas bombas dos postos.

Paulo Tavares, presidente do Sindicato de Combustíveis do Distrito Federal, explica que os consumidores podem esperar aumento de custo na bomba, haja vista que já houve o aumento vindo da própria Petrobras e fala ainda que “com mais esse ajuste é insustentável para o revendedor suportar sozinho”. Segundo Tavares, os aumentos nas refinarias corroem o lucro dos revendedores. “Para nós, esse índice é a metade da margem de lucro”. Na capital do país, a gasolina ficou R\$ 0,15 mais cara, onde já se vive, nas últimas semanas, uma tendência de alta no preço dos combustíveis. Os valores foram de R\$ 3,99 para até R\$ 4,50.

¹ Artigo escrito em abril de 2019.

² Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). Email: aalvesmenezes@gmail.com.

A última vez em que o preço da gasolina esteve tão caro foi na greve dos caminhoneiros, que aconteceu em maio de 2018. Por ter pouco combustível disponível, os preços nas bombas aumentaram de forma exacerbada e os donos dos postos de gasolina viram nessa greve uma chance de lucrar ainda mais com as pessoas que estavam precisando do combustível para se locomover.

Com o litro da gasolina a quase cinco reais, aumenta-se também o preço dos fretes, tendo em vista que os produtos no Brasil são transportados por rodovias, ou seja, o serviço que já era oferecido a preços elevados, aumenta ainda mais. Com mais esse aumento, quem sofrerá ainda mais será o trabalhador, haja vista que quando o combustível está mais caro, o preço dos alimentos tende a aumentar, pois antes de o alimento estar exposto em prateleiras nos supermercados para o consumidor escolher, existe todo um trabalho de logística para levar o alimento de um lugar para outro do país, gerando gastos e a conta sempre cai em cima do consumidor final. Com isso podemos ter ideia que os preços vistos nas prateleiras dos supermercados não dependem somente dos materiais utilizados nas etapas de fabricação dos produtos que usamos, há muitas etapas ocultas aos olhos da população, existem muitas pessoas que dependem deste trabalho de transporte para que os varejistas mantenham seus estabelecimentos abastecidos e consigam o lucro que tanto procuram.

Amazônia: o tesouro brasileiro corre perigo³

Jonathas Nathan Ferreira Alves⁴

Ao longo dos anos, os debates em torno do meio ambiente sempre foi ponto de pauta em diversas discussões. Por ser um assunto delicado, importante e de interesse de todos os países, conferências foram promovidas para que esta temática fosse devidamente debatida. As Conferências Ambientais, assim conhecidas, são reuniões em que líderes de diversas nações discutem questões relacionadas à conservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável dos países. A Conferência de Estocolmo, Eco 92, Rio + 10, Rio + 20, foram conferências promovidas com o mesmo propósito de sustentabilidade, no qual todos os países, incluindo o Brasil, devem adotar as medidas propostas nas reuniões, como: preservação da fauna e flora, redução de uso de resíduos tóxicos, combate ao desflorestamento, entre outras.

O Brasil, em particular, é um dos países que possui uma das maiores biodiversidades e variedades vegetativas em todo o planeta. Banhado por florestas úmidas e tropicais, matas, cerrados, manguezais, rios, praias e formações rochosas, não restam dúvidas de que é um paraíso para a fauna e várias espécies em extinção. Um dos fatores cruciais para o Brasil ser reconhecido internacionalmente neste quesito é a Floresta Amazônica, situada também em solo brasileiro, é considerada a maior floresta tropical do mundo. Em vista disso, sua preservação é debatida em âmbito internacional, em virtude a interesses ecológicos e de sua considerável importância para o mundo.

A Amazônia, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é o maior bioma do Brasil. A região possui um grande reservatório de recursos naturais que, segundo estimativas, tem a maior reserva de madeira tropical do mundo, além de possuir outros elementos, como: borracha, frutos, peixes e minérios. Ademais, as atividades desenvolvidas em seu interior apresentam um caráter bastante diversificado, podendo ser extrativista, agropecuária e até o uso de hidrelétrica, tendo em vista que

³ Artigo escrito em maio de 2019.

⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com.

detém um dos maiores reservatórios de água no mundo. Fica claro, portanto, sua importância para o campo econômico brasileiro.

Atualmente, a Amazônia ocupa o segundo lugar na produção de minério e o terceiro na produção de bens de consumo duráveis no país, segundo o Diário de Cuiabá. Com base nos dados do IBGE, a participação da economia da Amazônia brasileira cresce mais que a média do país, que representa cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Além disso, é uma área que ainda apresenta uma vasta possibilidade de exploração de recursos naturais, que podem ser elementos cruciais no avanço das indústrias de cosméticos e da farmacêutica.

Contudo, no atual governo, a Amazônia está sendo alvo de várias políticas que comprometem sua sustentabilidade. O presidente Jair Bolsonaro propôs uma abertura à exploração da região em parceria com os Estados Unidos. Esta medida implica na conservação da nossa Floresta, uma desnacionalização em que o tesouro nacional está sendo entregue ao capital externo. Dessa maneira, Bolsonaro não só compromete nossas riquezas, mas nossa cultura também, considerando que grande parte das tribos indígenas brasileiras vivem nessas regiões e serão, a priori, os mais afetados dessa política. Ressalto, no entanto, que o desmatamento já é uma realidade que precisa ser ligeiramente combatida.

Segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal por Satélite (PRODES), em 2018, registrou-se um aumento de 13,7% do desmatamento na Amazônia em relação a 2017. Retratando, por fim, uma perda significativa dos nossos recursos, um descaso com nosso patrimônio causado por um monitoramento insuficiente das nossas áreas ambientais e uma péssima administração dos responsáveis. Em contrapartida, no entanto, um grupo de cientistas fez uma carta para que a União Europeia - segundo maior parceiro comercial do Brasil - regularize a compra de insumos ao cumprimento de compromissos ambientais, para que os direitos humanos sejam respeitados (situação dos índios brasileiros) e que a preocupação ambiental da produção seja devidamente cumprida.

Logo, percebe-se que o problema do desmatamento da Amazônia está na ineficiência administrativa. Isto é um problema que pode e deve ser combatido por meio de políticas ambientais que promovam o uso de recursos consciente e de forma sustentável. Além disso, uma fiscalização rigorosa também é outra medida para combater este problema. O meio ambiente é nossa casa e como bons proprietários,

devemos alocar bem os recursos para que o mantimento seja feito e as condições propícias à morada sejam obtidas.

EDUCAÇÃO: UM TIRO NO PRÓPRIO PÉ⁵

Jonathas Nathan Ferreira Alves⁶

Ao longo do tempo, as nações seguiram caminhos diferentes para atingir o tão desejado desenvolvimento econômico. Algumas tiveram êxitos, outras não. Segundo o economista brasileiro Celso Furtado, o desenvolvimento econômico, em síntese, ocorre quando o crescimento quantitativo de um país assim como a qualidade de vida da população, é alcançado simultaneamente. Logo, essa é a melhor situação para uma sociedade, pois os direitos básicos como saúde, segurança, moradia, trabalho e educação seriam garantidos, permitindo, portanto, condições de vida adequadas.

Em particular, a educação é um dos principais pilares de um país. De uma maneira geral, podemos defini-la como o processo de aprendizagem em que conhecimentos, costumes e valores de uma sociedade são repassados para os indivíduos que a compõem. No sentido técnico, é o processo de desenvolvimento intelectual, físico e moral do ser humano, que objetiva auxiliar no crescimento pessoal e na formação de cidadãos capazes de gerar benefícios para o ambiente que está inserido. No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação divide-se em dois níveis, a educação básica - Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio- e o ensino superior.

Por sua vez, o Ensino Superior, iniciado depois da conclusão do ensino médio, permite que o estudante se forme em uma área específica de acordo com sua vontade. Dentre os meios para sua formação, as Universidades Públicas são uma das possibilidades para inserção no ensino superior. De extrema importância, essas instituições de ensino permitem uma formação completa nas áreas de pesquisa, ensino, ciência e extensão. Logo, fica nítida sua relevância e a necessidade de investimento para que os conhecimentos sejam passados para os discentes e os benefícios para a sociedade continuem.

⁵ Artigo escrito em maio de 2019.

⁶Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com.

Segundo a empresa americana ClarivateAnalytics, mais de 95% das pesquisas brasileiras são feitas em Universidades Públicas. Para explicar, as pesquisas trazem diversos aspectos positivos como estudar a expectativa e melhoria de vida da população, novas formas de gerar, usar e aproveitar energias, mais remédios e tratamentos, e não menos importante, desenvolvem tecnologia para nossa vida. Das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 44 são universidades (36 federais, 7 estaduais e 1 particular) e 5 são institutos de pesquisa ligados ao governo federal (Embrapa, Fiocruz, CBPF, Inpa e Inpe), também mantidos com recursos públicos, além de 1 instituto federal de ensino técnico. Deixando claro, mais uma vez, a notoriedade das universidades como “fábricas de conhecimento” e propulsoras do desenvolvimento científico do país.

Contudo, a educação brasileira vem sendo alvo de várias críticas do atual governo. De início, O presidente Jair Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia. Para os governantes, o motivo seria usar o orçamento do governo federal para ensinar leitura, escrita e a fazer conta, “e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”. Essa fala, no mínimo ignorante, mostra o quão equivocado estão, pois os estudos das ciências sociais sempre foram relevantes nos combates aos problemas sociais existentes, além de ser uma área do conhecimento que possibilita ao indivíduo o livre pensar e aguçar o seu desenvolvimento crítico.

Outra medida tomada pelo Governo foi o corte de 30% nos orçamentos das universidades federais. O Ministério da Educação (MEC) alega que o corte é necessário para que haja investimento na educação básica. Contudo, isso não passou de uma grande falácia, pois ao menos R\$ 2,4 bilhões que estavam previstos para investimentos em programas da educação infantil ao ensino médio foram bloqueados. Fica claro, portanto, o ataque à educação brasileira, visto que mentes pensantes são uma ameaça a esse governo totalmente despreparado que só agrava a situação brasileira. Só há duas possibilidades para que essas medidas sejam tomadas, ou Bolsonaro não tem ideia da importância que a universidade tem ou ele, simplesmente, quer acabar com essas instituições, utilizando argumentos sem veracidade alguma e passando uma visão errônea de que as escolas superiores só trazem despesas e que não geram qualquer retorno para a sociedade.

Por fim e infelizmente, acredito que o objetivo é sim acabar com as universidades. Como foi introduzido, caso isso prevaleça, não vejo o Brasil desenvolvido

economicamente. Não há nação desenvolvida sem educação. E a situação agrava mais quando pensamos naqueles que não tem condições de pagar uma boa educação, esses, ficarão a mercê do trabalho informal e da vontade dos seus patrões. É dever do Governo garantir direitos básicos à população, no entanto, vemos o contrário, ou seja, esse governo não é do povo, é dos interesses das elites. Então, caso isso persista, teremos um retrocesso na história brasileira, no qual o alicerce foi quebrado e a própria população foi quem teve culpa ao escolher o engenheiro da obra.

SE NINGUÉM GASTA, A ECONOMIA PARA⁷

Hudson Gutierrez P. de Medeiros⁸

Em sua principal obra, *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, John Maynard Keynes elucidou a importância dos componentes da Demanda Agregada para o crescimento econômico. Não apenas isso, também expôs a influência que a incerteza sobre o futuro exerce nas decisões de investimento e consumo dos agentes econômicos.

Em uma economia que está em estado de recessão, as pessoas tendem a poupar mais, pois em um contexto de imprevisibilidade é possível que os agentes, em situação de instabilidade, prefiram aumentar a liquidez de seus ativos desta forma, reduzindo a demanda. As famílias deixam de consumir e os empresários deixam de investir, pois há incerteza em relação a emprego, renda e retornos de investimentos.

Na atual conjuntura brasileira, é possível identificar diversos paralelos entre as ideias keynesianas e a realidade. De acordo com os dados das contas trimestrais divulgados pelo IBGE, os componentes da DA que, caso estimulados, possibilitariam uma retomada do crescimento, encontram-se em uma situação de estagnação, instabilidade e/ou queda. O Gasto do Governo vem se reduzindo desde 2015 em decorrência das medidas de austeridade, o consumo das famílias demonstra instabilidade, reflexo do elevado grau de desemprego - 13,1 milhões de desempregados - da subutilização da força de trabalho - número que supera os 27 milhões - do crescimento dos desalentados e dos 60 milhões de brasileiros que encontram-se no grupo dos endividados com o nome sujo no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Além dos Investimentos privados que apresentam comportamento de queda, além de quedas sucessivas nos índices de confiança disponibilizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no cenário externo o otimismo também não parece prevalecer, com a economia mundial desacelerando e mau uso do exercício diplomático do atual governo, as exportações já incorrem em queda. O cenário não é bom. Toda essa conjuntura contribui para um ciclo vicioso onde predomina a baixa atividade econômica

⁷ Artigo escrito em maio de 2019.

⁸ Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do grupo PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: h.gutierrez@gmail.com.

e que no longo prazo pode levar à uma recessão, uma vez que o cenário econômico ruim alimenta as decisões de investimento e consumo.

Como seria possível reverter tal situação? Talvez seguindo a receita keynesiana, de política monetária com juros baixos para criar um cenário favorável para investimento e consumo, somada com uma política fiscal de investimento público em áreas específicas como forma de estímulo à retomada da atividade econômica. Dificilmente, seria o suficiente para resolver os problemas da crise brasileira, de raízes muito mais profundas, entretanto, sem investimento, sem consumo, sem emprego e sem renda, muito mais dificilmente tal quadro de baixa atividade econômica será revertido.

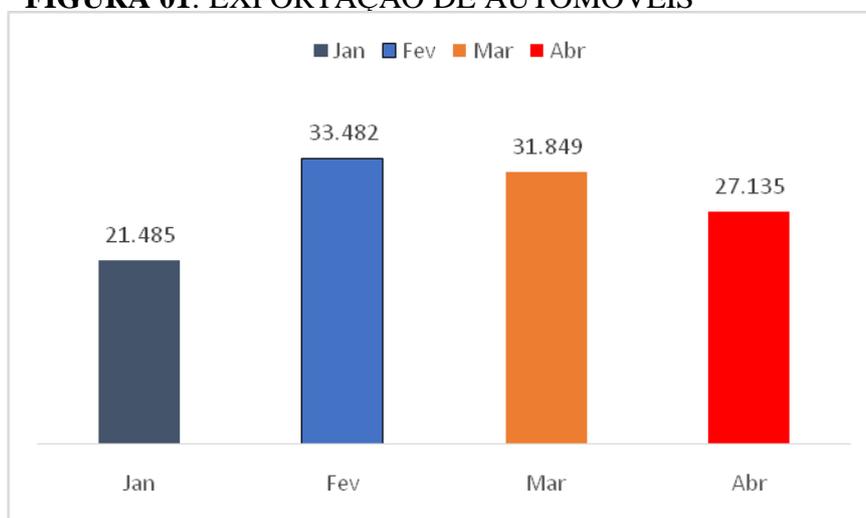
SETOR DE AUTOMÓVEIS EM DECLÍNIO⁹

Jefferson de Souza Costa¹⁰

A competitividade do setor de automóveis está concentrada em poucos países, como por exemplo, EUA, China e Alemanha, que detêm os principais mercados mundiais neste setor. Portanto, para as montadoras brasileiras a única saída é o Mercosul, no qual o Brasil é o principal expoente no setor de produção de automóveis, mais especificamente de carros. Entretanto, que o setor industrial brasileiro vem em declínio não há quem discorde, e a situação ainda se agrava quando o seu principal importador, Argentina, de veículos está em crise.

De acordo com a Anfavea (associação das montadoras instaladas no país), a exportação de carros foi reduzida em 45% no primeiro quadrimestre deste ano, devido a crise enfrentada pela Argentina, e em relação a abril deste ano com o do ano passado essa redução é ainda maior, chegando a 52,3%. Contudo, a produção de veículos entre março e abril alavancou em 0,5%.

FIGURA 01: EXPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Anfavea

⁹ Artigo escrito em maio de 2019.

¹⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: Jeff.costa3@hotmail.com.

E isto é algo que desencadeará em outros setores, principalmente nas autopeças, que forneciam peças para a montadora como é o caso da Fastplas, na qual a Ford já teria feito encomendas no equivalente a R\$ 2 Milhões. Portanto, não somente a Fastplas, mas diversas outras empresas vão ficar desfalcadas. Sendo assim, como a produção neste período foi maior que a exportação cabe para as empresas vender em um mercado interno, já enfraquecido, ou estocar em suas montadoras.

Tendo em vista a atual situação e a expectativa para a economia brasileira, no qual a expectativa para o crescimento econômico a cada semana é revisto e reduzido, isto é péssimo. Uma vez que o Brasil tem mais de 14 milhões de desempregados e constantemente diversas fábricas estão sendo fechadas, como no caso da Ford no ABC paulista, que impactará diretamente na economia.

Portanto, a confiança para os investidores de alguma forma precisa ser retomada, porque a economia brasileira por si só já está em queda e com o cenário externo não ajudando só tende a piorar.

REFERÊNCIA

Cagliari, A. (07 de maio de 2019). *Folha de S.Paulo*. Fonte: [https://www.folha.uol.com.br/:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/exportacao-de-carros-cai-45-no-primeiro-quadrimestre-puxada-por-cri-se-argentina-diz-anfavea.shtml](https://www.folha.uol.com.br/:https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/exportacao-de-carros-cai-45-no-primeiro-quadrimestre-puxada-por-cri-se-argentina-diz-anfavea.shtml)

A ‘GUERRA’ ENTRE ESTADOS UNIDOS E IRÃ¹¹

Ray Raposo Teixeira¹²

Em abril de 2015, um grupo de seis países composto por EUA, França, Alemanha, Reino Unido, Rússia e China assinaram, com o governo iraniano, um acordo que ficou conhecido como o acordo nuclear do Irã, que faz esse país se comprometer a limitar suas atividades nucleares em troca do alívio nas sanções internacionais, a motivação do acordo é pela qual o Irã possui grandes reservas de urânio e plutônio, material este que pode ser utilizado na fabricação de uma bomba atômica, no qual desde o final do anos noventa o mesmo vinha enriquecendo deste material, foi ai que o acordo foi firmado entre o Irã e potências internacionais liderado pelo EUA, visto que, seria uma ameaça para o mundo e colocaria em risco a hegemonia dessas potências.

Dentre muitas coisas, esse acordo estipulou que: os estoques de urânio enriquecido iraniano seriam mantidos dentro de certos níveis muito limitados; o país não iria construir outras instalações para o enriquecimento de urânio; as instalações em regiões dedicadas a produção de água pesada seriam reconvertidas para a produção de plutônio, inadequado para armas nucleares; o combustível das usinas nucleares iranianas seria exportado depois de terem sido utilizados, não havendo assim reprocessamento desse material e, finalmente, o país permitiria visitas periódicas para garantir que estava tudo ocorrendo conforme o acordado.

Na assinatura do acordo, o então presidente dos EUA Barack Obama disse que com esse acordo o risco de uma bomba nuclear iraniana estava afastado, mas os críticos alertaram para uma grave deficiência do mesmo. Todas as instalações iranianas continuariam existindo e continuariam funcionando, o que na prática significava que, na melhor das hipóteses, se o Irã seguisse à risca todos os pontos estipulados do acordo, em 10 ou 15 anos os iranianos poderiam retomar o desenvolvimento de armas nucleares como se ‘nada tivesse acontecido’.

¹¹ Artigo escrito em maio de 2019.

¹² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: rayraposo@outlook.com

Um dos maiores críticos desse acordo, usando justamente esse argumento é o atual presidente Donald Trump. Para o presidente, esse acordo não afastaria de forma definitiva o perigo de o Irã desenvolver uma arma nuclear, já que apenas adiará esses planos por alguns anos. Em maio de 2018, Trump anunciou a saída do seu país desse acordo, indicando também que seriam aplicadas sanções econômicas e científicas contra o Irã. Essas sanções apesar de serem unilaterais afetam diretamente toda e qualquer empresa que esteja fazendo negócios com o Irã.

Países como Israel, declararam o apoio a saída dos EUA do acordo, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, considerou a decisão dos Estados Unidos “*de suma importância para reforçar a pressão sobre o regime terrorista iraniano*” e muitos países declaram repúdio como a França, Alemanha e Reino Unido que mantiveram o acordo em vigor, mesmo com a saída dos EUA, algo que é tecnicamente muito difícil de ser feito, principalmente com as sanções econômicas e científicas. A China e a Rússia também se posicionaram contra a decisão do Trumpe claro o Irã também reagiu de forma negativa afirmando ter se tratado de um “*erro histórico*” do qual os Estados Unidos iriam se arrepender.

No mesmo período em um pronunciamento confuso o chefe da Organização Iraniana de Energia Atômica (OIEA), Ali Akbar Salehi disse: “*hoje o Irã é capaz de enriquecer urânio a um nível mais elevado do que antes do acordo*” o que foi estranho para os EUA, já que isso mostra o fato dos iranianos continuarem desenvolvendo técnicas e equipamentos de enriquecimento de urânio mesmo durante a vigência do acordo, ou seja, os interesses e a hegemonia dos Estados Unidos foram ameaçados, pelo fato do acordo não contemplar restrições ao desenvolvimento de mísseis balísticos pelo Irã, que podem operar normalmente e pela intervenção direta do Irã nas guerras da Síria e do Iêmen, onde o país apoia o regime do ditador Bashar al-Assad e os rebeldes houthis, inimigos dos EUA.

Em novembro de 2018, os EUA concederam uma isenção de seis meses apenas para oito países, visto que são os que mais compram petróleo do Irã, são eles: Japão (que já suspendeu as importações), China, Índia, Coreia do Sul, Taiwan, Turquia, Itália e Grécia. China e Turquia discordam da medida dos Estados Unidos e não devem parar de comprar petróleo do Irã imediatamente. O prazo foi expirado no mês de abril de 2019, e logo se deu início as sanções para as nações que não parassem de comprar petróleo do Irã.

Segundo o jornal THE NEW YORK TIMES, o Departamento de Estado estima que as exportações de petróleo do Irã respondam por 40% das receitas do governo, cerca de 50 bilhões de dólares. Desde a aplicação das sanções, em novembro, as vendas externas de petróleo iraniano caíram de 2,5 milhões de barris para 800 mil barris diários e contribuíram para aprofundar a crise econômica no país.

Cortes no suprimento de petróleo iraniano no mercado internacional também podem fazer com que os preços da commodity subam ainda mais. O governo americano afirmou que está trabalhando com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos para assegurar que o mercado petrolífero seja suprido adequadamente.

Os conflitos entre Washington e Teerã continuam aumentando em meio às ameaças norte-americanas de derrubar até "zero" as exportações iranianas de petróleo. Em uma entrevista a *The Independent* publicada no dia 2 de maio, o ministro das Relações Exteriores, Mohammad Javad Zarif, indicou que o estreito de Hormuz, um importante canal através do qual passam cerca de 20% do suprimento mundial de petróleo, está ameaçado de ser fechado pelo Irã, podendo ser a faísca a desencadear uma guerra por falta de comunicação entre os militares dos EUA e a Guarda Revolucionária Iraniana, com cada lado rotulando o outro de "terroristas".

Por fim, a tensão entre os dois países está longe de acabar. É válido destacar, que a imagem dos Estados Unidos saiu arranhada após a saída do país do acordo iraniano, podendo passar a ideia de que a assinatura dos EUA em certos acordos tem pouco ou nenhum valor, já que podem ser facilmente cancelados e visto que não foi o primeiro acordo internacional que o país saiu no governo Trump. Porém, a troca de provocações pode ser uma estratégia de Donald Trump, que costuma se vangloriar do sucesso obtido nas negociações com a Coreia do Norte, que só aconteceram após meses de ameaças e ofensas entre o presidente americano e o líder norte-coreano, Kim Jong-un.

CORTES NA EDUCAÇÃO NÃO SÃO CORTES SUPERFICIAIS, SÃO CORTES PROFUNDOS NA “PELE” DOS BRASILEIROS¹³

*Yukimi Akami Evereux Viana Nascimento*¹⁴

Milhares de estudantes, acadêmicos, servidores públicos e também professores foram às ruas do Brasil para seu último protesto agendado contra o que eles chamam de ataque do ministro da educação, Abraham Weintraub, indicado pelo presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro. Considerando norte a sul, leste a oeste desse imenso país, de cidades amazônicas a pequenas cidades no extremo sul do Brasil, os manifestantes acabaram condenando os movimentos altamente controversos de Bolsonaro para cortar o financiamento da educação básica e superior e também da pesquisa científica, que ocorreram no dia 26 de maio, ou seja quatro dias antes da segunda rodada de manifestação contra os cortes, tendo a primeira ocorrido em 15 de maio (que ficou denominada de 15M).

Aqui serão expostos alguns acontecimentos ao redor do Brasil, até mesmo cômicos, em relação ao triste destino que nós brasileiros nos sujeitamos até o momento. Milhares de estudantes marcharam pelo centro do Rio de Janeiro¹⁵ com dizeres diversos, como por exemplo, cartazes dizendo: "Educação não é uma despesa, é um investimento". Em Brasília, os manifestantes estudantis foram filmados queimando um boneco do presidente Bolsonaro enquanto cantavam um refrão que parecia mais um grito de torcida: "Ei, Bolsonaro, cadê você? Eu quero ver você passar na UNB"¹⁶. Já no Nordeste a região onde Bolsonaro não é aceito pela maioria, falo especificamente de Salvador, onde cerca de 70 mil pessoas marcharam, um divergente carregou uma caricatura diabólica de Bolsonaro com a frase: "Hoje não Satanás".

¹³ Artigo escrito em junho de 2019.

¹⁴ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/30/rio-tem-manifestacao-em-defesa-da-educacao.ghtml>

¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/folha/status/1134139660253519872>

Com rumores e alarmes de que Bolsonaro nem sequer termine seu mandato¹⁷, alunos e até mesmo professores universitários se questionam se ele vai sofrer impeachment, mas a situação dada é que conforme mostram pesquisas, dos 57 milhões de votos conquistados nas urnas, apenas 30% continuam com ele. Entretanto, é importante enxergar dois complicadores, um no momento presente, e que diz respeito da conduta e gestão desastrosa do atual ministro da educação, que gera o ministério colocando as universidades públicas federais e a educação como inimigas do povo e da outra nação, e conseqüentemente alunos e educadores. O outro complicador deverá se descortinar mais à frente, e diz respeito a um cenário no qual Mourão assumira o lugar de presidente, o que não parece trivial, dada a sua ligação direta com as forças armadas, e suas inclinações antinacionalistas e antipovo bem conhecidas.

A situação política e o ambiente social estão tão dramáticos e preocupantes que apesar de Jair Bolsonaro alcançar uma vitória eleitoral esmagadora em outubro passado, seis meses depois do mandato de quatro anos do populista de direita, a oposição está crescendo com pesquisas que mostram que cerca de 36% dos eleitores consideram seu governo ruim ou péssimo, em comparação com 17%, apenas, em fevereiro.

Conforme apontado antes, devemos lembrar que em 15 de maio, dezenas de milhares de manifestantes realizaram protestos em todo o país contra os cortes na educação (básica e superior), e foram chamados por Bolsonaro de "idiotas úteis" e "imbecis". Seguidamente o próprio admitiu que foi longe demais, mas novamente menosprezou os estudantes que, segundo o mesmo, protestavam como "crianças" ingênuas que estavam sendo manipuladas por seus professores e "nem sabiam o que estavam fazendo"¹⁸.

Falando um pouco de números, dados informam que em Brasília foram mais de 20 mil pessoas participando da manifestação no dia 30 de maio. Em Maceió, foram cinco mil manifestantes na contagem da PM e dez mil de acordo com os organizadores.¹⁹

O confronto entre o Ministro da Educação de um lado, e de professores e estudantes que foram às ruas de todo o Brasil em dois protestos no mês passado, pode custar o cargo do ministro Abraham Weintraub, na qual o Ministério Público Federal

¹⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/03/opinion/1559594866_948491.html

¹⁸ Disponível em: <https://istoe.com.br/em-entrevista-bolsonaro-diz-que-exagerou-ao-chamar-estudantes-de-idiotas-uteis/>

¹⁹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/veja-fotos-e-videos-dos-protestos-contras-cortes-na-educacao/>

(MPF) recomendou que Weintraub "abstenha-se de cercear a liberdade" da comunidade estudantil. Dessa forma, até o momento, nem o MEC ou o ministro indicaram se vão acatar a solicitação ou se dobrarão a aposta, já que há novos protestos previstos, que além dos cortes na educação, irão se colocar contra a reforma da previdência proposta pelo governo.²⁰

Assim vê-se que toda a ação tem sua consequência, e o mais importante é que podemos analisar com nossos próprios olhos como a “Teoria do Caos” se aplica ao nosso momento, já que a ideia central da teoria do caos é que uma repentina ou drástica mudança no início de um evento qualquer traga futuras catástrofes, nesse caso, o fato de um país ter passado por um processo totalmente controverso de impedimento de uma presidenta eleita pelo voto popular, das reformas antissociais aprovadas pelo seu sucessor, o presidente Michel Temer, a campanha e eleição violenta e grotesca que elegeu Jair Bolsonaro, dentre tantas outras ilegalidades que foram aplicadas, com a finalidade de interromper o processo de inclusão social pelo qual o Brasil vinha passando nos últimos anos. Assim, essa mudança brusca pode ter consequências bem devastadoras, como as que já estamos presenciando em apenas seis meses do novo mandato, como por exemplo uma economia estagnada dita pelo próprio Paulo Guedes²¹. Parece assustador, mas o rápido retrocesso social e a estagnação econômica levam à urgência de políticas que estimulem a demanda agregada, e para tanto, é fundamental rever a PEC de congelamento dos gastos públicos primários, e a reforma trabalhista, ambas aprovadas na gestão Temer.²²

²⁰ Disponível em: <https://br.sputniknews.com/brasil/2019060414002097-mec-nota-ataque-estudantes/>

²¹ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/paulo-guedes-sobre-estagnacao-da-economia-ja-era-esperado>

²² Artigo escrito em 03/06/2019

Com Brexit, carne e açúcar do Brasil perdem fatia na União Européia²³

Pedro Salviano Neto²⁴

No dia 23 de junho de 2016, os cidadãos do Reino Unido participaram de um plebiscito em que podiam escolher entre duas opções: o Reino Unido permanecer ou deixar a União Europeia. No fim das contas, venceu a opção pela saída dos britânicos da UE, com 52%. Sem dúvida, esta é uma decisão de grandes proporções para aquele país, para a Europa e para todo o mundo.

A sigla Brexit é uma junção de “Britain” e “exit”, que em português significa saída do Reino Unido (da União Europeia). O Brexit, opção que venceu o plebiscito, consiste basicamente no desmembramento, por parte do Reino Unido, do bloco da União Europeia.

Com a saída da Inglaterra da união Europeia, o mercado comum passa de 28 para 27 membros; quase 200 concessões individuais serão modificadas e 400 linhas tarifárias estão sujeitas a mudanças, representando a maior alteração nos compromissos de um membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, o Brasil se vê em sérios problemas para a exportação de seus produtos, já que várias cotas específicas vão encolher no mercado comum europeu, como é o caso de produtos que representam grande parcela no balanço final das exportações nacionais (açúcar, frango e carne bovina).

O Brexit, pode vir a atingir negativamente a balança comercial Brasileira devido as incertezas de como realmente será realizado o Brexit, pois como uma saída abrupta pode vir a ocorrer que o Brasil e outros exportadores Latinos Americanos possam a vir perder fatias de exportação de produtos agrícolas, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a União Europeia já anunciou que, com a saída do Reino Unido, reduzirá suas cotas preferenciais fixas que mantém com outros países.

²³ Artigo escrito em junho de 2019.

²⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: pedrosalviano@outlook.com

Serão eliminadas 11 cotas específicas que o bloco tem de importação de produtos brasileiros.

As Cotas de exportação são definidas como restrições quantitativas impostas sobre o volume ou o valor das exportações. As cotas da qual o Brasil é detentor, possui todo um complexo de contratos e logística efetivados e em atuação, isso antes do Brexit ser efetivado.

A UE deixou predefinido que com a repatriação nas cotas, a Grã-Bretanha irá angariar grande parte das mesmas, ou seja, o contrato que o Brasil tem com a União Europeia será refeito, porém em uma proporção bem menor, em comparação a que está em vigor atualmente. Na prática, essa situação traz mais custos logísticos e incertezas aos exportadores.

O Reino Unido se tornará membro individual na OMC (Organização Mundial do Comércio), o que implica negociar cotas de importação para dezenas de produtos. O Brasil possui 11 cotas específicas que terão queda com a saída a CNI estima uma perda de exportações de 112 mil toneladas já no 1^a ano. O órgão destaca: Frango salgado: -40.877 toneladas (redução de 23,9%), Cana de açúcar para refino: -29.670 toneladas (redução de 7,6%), Carne de aves processada: -26.812 toneladas (redução de 33,7%).

A nova configuração que o Brexit pode formar nas relações de exportação de produtos agrícolas do Brasil, se torna preocupante, pois se a separação ocorrer sem um acordo. Nesse caso, a CNI se baseia nas projeções divulgadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estima que um Brexit sem acordo representaria para o Reino Unido uma retração econômica de 3% e queda de 0,6% para a União Europeia. A previsão da CNI é de que, nesse mesmo cenário, cada 1% de queda no PIB global representaria uma retração de 2,1% nas exportações do Brasil.

LIBRA, A MOEDA DO FACEBOOK²⁵

Rodrigo de Andrade Queiroz²⁶

No dia 18 de junho, o Facebook anunciou que irá lançar sua própria criptomoeda, a Libra. A empresa comandada por Mark Zuckerberg trabalha com outras grandes empresas, no momento contam com 28 grupos, como Uber, Visa, Mastercard e Lyft, cada uma se comprometeu em investir U\$10 milhões no projeto da nova moeda.

O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, sigla em inglês), um órgão internacional, e a Autoridade de Conduta Financeira, que supervisiona o Reino Unido, já declararam que não permitirão o lançamento da Libra, a menos que haja uma análise detalhada dos planos, como será gerida e como se dará a regulamentação da nova criptomoeda. Randal Quarles, chefe da FSB e vice-presidente do banco central americano (Federal Reserve), já alertou sobre possíveis riscos de amplo uso de moedas digitais. Há a necessidade de um alto padrão de regulamentação e que as organizações precisam monitorar os riscos das moedas digitais, pois Quarles afirma que “pode haver lacunas quando há ausência de padrões internacionais ou quando os criptoativos³ caem fora da abrangência da autoridade dos supervisores”.

Caso os planos de Zuckerberg se concretizem, a Libra possibilitará que usuários da rede social enviem remessas de Libra para amigos e familiares, além de servir como meio de pagamento. A plataforma disponibilizaria um sistema de transferência para comprar produtos pela própria plataforma. Porém, o plano é que a moeda também possa ser usada fora do Facebook, espera-se que empresas que estão ligadas ao projeto integrem a criptomoeda aos seus sistemas, então, um usuário da Spotify poderia pagar a mensalidade usando a Libra, usuários do Uber idem, entre outras grandes empresas de serviços.

David Marcus, responsável por coordenar o projeto da Libra no Facebook, afirmou que a empresa não pretende cobrar taxas quando pessoas físicas enviarem

²⁵Artigo escrito em junho de 2019.

²⁶Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do PET – Economia.

³A Comissão de Valores Mobiliários conceitua criptoativos como ativos virtuais, protegidos por criptografia, presentes exclusivamente em registros digitais, cujas operações são executadas e armazenadas em uma rede de computadores.

dinheiro para amigos ou familiares, mesmo em remessas internacionais, entretanto cobrará por pagamentos a empresas. Segundo Marcus, a ideia é que quando o usuário estiver navegando pelo feed de notícias do Facebook e encontrar um anúncio, será mais fácil comprar o que deseja, tornaria os anúncios mais atrativos e a rede social seria remunerada pela propaganda.

Chris Hughes, cofundador do Facebook, afirma que se a Libra for bem-sucedida, grande parte do controle da política monetária dos bancos centrais seria ‘entregue’ às empresas privadas, ao Facebook e suas parceiras. Com o desenvolvimento da moeda será possível que se transforme em um sistema bancário, com capacidade de emitir sua própria moeda. Ou seja, é uma discussão importante, portanto, as preocupações dos órgãos regulatórios são plausíveis, há a necessidade de regulamentação e monitoração. Em um possível ‘sistema Libra’, haveria riscos e problemas potenciais, de uma instabilidade monetária e financeira, além de grande concentração econômico e político. Se tratando de empresas do porte do Facebook e das corporações que estão apoiando essa nova criptomoeda, não é exagero imaginar que tal cenário poderá acontecer.

A IMPRETERÍVEL E PRETERIDA REFORMA²⁷

Lucas Almeida de Lucena²⁸

Nas últimas semanas, vimos todo o “caldeirão político” fervendo em forma de manifestações ao redor do país. De um lado, estavam reunidos os apoiadores do atual Presidente e das suas medidas; nesse caso, o termo manifestação talvez não seja o mais adequado. Do outro, vimos pessoas reunidas protestando contra as medidas feitas pelo atual presidente, em especial ao corte/contingenciamento dos gastos na educação. É exatamente esse o tema do presente artigo: educação.

É importante ressaltar que não é objetivo desse texto explicar a contribuição da educação para a melhoria da economia, da produtividade, da qualidade de vida das pessoas, pois isso já está no senso comum das pessoas. Nem tão pouco desprezar os apelos do protesto por maior investimento público em educação. O objetivo desse artigo é trazer para discussão a necessidade de uma ampla reforma educacional, tendo como base os resultados que a educação brasileira vem apresentando.

De acordo com os dados do relatório Education at Glance, de fato, o Brasil não é nenhum campeão de investimento público em educação; muito pelo contrário. No que diz respeito ao investimento por aluno/ano, a nossa realidade não é algo para se orgulhar: o Brasil gasta US\$ 4,4 mil, quase 60% à menos que a média dos países da OCDE²⁹.

Porém, é importante destacar que da mesma forma que a educação é determinante para a riqueza e a produtividade de um país, a riqueza pode ser um determinante quanto um país pode investir com educação. Portanto, é necessário ter cautela quando se compara. É injusto comparar o gasto por aluno de países ricos com pobres. Países que têm um PIB per capita próximo ao do Brasil como Turquia e México, gastam por aluno/ano respectivamente, US\$ 3,9 mil e US\$ 3,3 mil, ou seja, o Brasil gasta proporcionalmente um pouco à mais que países com a mesma riqueza.

²⁷ Artigo escrito em julho de 2019.

²⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

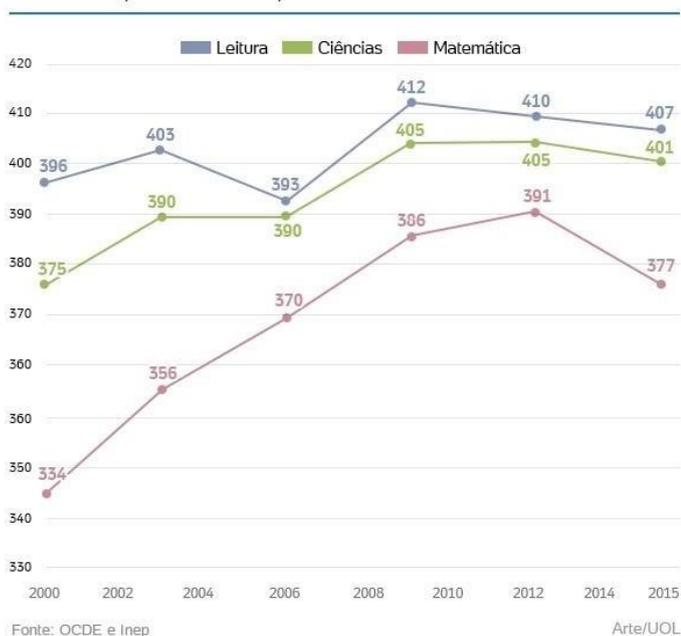
²⁹ Disponível em: fundacred.org.br/site/2019/04/16/quanto-e-como-e-o-gasto-do-brasil-com-educacao/

Quando levamos em conta o percentual do PIB utilizado em gastos públicos com educação, o Brasil (5,7%) está na frente da média da OCDE (4,9%) e de países como Nova Zelândia (5,4%), Coreia do Sul (4,6%), Luxemburgo (3,9%) e Japão (3,3%)³⁰, países que estão bem ranqueados no PISA, por exemplo.

Outro fator importante a se observar é a evolução dos gastos públicos, nos últimos anos. Em termos brutos, o gasto saiu de R\$ 61,4 bilhões de reais de 2008 para R\$ 117,2 bilhões em 2017. Como proporção da Receita Corrente, a despesa praticamente dobrou sua participação, passando de 4,7% para 8,3% no período 2008-2017³¹. Podemos observar um aumento significativo no investimento público em educação. Mas é importante levantar a seguinte questão: esse aumento do investimento se traduziu em resultados positivos? O gráfico 1 nos mostra o nosso resultado nos exames do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, doravante PISA.

Gráfico 1

Desempenho de estudantes brasileiros no Pisa (2000-2015)



Fonte: UOL³²

³⁰ Disponível em: fundacred.org.br/site/2019/04/16/quanto-e-como-e-o-gasto-do-brasil-com-educacao/

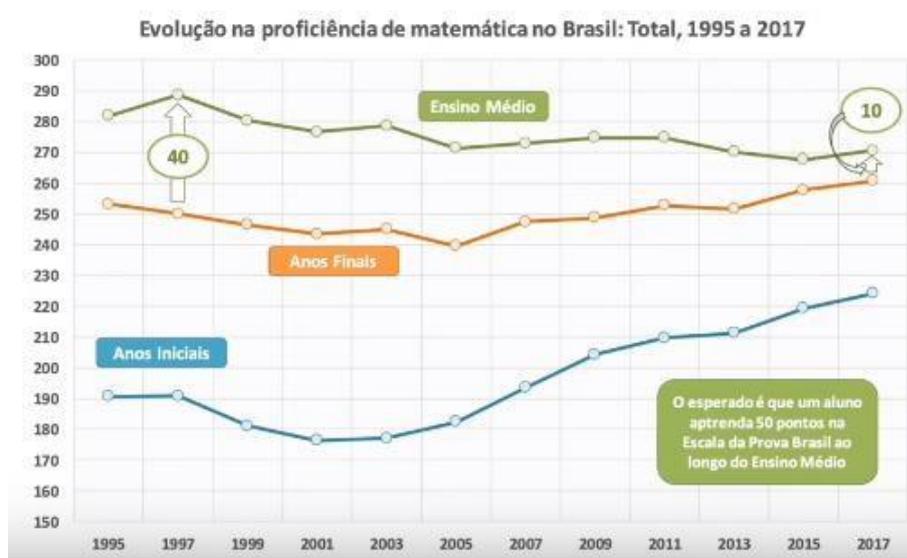
³¹ Disponível em: tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/EducacaoCesef2/eb3e416c-be6c-4325-af75-53982b85dbb4

³² Disponível em: noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/eder-content/2018/08/28/alckmin-promete-elevar-desempenho-de-estudantes-no-pisa-em-50-pontos.htm

Podemos ver que apesar do crescimento dos gastos públicos, nos últimos anos, o desempenho não cresceu. Pelo contrário, caiu. O que pode, então, explicar esse resultado?

Um diagnóstico geral da educação feito pelo Instituto Ayrton Senna³³ traz dados que ajudam a corroborar a tese de que gastamos mal com educação. No gráfico 2, vemos que a proficiência em matemática no ensino médio, nos últimos anos caiu, chegando quase ao nível de proficiência dos últimos anos do ensino fundamental.

Gráfico 2



Fonte: Instituto Ayrton Senna.

Entre 1980 e 2010, houve um avanço considerável da escolaridade brasileira, mas a produtividade média do trabalho, no comparativo com outros países, permanece praticamente a mesma. Ou seja, a educação não está contribuindo como deveria para a produtividade do Brasil. Outrossim, o gráfico evidencia que o problema educacional brasileiro remonta há muito tempo, mostrando que nosso déficit educacional pode ter um aspecto estrutural e até institucional.

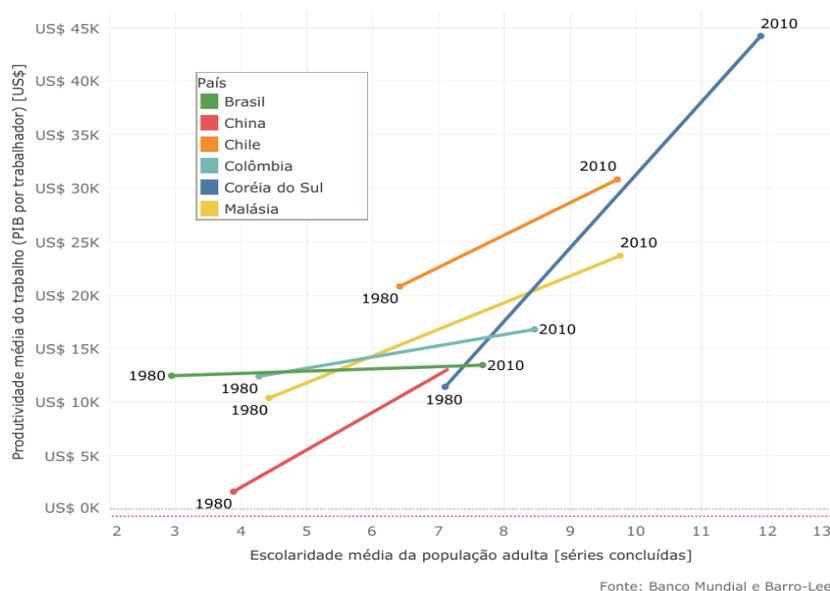
Além disso, o gráfico 3 nos aponta outros dados que podem indicar mais uma deficiência na educação brasileira.

³³

Disponível em www.undime-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/28forum_material/28forum_25_ricardopaes.pdf

em www.undime-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/28forum_material/28forum_25_ricardopaes.pdf

Gráfico 3



Fonte: Instituto Ayrton Senna.

Os dados nos mostram que estamos dando “murro em ponta de faca”. Insistir no atual caminho da educação brasileira atual é desperdício de tempo e recurso. É necessária uma ampla reforma educacional. Talvez adaptar modelos que deram sucesso como o de Singapura, por exemplo³⁴. A prática educacional que não acontece na escola, mas em casa, o Homeschooling, também se mostra uma alternativa, visto que em uma pesquisa da HSLDA, em provas realizadas com estudantes de escolas e estudantes educados em casa, o segundo grupo obteve de 15 a 30% a mais em sua nota final³⁵.

Pelo visto, esse problema não será enfrentado tão cedo. Nosso presidente e o ministério da economia estão mais preocupados em tirar Paulo Freire do “cargo” de patrono da educação brasileira. Não precisamos de mudanças simbólicas. Precisamos repensar todo modo de fazer educação no Brasil.

³⁴ Disponível em: bbc.com/portuguese/internacional-45581412

³⁵ Disponível em: <https://hslida.org/content/docs/news/200908100.asp>

G20: MARCAS DE GOVERNOS DECADENTES³⁶

Thyago Ezequiel de Melo³⁷

Na sexta-feira, dia 28, teve início a reunião do G20, em Osaka (Japão). O G20 é um grupo que reúne os 20 países mais industrializados do mundo. Para esse ano, o evento de destaque foi a guerra comercial entre China e EUA, por meio da reunião bilateral entre o presidente americano, Donald Trump, e o dirigente Chinês Xi Jinping. A expectativa era de que se verificasse uma trégua na disputa tarifária travada pelas duas potências, desde 2018. Outro evento muito importante para o Brasil se refere a pauta do meio ambiente, na qual se vem sendo discutida devido o posicionamento do atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

Sendo assim antes mesmo de começar o evento, o presidente Bolsonaro, no que se diz respeito ao meio ambiente, disse que o Brasil ainda tem muito para ensinar para a Alemanha. Tal declaração foi feita após a chanceler Angela Merkel expressar preocupação com a atuação do governo brasileiro na região amazônica e afirmar que considera a situação “dramática”. Ainda o Presidente brasileiro afirmou que a indústria alemã continua sendo fóssil e que o governo brasileiro atual não é como alguns anteriores, e não ‘aceitaríamos’ tratamento como no passado, tal posicionamento demonstra a visão deturpada que o presidente tem sobre seu próprio país e as relações internacionais com os demais países insinuando conflitos com outras potências, sem ter o mínimo de poder moral para falar sobre tais assuntos.

Já o ministro-chefe do GSI (gabinete de segurança institucional), Augusto Heleno, diz que a política de meio ambiente é totalmente injusta em relação ao Brasil, que é um dos países que mais preserva o meio ambiente finalizando seu discurso com: “*Quem tem moral para falar de preservação do meio ambiente no Brasil?*”³⁸, tal citação demonstra que muitos concordam com a visão do presidente, pois o nosso país

³⁶ Artigo escrito em julho de 2019.

³⁷ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

³⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/06/27/no-japao-para-reuniao-do-g20-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-muito-a-ensinar-a-alemanha.ghtml> (Acesso dia 05/07/2019)

realmente tem a maior área preservada existente no globo, entretanto não significando que também não somos um dos países que mais maltratam o meio ambiente.

Dado o início do G20 se é confirmado o cancelamento da reunião bilateral entre o presidente brasileiro, Bolsonaro, e o presidente francês, Macron, na qual após questionamento a delegação francesa nega existência de tal encontro, só existindo previsão de uma conversa breve, na qual Bolsonaro convidou Macron para conhecer a Amazônia, e reforçou que continuaria a fazer parte do acordo de Paris, decisão que ajuda na relação de apoio dos demais países integrantes da OCDE para o pleito de integrar a organização para cooperação e desenvolvimento, no qual anteriormente, o presidente francês havia dito que não assinaria acordo comerciais com o Mercosul, caso o Brasil deixasse de fazer parte.

Tal decisão do presidente brasileiro é reflexo de reunião anterior a cúpula envolvendo os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do sul), na qual divulgaram comunicado conjunto declarando compromisso com o acordo de Paris, mas os mesmos aproveitaram tal situação para cobrarem dos países ricos compensação aos países emergentes pela preservação, como foi dito em reunião pelo ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que os produtores rurais brasileiros precisam ser compensados se quiserem que o Brasil preserve a floresta, pois é preciso explorar as possibilidades econômicas da Amazônia, diversificando as atividades dentro e no entorno da floresta.

E a resposta dada foi que estão sendo realizadas ações para a mitigação e adaptação, e que se espera que a cúpula de ação climática da ONU, em setembro, produza resultados.

A única reunião oficial na qual o presidente brasileiro fez parte foi com o presidente americano, no qual Trump diz que Bolsonaro é um homem especial e muito amado pelo povo brasileiro, e o convidou para visitar o país novamente, além de uma declaração de apoio à reeleição. Tendo além disso como pauta a situação do país vizinho, a Venezuela, na qual o Brasil demonstra preocupação por meio do porta-voz Otávio Rêgo que confirma conversas no sentido de pressionar apoiadores do regime venezuelano.

No fim do dia o Mercosul e a união europeia selaram um acordo de livre-comércio entre os dois blocos, após mais de 20 anos de discussões, no qual anteriormente não era dito como preferência do governo brasileiro, e foi alterada, assim afirma Paulo Guedes, atual ministro da Economia, que o acordo representa um incremento de 336 bilhões de reais, em 15 anos para o PIB brasileiro, podendo chegar a

480 bilhões, ou seja cerca de 7% do PIB atual. No entanto o tratado deve demorar a entrar em vigor, tendo ocorrido apenas o fim das negociações e o anúncio político.³⁹

E por fim a cúpula do G20 termina com a tão esperada reunião presidencial bilateral entre Donald Trump e Xi Jinping, na qual eles decidiram reabrir o diálogo para as negociações comerciais, e que o governo americano se comprometeria a não elevar tarifas, por enquanto, sobre produtos chineses, e afirma Xi que os interesses de ambos os lados são bastante integrados e as áreas de cooperação são amplas, não podendo cair no conflito, pois promoveria o desenvolvimento mútuo. E no texto final⁴⁰ é dito que os países se esforçarão para manter os mercados e investimentos livre, justo, não discriminatório, transparente, previsível e estável. Questões de empoderamento das mulheres e dos deslocamentos migratórios são apontados no texto como tema a ser observado. Além de alguns acréscimos ao comunicado por parte do Japão quanto a preocupação com o envelhecimento populacional e lixo plástico nos mares.⁴¹

Sendo assim os acontecimentos de tal evento propiciaram para o futuro muitas novas discussões, tanto no que se diz respeito a questão brasileira do meio ambiente, o posicionamento do presidente e suas ações no que se diz respeito a continuar fazendo parte do tratado de Paris, e ao acordo de livre comércio, quanto também as relações existentes entre EUA e China, que muito se tem o que discutir e se manter dos acordos gerados nesse evento e em futuros, e ainda saber quem ganhará a guerra, ou se no fim apenas uma trégua será imputada.

³⁹ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/mercosul-e-uniao-europeia-fecham-acordo-de-livre-comercio.shtml?loggedpaywall>

⁴⁰ Disponível em: https://www.g20.org/pdf/documents/en/FINAL_G20_Osaka_Leaders_Declaration.pdf

⁴¹ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/em-comunicado-final-g20-fala-em-intensificacao-de-tensoes-comerciais-e-geopoliticas.shtml>

AGROPECUÁRIA EM DETRIMENTO DA AMAZÔNIA⁴²

Ana Caroliny Alves Menezes⁴³

Águida Cristina Santos Almeida⁴⁴

Nos últimos trinta e três anos houve perda de florestas aproximadamente de oitenta e nove milhões de hectares, o equivalente a 3,5 vezes o tamanho do Estado de São Paulo. Desde 1985, o Brasil perdeu milhões de hectares de florestas e ganhou a mesma quantidade de áreas destinadas à agropecuária, onde grande parte desta área se transformou em pastagem, para a atividade criatória ou em área de cultivo (e ainda tem o extravismo mineral). Desses oitenta e nove milhões de hectares de área desmatada, quarenta e sete milhões aconteceu na Amazônia.

Um estudo feito pela MapBiomass⁴⁵ mostrou que atualmente 59% do Brasil é composto de florestas, no entanto em 1985 as florestas perfaziam 69% do território. A percentagem atual destinada para o agropecuária é de 31%, enquanto que em 1985 era de 20%. Ou seja, nota-se que a redução na área florestal está diretamente ligada à expansão do agronegócio.

Nos últimos dias, vem ocorrendo uma sequência de queimadas organizada por produtores rurais, sindicalistas, grileiros e comerciantes com o objetivo de desmatar parte da floresta, plantar pasto e com isso mostrar ao presidente que eles apóiam seus planos de afrouxar a fiscalização realizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). Após a posse do atual presidente, o Ibama parou de fiscalizar as queimadas porque suas ações perderam apoio da Força Nacional, ligada ao Ministério da Justiça, e da Polícia Militar.

O atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ressaltou a fala de uma pecuarista em que ela, sem provas, acusa que servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), um órgão do próprio Governo, teriam

⁴² Artigo escrito em agosto de 2019. Artigo feito a partir de notícias dos dias entre 21/08 e 27/08.

⁴³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). Email: aalvesmenezes@gmail.com.

⁴⁴ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora.

⁴⁵ Plataforma online criada por ONGs, universidades e empresas que tem o objetivo de produzir mapas anuais da cobertura e uso do solo no Brasil, desde 1985 até os dias atuais.

ateado fogo na floresta. O presidente Bolsonaro ajudou a fortalecer a acusação dessa produtora rural, sugerindo, também sem provas, que ONGs estariam incendiando a Amazônia. Em Porto Velho em um hospital, idosos e crianças são os que mais chegam em busca de atendimento por problemas respiratórios em consequência das queimadas na região. Os pacientes recebem oxigênio no corredor principal do hospital.

Um levantamento feito pelo Instituto Socioambiental mostra quais são as Terras Indígenas e Unidades de Conservação mais atingidas pelas queimadas na Amazônia brasileira, e foram: Parque Indígena Araguaia (TO), a TI Pimentel Barbosa (MT), TI Parabubure (MT), TI Apyterewa (PA), TI Marãiwatsédé (MT), TI Kayapó (PA), TI Areões (MT), TI Kanela (MA), TI Mundurucu (PA) e a TI Pareci (MT). No Parque Indígena Araguaia, foram 752 focos de calor no último mês. Ao todo, foram 3.553 focos de calor em 148 Terras Indígenas da Amazônia brasileira.

O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou durante pronunciamento no lançamento da cúpula do G7, que uma das suas prioridades no evento seria mobilizar todas as potências para combater o desmatamento e investir no reflorestamento. Macron disse ainda que a Amazônia constitui-se num tesouro de biodiversidade e um tesouro para o nosso clima, graças ao oxigênio que produz e ao carbono que captura. Tal preocupação do Presidente da França acabou iniciando uma crise diplomática entre os dois chefes de Estado, pois Bolsonaro em sua rede social acusou Macron de usar tom sensacionalista e de querer instrumentalizar uma questão interna do Brasil.

As recentes queimadas destruíram não apenas a flora como também a fauna, haja vista que inúmeros animais morreram queimados, lembrando que se trata de floresta e fauna nativas, agravando ainda mais o crime ambiental praticado. O recente ataque do agronegócio à Amazônia, num momento político no qual o governo demonstra clara conivência com os interesses dessa classe, detona a sensação de que enquanto “os bolsos” dos empresários estiverem cheios nada mais irá importar, não importando quem irá se machucar ou mesmo morrer com as arbitrariedades praticadas, que vêm se intensificando

A ganância humana por dinheiro e poder torna tão cegos aqueles que a praticam, que os leva a perder completamente a percepção que vossas atitudes tomadas no presente, os afetarão posteriormente, e não apenas as gerações futuras. Quantas pessoas, quantos animais terão que perecer, quantas árvores mais terá que ser derrubadas para o ser humano perceber que o dinheiro não é o centro de tudo? Somente

quando for cortada a última árvore, poluído o último rio, pescado o último peixe, é que o homem vai perceber que não pode comer dinheiro. Será que vai ser mesmo assim?

Selic Fixa⁴⁶

*Jefferson de Souza Costa*⁴⁷

*Águida Cristina Santos Almeida*⁴⁸

As economias capitalistas funcionam de modo cíclico, de maneira que as fases de crise são parte integrante do ciclo econômico. Entretanto, quando nas fases de crise do ciclo devidas medidas de política econômica não são tomadas, agindo de forma contracíclica, as economias mergulham cada vez mais na Depressão, podendo permanecer nesse estágio ao longo de vários períodos. O atual estágio em que a economia brasileira se encontra, é diagnosticado por muitos como sendo pior do que a década perdida (que foi os anos 1980) e, como afirma Sicsú (2018), a economia brasileira passa por um estágio de depressão, contrariando análises de outros economistas que mantêm o diagnóstico de recessão, para o atual cenário de estagnação da economia brasileira, apesar de sua persistência ao longo dos últimos anos. Tal afirmação é fundamentada na evolução das taxas do PIB e das taxas de desemprego, para as quais o Brasil, desde o primeiro trimestre de 2014, vem sofrendo redução, evoluindo nos anos seguintes para quedas acentuadas no PIB, e elevadas taxas de desemprego. Sendo que este último só começou a crescer a partir de 2015, ou seja, antecedeu a queda do PIB.

Em cenários de crise e queda do investimento produtivo (público e privado), como é o caso do Brasil desde 2015, os mecanismos necessários para a volta do dinamismo econômico, surgem necessariamente da ação do Estado. A forma mais direta para algo neste sentido se dá através do aumento dos gastos autônomos do governo, em investimento público, saúde e educação, por exemplo. Como ficou bastante claro, no

⁴⁶ Artigo escrito em agosto de 2019.

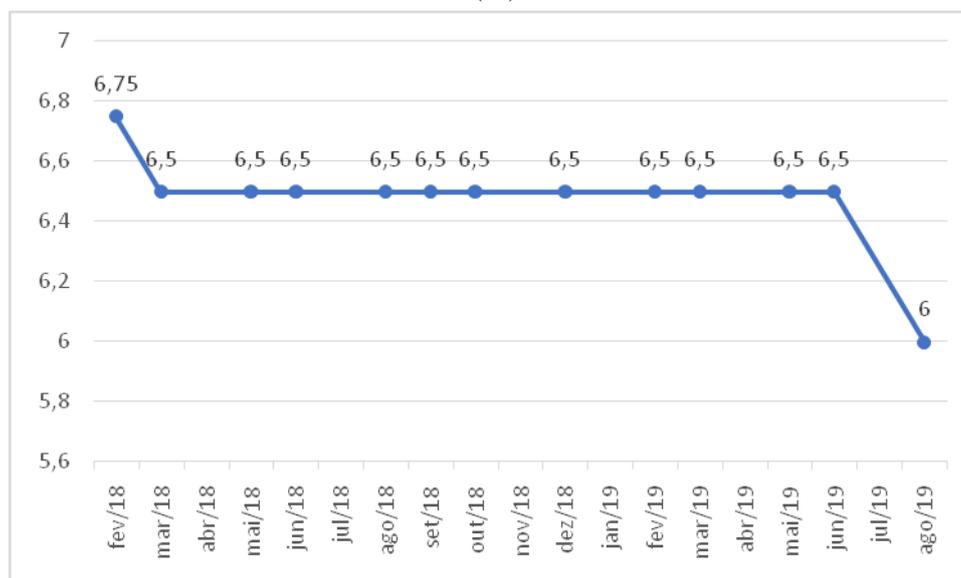
⁴⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do PET – Economia/UFCG e membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail: Jeff.costa3@hotmail.com.

⁴⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e revisora do presente artigo.

intervalo de 11 anos, entre 2003-13, época que a economista Laura Carvalho (2018) chama de “O milagrinho econômico brasileiro”, período no qual ocorreu a retomada do investimento produtivo pelo Estado, em diversos setores: construção civil, indústria, energia, saneamento básico, nas tecnologias consideradas genéricas (biotecnologia, por exemplo), infraestrutura logística. Ao mesmo tempo, o Estado expandiu o gasto em saúde e educação e fez uma ampla política de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. E tudo isso, impulsionou a retomada do investimento privado, criando um amplo dinamismo na demanda agregada do país. Entretanto, as condições políticas, condicionadas por questões econômicas, impediram que as medidas elencadas, continuassem em expansão.

Outro mecanismo atenuador do quadro de crise, embora com funcionamento mais endógeno que exógeno em relação à retomada das condições de demanda da economia, se dá através do manuseio da Taxa Selic, que é definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), a cada 45 dias. Contudo, mesmo passando por permanentes revisões, que vem resultando numa persistente redução dessa taxa pelo Copom, a qual se iniciou em outubro de 2016, momento em que se encontrava em 14%, o Brasil atualmente ainda é o 8ª país com as maiores taxas de juros reais do mundo, sendo que a Argentina lidera esse grupo no momento.

FIGURA 01: Taxa Selic-Meta em (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados no BCB

Um dos pressupostos de manter elevada a taxa de juros básica é o de controlar a inflação. Contudo, a economia brasileira apresenta comportamento ambíguo nesse

quesito. O fantasma da hiperinflação no Brasil ainda é forte, devido ao processo de aceleração inflacionária dos anos 1980 e início dos anos 1990. Entretanto a inflação há bastante tempo se mantém dentro da meta definida pelo Banco Central do Brasil (BCB). Portanto, qual a explicação para os altos níveis de taxa de juros, num contexto perverso de depressão econômica?

Por mais que a Selic venha mantendo uma sequência de reduções, desde outubro de 2016, a mesma ainda se mantém elevada quando analisado o panorama econômico atual. A partir da Figura 01, na qual representa a Taxa Selic Meta no período entre fevereiro de 2018 a agosto de 2019, pode-se observar que a Taxa Selic permaneceu inalterada por mais de um ano, no intervalo entre março de 2018 a junho de 2019, período no qual o Brasil apresentou um quadro de deflação. Dessa forma, a permanência da taxa Selic no patamar em que foi mantida, apesar da inflação em queda, funcionou como mais um elemento desestimulante da retomada do investimento privado, embora, o atual cenário de estagnação só possa ser enfrentado por meio da atuação direta do Estado, através da expansão do gasto autônomo, tomando como corretas as ideias de Keynes.

O fôlego que uma economia pode ganhar a partir de políticas monetárias expansionistas, que reduzam a taxa básica de juros, não é de imediato e nem certo, conforme explicitado antes. O resultado de política monetária expansionista, no caso atual do Brasil, exige a combinação com uma política fiscal ativa, e tem um retardo de tempo entre a sua aplicação e o seu resultado expansionista na economia, e na demanda agregada. Daí a urgência na aplicação de políticas, fiscal e monetária, contracíclicas, dada a persistência do quadro de estagnação, que sinaliza para um quadro de persistente agravamento.

REFERÊNCIAS

Carvalho, L. *Valsa brasileira: Do boom ao caos*: São Paulo: Todavia. 2018.

ECONOMISTAS passam a ver a Selic a 5,00% neste ano. 12 agosto. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/economistas-passam-a-ver-selic-a-500-neste-ano.shtml>. Acesso em: 24 agosto. 2019.

Sicsú, J. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. *Instituto de economia*, Rio de Janeiro, 008, 46, junho 2018.

A DECADÊNCIA DA HARMONIA SOCIAL NA DEMOCRACIA BRASILEIRA⁴⁹

*Thyago Ezequiel de Melo⁵⁰
Águida Cristina Santos Almeida⁵¹*

Para introduzir o presente artigo é proposta uma breve reflexão acerca do tema apresentado. Sendo assim, na epistemologia da palavra Harmonia se é sabido que a mesma representa uma ausência de conflitos, o que para o sociólogo Émile Durkheim, seria uma espécie de solidariedade, pois o homem como indivíduo tem o desejo e a vontade da coletividade, assim propiciando a harmonia social, o que se incumbiria na consciência coletiva. No entanto, na democracia brasileira, cada vez mais se é demonstrado exatamente o oposto de tal harmonização. Vale lembrar que em uma democracia todos os cidadãos elegíveis participam igualmente na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, por meio do sufrágio universal, então quais seriam as causas da profunda crise de democracia que o Brasil está vivenciando?

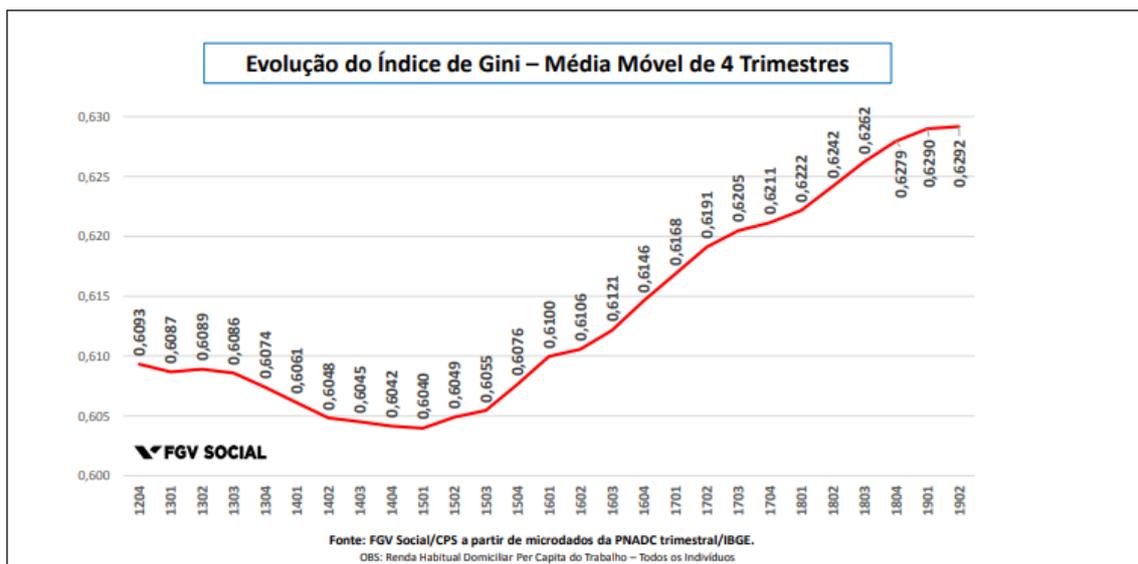
O primeiro, e provavelmente mais importante, fato de tal desarmonia se deve à desigualdade social que conforma a estrutura social e econômica do país, sendo o Brasil o segundo país no mundo com maior concentração de renda no 1% mais rico (considerado o topo da pirâmide em termos da distribuição da renda e da riqueza), perdendo apenas para o Qatar, que é um Estado de monarquia absolutista desde o século XIX. Ou seja, dentre Estados considerados democráticos, o Brasil é líder no que diz respeito à desigualdade por concentração de renda⁵². Não sendo apenas o único indício de tal desigualdade, pois segundo dados do FGV Social, desde o primeiro trimestre de 2015, como pode ser observado abaixo, o índice de Gini retomou sua tendência de crescimento, após um breve período de queda. E com isso vem se revertendo rapidamente a melhora alcançada em termos de melhoria na distribuição de renda, como resultado das políticas sociais de inclusão social e de valorização do salário mínimo, aplicadas nos governos de Lula e Dilma.

⁴⁹ Artigo escrito em agosto de 2019.

⁵⁰ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁵¹ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo.

⁵² Dados retirado do World Inequality Database (<https://wid.world/>) acesso em 25/08/2019.



Ainda se tratando de desigualdade social, outros aspectos a serem observados são a miséria e o desemprego, esses que afetam diretamente os menos abastados, pois assim como na analogia da porta giratória, proposta por Fernando Burgos, professor da FGV-SP, tais pessoas apenas passam um tempo em condições favoráveis, e logo em seguida encontram o pesar de voltar para a situação anterior, ou uma situação ainda pior. E com isso, é minado o papel central que o mercado de trabalho ocupa no processo de inclusão social e econômica, numa economia de mercado. Numa pesquisa recente do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁵³ com base em dados de emprego e renda, cresceu cerca de 4% dos domicílios no país que não tem um único morador com renda gerada pelo trabalho, com tendência a aumentar cada vez mais, por exemplo, com a aprovação da reforma da previdência, que irá prejudicar os trabalhadores mais pobres, e se constitui mais um passo para o desmonte do Estado de bem estar social, assim como a PEC de teto dos gastos públicos primários e da reforma trabalhista, ambas aprovadas em 2016, no governo de Temer. E ainda tem mais, a recente MP da “Liberdade Econômica” também contribui para esse processo profundo de deterioração das garantias mínimas de vida de grande parcela da população brasileira, que o povo vem enfrentando desde 2016.

Para que não acentuasse tal desarmonia social, deveria imperar como uma das principais pautas do governo brasileiro, a implementação de iniciativas de serviços sociais básicos, como educação, saúde e a permanência de políticas de erradicação da fome e da miséria. Entretanto segundo dados do portal da transparência⁵⁴, em 2015 foi

⁵³ Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (ipea.gov.br) acesso em: 25/08/19.

⁵⁴ Portal da transparência (portaltransparencia.gov.br/despesas) acesso em: 25/08/2019.

gasto 5,14% do orçamento com o ministério da educação e 4,57%, também do orçamento, com o ministério da saúde, este percentual sofreu redução em 2019, caindo para 4,16% e 4,03%, respectivamente equivalendo cerca de R\$ 26,3 bilhões em cortes nos gastos na saúde e educação, num intervalo inferior a quatro anos.

Por fim fica claro que com tantos fatores estimulando a permanência e agravamento da exclusão e desigualdade social e econômica brasileiras, e conseqüentemente, a desarmonia na sociedade, a situação para o futuro do país é preocupante. No entanto, é tarefa da sociedade civil organizada, lutar por direitos, por meio da elaboração e consecução de políticas públicas, que estejam em consonância com a Constituição de 1988, uma constituição cidadã e inclusiva. Com isso, a democracia será mantida e poderá ser aprofundada ao longo da trajetória política e econômica do país. E como consequência, o quadro crônico, histórico e estrutural de desigualdade social, econômica, regional, racial e de gênero que marca o Brasil, poderá ser superado.

Os impactos da Reforma da Previdência aprovada pela Câmara dos Deputados e os novos projetos discutidos no atual Governo⁵⁵

*William Bezerra dos Santos⁵⁶
Ágida Cristina Santos Almeida⁵⁷*

Meses após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, reformas draconianas começaram a ser propostas por Michel Temer e, dentre elas, a Reforma da Previdência. Segundo o site de notícias, Valor econômico, ao longo do Governo Temer, o então deputado Jair Bolsonaro se mostrava totalmente contra as propostas sugeridas pelo Governo⁵⁸. No entanto, após Bolsonaro ser eleito presidente, iniciou-se a corrida pela aprovação da tal reforma da previdência, em moldes semelhantes ao que havia sido sugerido por Temer. Para conseguir a aprovação, o Governo fez uso de articulações corruptas de compras de votos (por meio da liberação de emendas constitucionais em milhões de reais), e finalmente a reforma foi aprovada pela câmara dos deputados.

As reformas pelas quais o Brasil vem passando desde 2016 (como por exemplo, a mudança no Regime Fiscal, a Reforma Trabalhista, e agora em 2019 a Reforma da Previdência) tiveram sua aprovação em discursos que lhes apontavam como as únicas e possíveis soluções para a crise econômica que assola o país desde 2015. No entanto, a reforma da previdência, discutida pelo atual Governo, mostra sorrateiramente à sociedade brasileira a quem o Estado está a serviço.

Para se entender melhor o impacto das mudanças, é importante compreender as alterações ensejadas pela reforma, em relação ao modelo que funcionava antes. Para aposentadoria por idade era necessário que as mulheres tivessem 60 anos e os homens 65. Com a reforma, a idade mínima passou de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Além disso, a idade pode continuar aumentando de acordo com o aumento da expectativa de vida.

⁵⁵Artigo escrito em julho de 2019.

⁵⁶Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do PET – Economia.

⁵⁷ Professora do Curso de Ciências Econômicas da UFCG, coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora.

⁵⁸<https://www.valor.com.br/politica/6120013/bolsonaro-disse-em-2017-que-reforma-com-65-anos-e-falta-de-humanidade>.

Sobre o tempo de contribuição, era necessário ter no mínimo 15 anos de contribuição, para quem se aposenta por idade. Por tempo de contribuição, eram 35 anos de contribuição para homens, e 30 para mulheres. Com a reforma, o tempo mínimo de contribuição, para se aposentar por idade, passou a ser de 20 anos de contribuição, para homens e mulheres. Ou seja, um aumento de 5 anos no tempo mínimo de contribuição. Outra grande mudança da reforma, com impacto social e humano imensurável, trata do fato de que para se aposentar com 100% do benefício, é necessário contribuir por 40 anos.

Segundo adverte senadores do PT dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, em artigo para a revista Carta Capital⁵⁹, com a reforma, os valores dos benefícios sofrerão reduções enormes, estas regras poderão ter um custo de perda de 50% da aposentadoria e o restante será transferido para o ajuste fiscal do ministro da economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro. Além do mais, a diminuição dos valores do benefício se estenderá, também, em grande parte, a pessoas com incapacidade permanente.

Embora a assistência social e a previdência social estejam resguardadas na seguridade social, a Reforma da Previdência foi aprovada sob o argumento político de que o Estado não dispõe de condições financeiras/fiscais de manter o sistema como funcionava antes da Reforma. Além disso, a Reforma foi defendida sob o argumento de que combateria “privilégios” de determinados grupos.

No entanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁶⁰ que foi criada para revisar as contas da seguridade social, concluiu que não há o que chamam de rombo na previdência e que esta, pelo contrário, está sendo alvo de má gestão, e que o argumento de que a previdência está quebrada, já foi utilizado por vários governos para aprovação de reformas no sistema. Pois, desde a aprovação da Constituição em 1988, a previdência já passou por inúmeras reformas, nos Governos FHC, Lula e Dilma. Em todas as reformas houve encurtamento e extinção de direitos, principalmente para os servidores públicos do executivo, e aumento na idade mínima para aposentadoria.

Argumenta-se, que se torna necessária a discussão de um novo regime de aposentadoria devido ao aumento da expectativa de vida. Todavia, um percentual alto dos trabalhadores brasileiros não consegue se aposentar, ou se aposenta com benefícios muito baixos, tendo em vista que a maioria dos benefícios são de até 2 salários

⁵⁹<https://www.cartacapital.com.br/opiniaoprevidencia-injusticas-da-reforma-e-o-papel-do-senado/>

⁶⁰<https://apufpr.org.br/relatorio-de-cpi-do-senado-confirma-que-previdencia-social-nao-tem-deficit/>

mínimos. Hoje, os grandes privilégios estão concentrados no Judiciário, Legislativo e militares.

Para a economista e professora da UFRJ, Denise Gentil, os mais prejudicados com a reforma da previdência serão as populações das regiões Norte e Nordeste, as mulheres, e os que percebem até dois salários mínimos de remuneração. Além disso, 69% da população brasileira não conseguirá cumprir os requisitos mínimos necessários, dentro das novas regras, para gozar o direito de se aposentar, os quais constituem a associação entre idade mínima e o tempo mínimo de contribuição, ambos estendidos com a nova reforma. A nova regra de contribuição de 40 anos para se aposentar com o benefício integral também chama atenção e denota o caráter antipovo contido na reforma⁶¹.

Ademais, Denise Gentil explica que os dados utilizados pelos que defendem que há um “rombo” na previdência, se baseiam em variáveis que são estáticas, como por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e na verdade, o método de análise para esta discussão deve se basear em outros dados de projeções populacionais ao longo do período 2000–2060, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, lamentavelmente, após a compra massiva de votos de deputados no Congresso, que custou mais de 176 milhões em emendas parlamentares e, bem como de outras promessas de benefícios pelo Planalto,⁶² foi aprovada pela Câmara dos Deputados a Reforma da Previdência nos dois turnos. De modo que o texto da reforma já está na Comissão do Senado. No entanto, é sabida as consequências desta nova reforma para as camadas mais vulneráveis social e economicamente, que muitas vezes subsistem com os benefícios da seguridade social, advindos da assistência social e/ou da previdência.

Ou seja, em razão da Reforma da Previdência, associada às demais reformas que já foram aprovadas, o processo de superação da miséria e da extrema pobreza no Brasil, com certeza será revertido, e a ampliação da exclusão social e da desigualdade social e econômica se ampliará e atingirá níveis ainda muito maiores que o quadro atual. Se as reformas previstas para serem aprovadas, como por exemplo, a Reforma Tributária,

⁶¹<https://www.anasps.org.br/texto-da-reforma-traz-mudancas-parametricas-diz-professora-denise-gentil/>.

⁶²<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/por-avanco-de-previdencia-bolsonaro-libera-mais-r-176-mi-em-emendas-parlamentares.shtml>.

ocorrerá um agravamento ainda maior na condição de vida de parcela majoritária do povo brasileiro.

Existem muitos outros problemas que deveriam estar sendo discutidos no Brasil, como por exemplo, o modelo de sistema tributário brasileiro que é totalmente injusto para com a classe pobre, dado o seu elevado grau de regressividade, tendo em vista que metade da carga tributária no Brasil incide sobre a produção e o consumo, enquanto que a renda e o patrimônio são insuficientemente tributados, principalmente nas camadas mais altas de renda. No entanto, desde o ano de 2015, que os interesses da elite têm se sobreposto de modo absolutamente radical sobre os interesses da maior parte da população brasileira, especialmente da parcela mais vulnerável social e economicamente, e lamentavelmente esse esquema foi legitimado nas urnas. Dessa forma, continua restando somente a luta, para manter o que se tem e reconquistar o que se perdeu, em termos de direitos e garantias sociais.

A profunda crise da Argentina⁶³

Ariane Cristina Oliveira Olimpio⁶⁴

Águida Cristina Santos Almeida⁶⁵

Segundo a Agência Standard & Poors, a Argentina está entre os cinco países com maior nível de fragilidade financeira, juntamente com Egito, Turquia, Paquistão e Catar. Na América Latina, é o segundo país que gera menos confiança entre os investidores estrangeiros, perdendo somente para a economia da Venezuela. Na verdade, a crise atual e o elevado grau de fragilidade financeira, é um quadro que a Argentina vem repetindo ao longo do tempo, sobretudo a partir dos anos 1980.

Nas últimas semanas a Argentina esteve no palco das discussões e análises políticas e econômicas em vários jornais do mundo, em decorrência da declaração dada pelo governo, referente à moratória da dívida externa. Tal declaração implica o adiamento dos pagamentos e a abertura para renegociação da dívida, que havia sido contraída por meio de uma linha de crédito junto do FMI (Fundo Monetário Internacional), em junho de 2018, no valor de U\$ 57 bilhões (aproximadamente R\$ 234 bilhões de reais). Após a declaração de moratória, feita pelo governo, ocorreu a disparada do dólar, que subiu 7,89 % frente ao peso argentino, e acumulou um total de 35% de desvalorização da moeda argentina, frente ao dólar, em um mês.

Tal situação já vinha sendo prevista por alguns economistas, como a decisão de adiar o pagamento ao FMI caso o governo não tivesse nenhum sinal positivo, seja dos credores privados da dívida, do mercado de capitais ou do Fundo Monetário Internacional, pois, os mercados se encontravam fechados para a Argentina e o governo não possuía acesso a nenhum financiamento. Economistas também preveem que caso a situação se agrave, há possibilidades de ocorrer um default desordenado, ou seja, o não cumprimento da cláusula do contrato de empréstimo por parte do devedor, e conseqüentemente um calote, como ocorrido no ano de 2002. Um default castigaria o país a uma marginalização no mercado de capitais, e conseqüentemente em relação ao

⁶³Artigo escrito em setembro de 2019.

⁶⁴Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

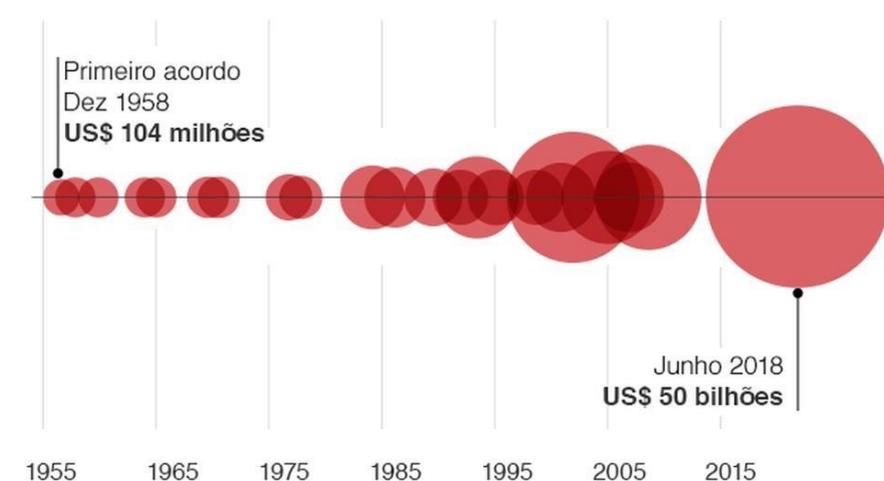
⁶⁵ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão.

acesso de financiamento externo. Ou seja, a moratória por falta de divisas para honrar os compromissos externos financeiros, tende a agravar ainda mais a crise de financiamento externo que a Argentina se encontra.

O seguinte gráfico mostra a evolução dos empréstimos tomados pela Argentina:

FMI e Argentina: um longo histórico de crédito

Acordos de crédito desde 1958



Nota: valores em US\$ convertidos a partir dos Direitos especiais de saque (SDR).
1 SDR = US\$ 1,39 em 03/09/2018

Fonte: Fundo Monetário Internacional

BBC

Ou seja, a Argentina mais uma vez recorreu ao FMI para pedir ajuda financeira em meio à crise, sendo esta última a de maior valor da história, gerando preocupações para os Argentinos devido ao mau histórico de empréstimos tomado pela Argentina desde o fim dos anos 1950. A situação do país no presente, remonta ao episódio que ocorreu em 2001, quando uma moratória da dívida externa foi decretada, num quadro de recessão econômica e crise cambial.

Na fase recente, o país enfrenta uma trágica crise econômica com os seguintes aspectos: depreciação agressiva do peso, reservas internacionais baixas, inflação alta, dívida externa que o país já não consegue pagar. Sem deixar de lado os indicadores sociais que pioraram no país, como o aumento da taxa de desemprego próxima de 10%, e do nível de pobreza, que aumentou e chegou ao maior nível desde a crise de 2001. Segundo o Instituto de estatística estatal do país, o índice que mede a pobreza na

Argentina subiu para o patamar de 32% no segundo semestre de 2018, com 6,7% da população em estado de indigência.

Em razão da proximidade da eleição presidencial na Argentina, entende-se que quem ganhar o pleito eleitoral, terá o desafio de administrar mais uma grande crise cambial e da economia interna. O desafio se torna intransponível se o receituário para enfrentar as crises instaladas for composto por políticas fiscal e monetária do consenso de Washington, que normalmente prescreve medidas de política pró-cíclica, deprimindo ainda mais a demanda agregada do país. Quanto à crise de financiamento externo, a situação é muito mais delicada, dado que se trata de problema estrutural de balanço de pagamentos. Daí a permanente necessidade de capitais voláteis especulativos de curto prazo, e das ajudas do FMI para sanar os compromissos externos, e ambos periodicamente vão falhar, e com isso irá se descortinar uma fragilidade externa que marca o quadro dos países latino-americanos.

Referências

A crise econômica da Argentina em 6 gráficos. BBC NEWS, 11 setembro. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45470709>. Acesso em: 05 setembro. 2019.

Argentina: how IMF's biggest ever bailout crumbled under Macri. FINANCIAL TIMES, 03 setembro. 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5cfe7c34-ca48-11e9-a1f4-3669401ba76f>. Acesso em: 06 setembro. 2019.

A crise econômica da Argentina em 6 gráficos. BBC NEWS, 11 setembro. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45470709>. Acesso em: 05 setembro. 2019.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. [S. l.], v. 16, n. 44, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 6 set. 2019.

Como a política econômica de Macri piorou os indicadores na Argentina, 16 abril. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/como-a-politica-economica-de-macri-piorou-os-indicadores-na-argentina/>. Acesso em: 06 setembro. 2019.

Cresce o risco de moratória ou default na Argentina, dizem economistas, 29 agosto. 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/internacional/6413583/cresce-o-risco-de-moratoria-ou-default-na-argentina-dizem-economistas>. Acesso em: 06 setembro. 2019.

O aprofundamento da desigualdade social e o impacto do desemprego nesse quadro de piora social⁶⁶

*Cíntia Riquele Bezerra Silva⁶⁷
Águida Cristina Santos Almeida⁶⁸*

A proposta do presente artigo é elaborar uma reflexão acerca do desemprego no Brasil e como este aprofunda a desigualdade social. Segundo a Constituição de 1988 todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, de modo que a proposta no âmbito do texto constitucional é promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, cor, raça, sexo, região ou quaisquer outras formas de discriminação. Entretanto esses direitos básicos são infligidos, e quando se trata dos dados apresentados, estes muitas vezes não elucidam o fato de desemprego afetar as pessoas de maneiras distintas. Os atos discriminatórios servem para uma falsa sensação de superioridade de um determinado grupo em relação ao outro, e em tese, a discriminação é o comportamento que vai contra o tratamento de igualdade dentro da sociedade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE)⁶⁹, o índice de Gini, que monitora a desigualdade de renda em uma escala de 0 a 1 (sendo que para esse medidor quanto mais perto de 1 maior a desigualdade), o Brasil apresentou um índice de Gini de 0,6257 em março do corrente ano. A pesquisa ressalta que os mais afetados são as classes mais vulneráveis social e economicamente. Dado que, nos últimos três anos, o desemprego deteriorou os ganhos dos mais pobres e ampliou a desigualdade no mercado de trabalho. Nesse intervalo de três anos, a renda dos 10% mais abastados experimentou um aumento de 3,3%, enquanto a parcela mais vulnerável da população, teve uma perda acumulada de 20% em seu rendimento.

⁶⁶ Artigo escrito em setembro de 2019.

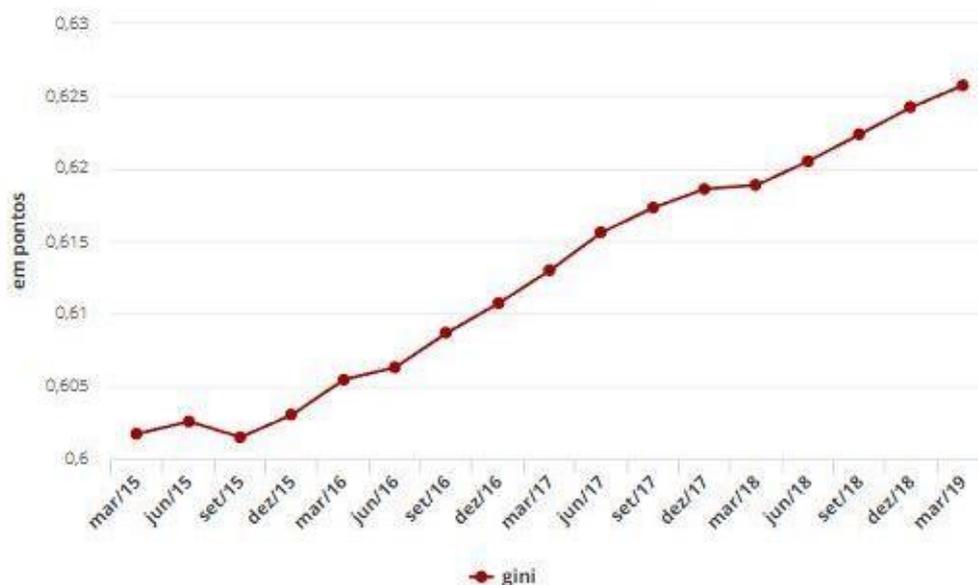
⁶⁷ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁶⁸ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo.

⁶⁹ Dados retirados do FGV (<https://cps.fgv.br/en/inequality>) acessado em 15/09.

Desigualdade de renda

Gini da Renda do Trabalho nos Domicílios per Capita



Fonte: FGV/IBRE

Ao se observar o gráfico, com os dados da pesquisa realizada pela FGV, vê-se o crescimento na desigualdade de renda, que perdura ao longo de 17 trimestres consecutivos. No primeiro trimestre de 2015, o índice de Gini era de 0,6017, e no primeiro trimestre de 2019 passou para 0,6257. No Brasil, a desigualdade entre pobres e ricos é uma das mais altas do mundo. E essa realidade não é atual, dado que é bem antigo historicamente e enraizado estruturalmente, o abismo entre os que têm mais e os que menos têm no país. Seja em decorrência de heranças coloniais, desigualdade de gênero, segregação racial, segregação regional, questões relacionadas à assimetria no acesso à educação.

Na fase contemporânea, esse quadro histórico de desigualdade, voltou a se agravar e a reverter o processo de inclusão social que vinha acontecendo na última década, em função de um conjunto de fatores, como por exemplo, o aumento desenfreado do desemprego, a reforma trabalhista do Governo Temer, a PEC do teto de gastos, também do Governo Temer. Nesse ano, tem-se a reforma da previdência (quase

aprovada) e a MP da “liberdade” econômica. Ou seja, todas essas reformas vão agravar ainda mais um quadro de brutal desigualdade que perdura há séculos, e que apenas havia iniciado seu processo de reversão.

Nesse quadro de profunda e histórica desigualdade, a população negra tem mais chances de ficar desempregada, como demonstra os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)⁷⁰. No primeiro trimestre de 2017 a taxa de desocupação para autodeclarados negros atingiu 16,9%, enquanto no mesmo período de tempo a taxa para autodeclarados brancos foi de 13,7%. Quanto às mulheres, no primeiro trimestre de 2017 a taxa de desocupação era de 13,7%, enquanto a taxa para os homens era de 12,1% no mesmo período de tempo.

Apesar do aumento da participação dos negros e das mulheres no mercado de trabalho, ainda é perceptível a hostilidade desse ambiente para essas classes da população, pois, além das diferenças salariais entre os indivíduos, em função da cor da pele e do gênero, o desemprego acaba por aprofundar as desigualdades já existentes, tendo em vista, atingir com percentuais maiores os subgrupos populacionais antes mencionados. Os jovens também sofrem bastante com o desemprego, e também se destacam com taxas de desemprego mais elevadas que a média do país. A insuficiência ou ausência de experiência, somada ao cenário econômico atual, de elevado desemprego, amplia as dificuldades de inserção da população mais jovem no mercado de trabalho. A PNAD contínua aponta que no último trimestre de 2018, um em cada quatro jovens não estuda nem trabalha. A taxa de desemprego entre os jovens de 18 aos 24 anos é de 27,7%, segundo levantamento do IBGE em 2018. Outros números indicam a redução de postos de trabalho com carteira assinada, entre 2012 e 2018, para jovens de 18 a 24 anos, foi de 1,9 milhão.

Em um contexto de mais de 11,8 milhões de desempregados no segundo trimestre de 2019, segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de recorrentes reformas que destroem direitos, a situação do trabalhador brasileiro é de grande vulnerabilidade. Na perspectiva de ficar sem emprego ou de ajudar nas despesas da casa, o subemprego figura como a saída, de modo que empregados têm cada vez mais se sujeitado a condições de trabalho insalubres, penosas e arriscadas, para conseguirem um sustento, sendo as mulheres, os negros e os jovens os mais afetados.

⁷⁰ Dados retirados (<https://www.nexojornal.com.br>) acessado 15/09.

Cabe mencionar, que o quadro antes esboçado não é estritamente conjuntural, tendo em vista que sua persistência está ligada a questões de ordem social e econômica, derivadas de condições históricas, políticas e ideológicas. Dessa forma, a ausência de compromisso governamental, em elaborar e aplicar políticas públicas de combate ao desemprego e à desigualdade, só demonstra que ao invés do país se encaminhar para um quadro em que haja solução desse grave problema socioeconômico, ao contrário, se caminha para um agravamento da depressão econômica. E a persistência nas medidas de austeridade fiscal manterá a situação sem solução. Diante disso, é preciso a luta da sociedade civil organizada contra o abandono político, que tem levado ao desmonte das políticas de bem estar social, e a aplicação de políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, pois do contrário como cita Karl Marx, tudo que resta ao trabalhador é levar sua pele ao mercado e nada mais esperar além de ser esfolado.

FINANCIAL TIMES - TIME FOR A RESET: CAPITALISMO EM CRISE⁷¹

Hudson Gutierly P. de Medeiros⁷²

Águida Cristina Santos Almeida⁷³

Desde a década de 1970, a vitória do neoliberalismo sobre o mundo, acompanhada do avanço do processo de financeirização global da economia, e liberalização financeira, marcou a retomada das características intrínsecas ao sistema capitalista de forma voraz. O aumento da concentração da renda e da riqueza entre classes sociais e nações, e o impacto da desregulamentação financeira volta a pôr em risco, os fundamentos sociais e econômicos que dão sustentação ao atual regime de acumulação, assim como aconteceu no período que antecedeu as duas guerras mundiais e a grande depressão, denominada por Eric Hobsbawm de Era da Catástrofe.

No último dia 18, o Financial Times, considerado um instrumento de imprensa fundamental à formação de opinião em política e economia, em nível mundial, soltou uma campanha intitulada “CAPITALISM-TIME FOR A RESET”, onde ao mesmo tempo que atribui ao capitalismo diversos benefícios proporcionados à humanidade, acrescenta-se um “mas” e, nesse “mas”, elucida a necessidade de repensar o sistema econômico. A manchete conta a com a opinião de vários economistas, como o indiano Raghuram Rajan, ex presidente do Banco Central da Índia e economista-chefe do FMI (Fundo Monetário Internacional), o britânico Paul Collier, autor de *O futuro do capitalismo: Enfrentando as novas inquietações* e professor de economia e políticas públicas na Escola de Governo Blavatnik da Universidade Oxford, além de também citar Thomas Piketty e seus estudos sobre concentração de renda e desigualdade. O que a opinião dos economistas citados tem em comum é a pertinência de um sistema econômico que tenha como centralidade a preocupação com as pessoas e não somente com o lucro e o patrimônio.

⁷¹Artigo escrito em setembro de 2019.

⁷² Discente do curso de Ciências Econômicas, integrante do grupo PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: h.gutierly@gmail.com.

⁷³ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

"Acho que o capitalismo está sob séria ameaça porque parou de atender às necessidades das pessoas, e quando isso acontece, muitos se revoltam contra o sistema", afirma Rajan. Historicamente, períodos prolongados de crise econômica acabam desencadeando escaladas autoritárias. Entretanto, o problema acaba sendo muito mais profundo, uma vez que não se trata somente de retomar o crescimento. A forma que o sistema vem assumindo, com exigências de qualificação cada vez maiores para garantir empregos de classe média, concorrência desleal em reflexo da desigualdade, e elites que ocupam o topo da pirâmide da distribuição de renda cada vez mais afastadas da realidade social, tendem a direcionar o sistema para uma situação de insustentabilidade.

É necessário garantir o bem-estar material das pessoas – Após a crise de 2008, a continuidade do neoliberalismo tornou-se inviável, ressuscitem o Keynes! – Entretanto, repensar o capitalismo no século XXI, vai muito além de garantir condições de consumo para a população. Esquece-se que a busca por crescimento nada mais é do que a busca por transformar recursos naturais limitados em mercadorias e fazer com que essa produção se realize. É necessário repensar o capitalismo levando em consideração, além das pessoas, a questão ambiental e climática, e isto deve se verificar nos hábitos de consumo. Assim como também é necessário repensar o capitalismo jamais esquecendo que elementos essenciais para que a sociedade funcione de forma civilizada, como educação e saúde, não podem ser transformados em mercadoria. Deve-se entender que determinadas demandas sociais, como é o caso do acesso à educação, são também benefícios coletivos, portanto jamais passíveis de mercantilização.

Superpolação e o enorme crescimento industrial chinês: Uma das principais causas de insatisfações nas áreas de meio ambiente e saúde do país⁷⁴

*João Victor Silva Barros⁷⁵
Ágida Cristina Santos Almeida⁷⁶*

O país mais populoso e a segunda maior potência econômica do mundo, a China, sofre com grande intensidade em relação à poluição de seu território, e dos impactos sobre a saúde de sua população. Tal fato pode ser relacionado com sua gigantesca população e o crescente, intenso e permanente processo de industrialização, desde o final dos anos 1970, objetivando atender às necessidades de sua enorme população e de se firmar como grande potência mundial.

A preocupação em relação à quantidade da população chinesa fez com que o Estado chinês criasse uma política de controle de natalidade, a política de filho único, que determinou que um casal chinês só poderia ter um filho, caso contrário, poderiam perder o emprego ou seriam alvo de aborto forçado e esterilização. Essa política iniciada em 1979 e abolida em 2015⁷⁷ visou controlar rigorosamente o aumento da população. Estima-se que em função da referida, cerca de 400 milhões de vidas humanas foram evitadas. Segundo especialistas, tais medidas serviram para impedir que a população atual do país fosse de 1,7 bilhão de habitantes, contra os atuais 1,3 bilhão.

Numa perspectiva de atender melhor a sua gigantesca população e visando alcançar grau elevado de desenvolvimento econômico, além do controle de natalidade, o Estado chinês a partir de 1978 começou a implementar novas políticas reformistas do mercado e da economia. As políticas foram adotadas pelo partido comunista chinês, que desde 1978, em razão disso, num intervalo de 40 anos, retirou cerca de 740 milhões de chineses da condição de pobreza extrema. Tais políticas foram bastante influentes para que ocorresse um enorme e intenso crescimento industrial no país, levando a China a ser o país mais poluidor do mundo

⁷⁴ Artigo escrito em setembro de 2019.

⁷⁵ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET – Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁷⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo.

⁷⁷ Em 2015 a lei do filho único foi abolida, porém, passando de no máximo um filho para dois filhos.

atualmente. Segundo o diretor da agência ambiental chinesa Pan Yue em uma declaração ao jornal alemão Der Spiegel em 2007 afirmou que *“A China passou por uma industrialização nos últimos vinte anos, que muitos países em desenvolvimento precisariam de um século para completar”*. Em consequência desse crescimento significativo, o meio ambiente foi fortemente afetado e de modo negativo. Grande parte da geração de energia no território chinês ainda é baseada na queima de carvão mineral, o que vem causando forte poluição atmosférica nas cidades e grande emissão de dióxido de enxofre (SO²), causador da chuva ácida. Isso fez com que a China se tornasse a maior emissora de gás poluente no planeta superando indubitavelmente os Estados Unidos.

Essa grande emissão de gases poluentes no meio ambiente causa graves danos à saúde dos chineses. Segundo um relatório State of Global Air (Estado Global do Ar), publicado anualmente pelo Effects Institute, de Boston em 2016, cerca de 1,075 milhão de pessoas morreram na China, devido a inalação de micropartículas poluentes no ano de 2016. Tal fato mostra um dos perigos que a industrialização pode causar ao meio ambiente e à vida das pessoas, se não forem criadas medidas de contenção à poluição.

Visto isso, à China buscou mais de 20 anos depois que iniciou seu acelerado processo de industrialização, a combater os altos níveis de poluição. Em março de 2019 a ONU lançou um relatório denominado de *“Uma Revisão de 20 anos de Controle da Poluição do Ar em Pequim”*, formulada por especialistas chineses e internacionais ao longo de dois anos, que analisaram o período de 1998 a 2017. De acordo com o referido relatório, no ano de 1998, a poluição do ar em Pequim foi extremamente estimulada pela combustão de carvão e veículos motorizados, resultando numa grande extrapolação do nível permitido da liberação de poluentes, surgindo assim o grande desastre ambiental chinês.

Nesse sentido, em 2013, Pequim adotou medidas mais ordenadas e intensivas a fim de buscar uma melhora na qualidade do ar. Até o final de 2017, a poluição por partículas finas (PM_{2.5}) caiu de 35% a 25%, ou seja, uma redução bastante significativa na região de Pequim-Tianjin-Hebei, que são as regiões de maior gravidade. Grande parte da redução dos poluentes na China deveu-se ao fato de medidas para controlar caldeiras a carvão, além do fornecimento por parte do governo de combustíveis domésticos mais limpos e ações de reestruturação industrial. Durante esse período de 2013 a 2017, as emissões anuais de dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x), material particulado (PM₁₀) e compostos orgânicos voláteis em Pequim diminuíram 83%, 43%, 55% e 42%, respectivamente. Isso mostra o quanto à ação do Estado chinês alcança efetividade nas políticas que planeja implementar e implementa.

CHINA: UM DRAGÃO ALADO NA ECONOMIA, PORÉM UM TIGRE-DE-BENGALA NA DEMOCRACIA⁷⁸

Rafael Tavares Requeijo⁷⁹

Águida Cristina Santos Almeida⁸⁰

A nação chinesa é rica em muitos aspectos, por exemplo, recursos naturais, culturais, históricos, materiais e demográficos. Contudo, mesmo contendo todos esses quesitos, teve muitos momentos difíceis, tanto economicamente, quanto socialmente, e somente conseguiu voltar a ser uma potência quando alterou o seu modelo de acumulação, a partir do final dos anos 1970.

A sociedade chinesa apresenta registros de sua existência há quatro milênios, em que apresentava níveis avançados de tecnologia e infraestrutura. No entanto, a sua produção ainda era muito baseada na agricultura (arroz, trigo, cevada, soja, painço, algodão, chá e tabaco), dessa forma nações industriais imperialistas, Inglaterra e França, invadiram territórios chineses, causaram conflitos, contrabandearam drogas e usurparam territórios do governo chinês. Assim gerando crises econômicas e sociais, principalmente com relação ao ópio. A China foi alvo de muitas ocupações, mas nenhum país conseguiu colonizá-lo formalmente, como fizeram com a Índia, e isso pode ter sido uma das causas que fez a diferença em seu desenvolvimento posterior.

Outro grande obstáculo para o avanço da economia chinesa era o Japão, constantemente ameaçando o ataque ou a invasão do território chinês. Com o objetivo de tentar evitar esse problema, a China entrou tardiamente na guerra para tentar retomar os seus territórios no tratado de Versalhes, porém os Estados Unidos concederam ao Japão as áreas alemãs, presentes na China (Shandong). Portanto, a China se tornou um principado Japonês.

Conforme a China estava separada entre o partido socialista e o Kuomintang, o partido nacionalista, o Japão continuava presente no território chinês, quando em 1937, iniciou-se uma guerra sangrenta entre as duas nações. Essa guerra juntou os dois

⁷⁸Artigo escrito em setembro de 2019.

⁷⁹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

⁸⁰ Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão.

partidos chineses na tentativa de combater o país vizinho, mas o Japão destruiu a China fazendo ataques massivos sobre a população civil chinesa. Os japoneses tomaram o controle de Hong Kong e Xangai. Posteriormente essa dominação japonesa foi cessada com o término da II Guerra mundial.

Depois que o Kuomintang é derrotado, na revolução comunista de 1949, Chiang Kai-Shek foge com o governo nacionalista para Taiwan, e Mao Tsé-Tung quando entra no poder tem como objetivos gerar avanços para o setor agrário, pois foram os agricultores que ajudaram a colocá-lo no poder. Mao Tsé-Tung ao entrar no poder faz estatizações das indústrias privadas e retoma os territórios que pertenciam à nação chinesa.

No entanto, as políticas de Mao não surtiram muito efeito, pois a população estava quase toda concentrada em áreas rurais, e se caracterizava por um grande contingente de indivíduos iletrados, o que acarretou dificuldade no avanço industrial. Com isso, a China manteve sua economia baseada na agricultura, dessa forma se mantendo em um modelo semelhante ao que fez por muitos milênios. Mas esse sistema não era mais eficiente para gerar crescimento econômico comparado às potências industriais.

Em 1976, a morte de Mao gera uma substituição no comando da pátria chinesa, e quem entra no cargo é Deng Xiaoping, um socialista moderado, que embora apresentasse objetivos semelhantes ao de Mao Tsé-Tung, possuía uma prática diferente, ao incentivar o setor industrial, visando um investimento de empresas do setor privado. Posteriormente na década de 90 Deng faz um grande processo de privatizações nas quase 400 mil empresas estatais, visando o investimento estrangeiro, mas o controle do governo ainda se manteve forte e centralizado no partido socialista.

Os Estados Unidos, motivados por questões de ordem geopolítica, relacionadas com a disputa político ideológica com a União Soviética, concederam uma série de incentivos e benefícios ao longo do processo de transição da China para uma economia industrializada e aberta ao comércio internacional. Assim, os Estados Unidos concederam à China crédito subsidiado, abriram o mercado para as exportações chinesas, além de outros incentivos, que perduraram ao longo dos anos 1980 e parte dos 1990.

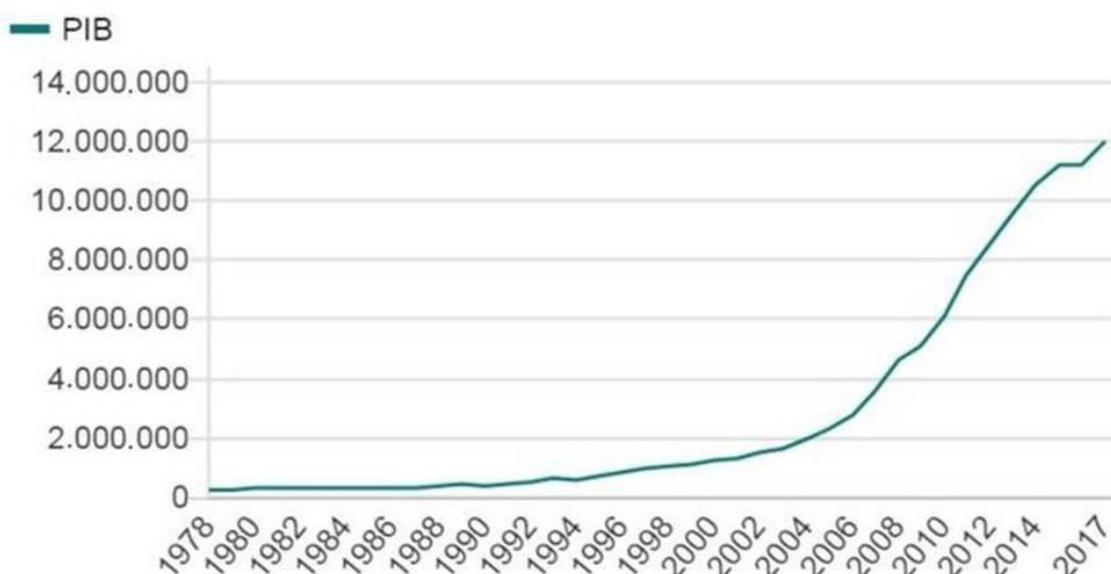
Esse processo incentivou uma economia que vai além da agricultura, dessa forma se tornando uma economia dualista, dotada de cidades altamente urbanizadas e industrializadas, e cidades que vivem somente da agricultura. Desse modo, o Estado

consegue controlar o valor dos salários, pois com uma economia tendo um setor rural grande, como a China, pode ocorrer o incentivo à migração (êxodo rural), para controlar uma hipotética alta de salários do setor industrial. Um exemplo desse fenômeno foi o que ocorreu na Inglaterra, na primeira revolução industrial, que resultou no *boom* da economia semelhante à China atualmente.

Portanto, a China atualmente tendo total controle da sua produção, agrícola e industrial, consegue ter altos rendimentos em seu PIB, migrando para o *status* de potência industrial, assim como os Estados Unidos e outras economias industrializadas, pois teve seu PIB saindo de cento e cinquenta bilhões de dólares para chegar em incríveis doze trilhões de dólares, num intervalo de quase 40 anos.

A evolução do PIB chinês

(Em bilhões de dólares; valores de 2010)



UNCTAD

BBC

Não obstante, a China começa a ter problemas sociais e políticos novamente, principalmente por ter um governo tão centralizador, alguns Estados que já tiveram experiências com políticas mais democráticas não se sentem representados por líderes que são escolhidos pelo partido socialista.

Um bom exemplo são os protestos que ocorrem em Hong Kong desde 2014, para que o sistema político seja substituído pelo sufrágio universal, e não mais uma

votação feita por um comitê formado por indivíduos escolhidos pelo governo central chinês, para decidir quem vai ser o governante de Hong Kong.

Nas últimas manifestações contra o projeto de lei que poderia extraditar presos políticos de Hong Kong para serem julgados na China continental, muitos cantavam o hino dos Estados Unidos, na tentativa de provocar uma reação do governo chinês. Porém, nas manifestações mais recentes se cantou um hino feito pelos próprios manifestantes, chamado “Glória a Hong Kong”, em que a letra demonstra a sensação da falta de liberdade que a população de Hong Kong sente, perante o Estado chinês.

Além do coro “glória a Hong Kong” evidenciar a falta de identidade da população da região com o governo chinês, uma pesquisa feita por estudantes em Hong Kong, no período de junho de 2018, mostrou que apenas 27% dos habitantes da região se declaram orgulhosos de serem cidadãos chineses, enquanto 71% disseram não gostarem de serem considerados chineses.

Portanto, a China conseguiu reestabelecer o seu posto de potência, conforme já foi outrora (pelo menos até o ano de 1.500), no entanto, a incessante busca pelo controle forte do seu Estado, na tentativa de evitar o enfraquecimento perante às demais nações está gerando problemas com parcelas da população que almejam por autonomia política, como é o caso de Hong Kong. Assim, se as autoridades chinesas não derem a devida atenção para essa questão, podem vir a ter problemas maiores. Dessa forma a China pode fazer algo semelhante ao que fez na sua economia, em que cedeu um pouco do controle no seu setor produtivo visando obter progressos econômicos, analogamente poderia substituir o seu governo antidemocrático para uma política mais transparente, assim tendo avanços não só no setor econômico, mas também no âmbito social.

REFERÊNCIAS:

Coluna de Luiza Duarte sobre as manifestações:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luiza-duarte/2019/09/o-inimigo-do-meu-inimigo-e-meu-amigo.shtml>

Notícia sobre as manifestações de 2014:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/guarda-chuva-se-firma-como-simbolo-da-democracia-em-hong-kong.shtml>

Notícia sobre o projeto de lei:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/lider-de-hong-kong-anuncia-que-vai-retirar-projeto-de-extradicao.shtml>

Notícia sobre o hino de Hong Kong e a pesquisa de identidade nacional:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/internacional/1568372755_415993.html

Artigo sobre a história da China:
<https://www.historiadomundo.com.br/chinesa/civilizacao-chinesa.htm>

história antiga da China:
<https://www.sohistoria.com.br/ef2/china/p1.php>

Gráfico e dados do PIB Chinês:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/20/reformas-economicas-graficos-que-mostram-a-transformacao-da-china-em-40-anos.ghtml>

Teoria que tenta explicar o crescimento econômico chinês:
<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/blog/samy-dana/post/o-segredo-do-crescimento-industrial-chines.html>

O GRAVE DISCURSO DO PRESIDENTE DO BRASIL NA ONU⁸¹

*Ray Raposo Teixeira⁸²
Águida Cristina Santos Almeida⁸³*

O presidente Jair Bolsonaro discursou na manhã do dia 24 de setembro na abertura da Assembleia Geral da ONU, durante 32 minutos. Em seu discurso, reproduziu o repertório ideológico do grupo político que representa, fez ataque a outros países e manteve um tom de enfrentamento em relação às críticas sofridas por seu governo. Como praxe, o Brasil abre os discursos e, historicamente, costuma ressaltar o valor das instituições, defender o multilateralismo e o direito internacional, mas não foi dessa vez.

O objetivo de Bolsonaro era marcar o que ele classifica como uma nova era para o Brasil. O presidente insistiu na ideia de que a crise da Amazônia é contaminada por interesses econômicos estrangeiros, numa resposta direta aos países França e Alemanha. Defendeu a ditadura militar e também um Brasil que gera riqueza concentrada nas mãos de poucos, acusou a imprensa nacional e internacional, de propagar informações que, segundo ele, prejudicam a imagem do país, atacou seus adversários políticos, fez elogios ao presidente Trump, responsabilizou os indígenas pelas queimadas na Amazônia e questionou a atuação da ONU na defesa dos interesses dos países membros.

Bolsonaro mente ao mundo e subjuga a própria ONU ao dizer: *“em 2013, um acordo entre o Governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10.000 médicos sem nenhuma comprovação profissional”*. O Programa Mais Médicos, criado no governo da presidente Dilma Rousseff, que era do PT, trouxe médicos cubanos ao Brasil por meio de um convênio com a OPAS, a Organização Pan Americana da Saúde, que é ligada à ONU. A delegação cubana saiu do plenário quando o presidente começou a fazer críticas aos Mais Médicos, já que Bolsonaro afirmou ainda que o programa foi utilizado para transferir milhões de dólares para Cuba, para financiar a ditadura cubana.

⁸¹ Artigo escrito em setembro de 2019.

⁸² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: rayraposo@outlook.com.

⁸³ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, coordenadora do GAACE, e revisora do presente artigo. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Ao rebater críticas internacionais aos incêndios na floresta amazônica, Bolsonaro criticou o cacique caiapó Raoni, que se tornou símbolo da luta contra o desmatamento na Amazônia. O presidente fez algo muito pouco usual ao criticar um cidadão brasileiro em um evento internacional, mas mais do que isso, um ponto central da crítica do presidente é que o problema que o mundo identifica no tratamento das populações indígenas no Brasil para ele não existe, seria uma invenção e isto, claramente só reforça a imagem de Bolsonaro como um presidente que não tem compromisso com evidências e nem com a verdade.

Além disso, o presidente mencionou informações que não são verdadeiras (ou que são, no mínimo, exageradas) como sua fala sobre a preservação da Amazônia, alegando que a mata está praticamente intocada, e que o Brasil possui as práticas mais elevadas na área ambiental. Contudo, os dados reais desmentem o discurso do presidente com relação ao desmatamento. De acordo com a avaliação do nível de desmatamento, a ONG WWF (World Wide Fund) concluiu, em relatório no final de 2018, que 20% da Amazônia brasileira foi destruída desde 1970, e sobre as informações de 2019, medidas pelo sistema DETER que fotografa a situação dia a dia, apontam para uma aceleração da destruição da floresta sob o governo de Bolsonaro. O presidente repetiu tragicamente uma velha fórmula, tentando negar o que acontece no Brasil, como se a comunidade internacional não tivesse acesso à verdade, ou em vez de apresentar plano de ação, ele negou que a situação exista.

Quando o presidente da república adota de informações falsas e insiste em noções que são completamente fantasiosas, a única coisa que ele está fazendo é confirmando aos olhos da comunidade internacional que ele não é um parceiro confiável nas relações internacionais. O impacto em termos de reputação, não afeta apenas a pessoa do presidente ou o governo brasileiro, mas na verdade afeta a imagem do Brasil como um todo no cenário internacional. Portanto, no momento que a fase atual do país for superada, será necessário um trabalho enorme de reconstrução da reputação e de uma imagem de respeito e seriedade do Brasil em nível mundial.

A principal característica desse discurso é o fato de que Bolsonaro mostrou que sua estratégia de comunicação se mantém intocada, entre aquilo que era sua postura de campanha e aquilo que hoje é sua conduta de governo, ou seja, ele não está disposto a reconhecer nenhum tipo de erro, e também não está disposto a fazer os ajustes em sua política ambiental, a fim de alinhar o Brasil às normas internacionais, que levam em conta o consenso crescente de que é necessário fazer algo para reverter o processo de

degradação ambiental em curso mundo a fora, e o processo de mudança climática, atestado cientificamente, em nível mundial.

O discurso de Bolsonaro causou grande repercussão nacional e internacional. Segundo avaliação do ex-embaixador brasileiro em Washington Roberto Abdenur, o mesmo considerou que a fala de Bolsonaro foi inábil e teve caráter eleitoreiro ao focar em temas que não têm ressonância fora do país. *“Não foi um desastre, mas é um discurso voltado para o eleitorado dele. Foi um discurso inábil. Não piora a imagem do Brasil no exterior porque, hoje, ela não poderia ser pior. Nossa imagem já está no chão”*, declarou Abdenur. No cenário internacional, o primeiro discurso do presidente na Assembleia Geral das Nações Unidas despertou *“pena do Brasil”* segundo o repórter Tom Phillips, correspondente do jornal The Guardian. No Twitter, ele escreveu que nem nos seus *“piores pesadelos”* os diplomatas brasileiros poderiam imaginar que o discurso seria tão *“arrogante, cheio de bile e desastroso para o lugar do Brasil no mundo”*.

Portanto, em termos práticos, o Brasil se isola ainda mais. A tradição de país mediador, aberto e tolerante, dá espaço a um país que julga mais importante a criminalização das pessoas em função da orientação sexual que possuem, do que às desigualdades sociais e econômicas (que possuem distintos recortes – raça, gênero, região) que o Brasil possui, ao longo de toda a sua história. Inclusive, quanto ao problema da desigualdade social e econômica, Bolsonaro não a citou uma vez se quer, apesar de governar um dos países mais desiguais do mundo. Fez um discurso vazio de verdades, mas cheio de agressividade e cegueira ideológica, assim como sua gestão, mostrando sua pequenez política perante o mundo inteiro.

BREXIT, A ASCENSÃO E O DECLÍNIO: DONALD TRUMP E BORIS JOHNSON⁸⁴

Yukimi Akami Evereux Viana Nascimento⁸⁵

Para começar melhor elaborando a ideia a ser abordada neste artigo, precisamos saber primeiro: o que é o Brexit?⁸⁶ Brexit é uma abreviação para "British exit" ("saída britânica"). Esse é o termo mais comumente usado quando se fala sobre a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia. Assim, como consequências do Brexit para o Reino Unido, é que o próprio Reino Unido perde acesso ao mercado único sem impostos nem tarifas comerciais, que é a base da economia europeia. Como consequência para a União Europeia, ela se tornaria um parceiro comercial menos atraente em nível mundial e perderia poder globalmente.

Por três longos anos, os planos para que seja levantado um muro que divide México e Estados Unidos, ou até mesmo a saída do Reino Unido da União Europeia estão sendo discutidos internacionalmente com mais intensidade, de tal maneira que possa gradualmente provocar o caos global liderado por Donald Trump e Boris Johnson, com uma "mãozinha" de Vladimir Putin, no qual também manifestou desejo pelo reforço das relações bilaterais., e de um modo geral que também aflige a maioria de diversas normas culturais, políticas e econômicas. Entretanto, a situação atual não é muito próspera para eles que se levantaram juntos e, agora, estão pouco a pouco caindo juntos quando seus planos não trazem bons olhares de um ponto de vista democrático.

No momento da eleição de Donald Trump, assim como a de Boris Johnson, só pudemos assistir em choque e admiração, pois intensificou algumas das maiores alianças diplomáticas, militares e comerciais do mundo. Sem mencionar qualquer senso de coesão social, certo ou errado, dia ou noite.

Voltando no tempo, em 2016, a única maneira de explicar o surpreendente sucesso do Donald Trump, que com seus discursos de cunho conservador e anti-

⁸⁴ Artigo escrito em setembro de 2019

⁸⁵ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

⁸⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46335938>

imigração, conquistou apoio entre a ala ultraconservadora do seu partido, era assumir que todas as suposições no qual ele poderia ganhar as eleições, estavam erradas, dado que sua vitória pegou jornalistas e analistas de surpresa, pois ele aparecia atrás da adversária, Hillary Clinton, em quase todas as pesquisas: essa era uma revolução global que de alguma forma ignoramos até que fosse tarde demais. Desde a nomeação de Boris Johnson como Secretário de Estado para Assuntos Externos e da Commonwealth, apoiado pelas forças sombrias da desinformação digital e do direcionamento das mídias sociais, que a ideia de levar para frente o projeto Brexit certamente se tornou cada vez mais forte no meio político.

Assim, ainda no ano de 2016, pressionado internamente por membros de seu partido pelo crescimento de um sentimento nacionalista no país, o então primeiro-ministro David Cameron prometeu realizar o plebiscito. Cameron acreditava que o voto pela permanência na Europa, defendido por ele, seria vencedor. Estava totalmente enganado, a derrota inesperada lhe custou o cargo, de tal maneira que renunciou a liderança do Partido Conservador e ao cargo de primeiro-ministro. Como aprovado em plebiscito, o Reino Unido deveria sair da União Europeia.

Em março de 2017, tal decisão foi notificada ao bloco. Devido a existência do Artigo 50 do Tratado de Lisboa, uma vez comunicado, o desmembramento se efetivaria dois anos depois. Março de 2019 chegou, mas a separação não aconteceu. Neste período, de 2016 até 2019, um acordo de saída desenhado pela ex-primeira-ministra britânica Theresa May, com a concordância da UE, foi rejeitado três vezes no Parlamento.

Retornando para 2019, após quase três anos de desgastes causados por sucessivos fracassos na condução do Brexit, Theresa May deixa o cargo em junho, e assim, para o lugar de May, foi eleito Boris Johnson, que foi chanceler da ex-premiê por dois anos e deixou o posto depois de vários desentendimentos por conta do Brexit.

Johnson prometeu, durante a campanha, que o Reino Unido sairá da UE dentro do prazo, com ou sem acordo, no qual um dos pontos mais importantes do acordo é de que a solução passa por uma futura relação entre britânicos e europeus, especialmente por um eventual acordo de livre comércio, que ainda deve ser negociado e entrará em vigor ao final do período de transição - provavelmente em 31 de dezembro de 2020.

Do contrário, se uma solução não for alcançada ao final da transição, os dois lados concordaram com um "backstop" que implica criar um "território alfandegário

único" entre UE e Reino Unido, sem tarifas de importação nem cotas no mercado europeu para produtos britânicos.

O apoio de Donald Trump ao Brexit não é novidade.⁸⁷ O mesmo já recomendou aos britânicos uma saída dura da União Europeia, o chamado Brexit sem acordo, se o Reino Unido não gostar dos termos oferecidos pela União Europeia. Um Brexit sem acordo pode causar uma recessão na zona do euro. Já um Brexit com o acordo, de certa forma resolveria um problema grande na questão da fronteira entre a Irlanda do Norte e República da Irlanda pois a exigência do governo irlandês e da União Europeia era manter aberta a fronteira entre elas, além de uma possível valorização da libra esterlina em relação ao dólar.

Mas quem critica a saída da União Europeia? Os partidos Trabalhista, Liberal Democrata, Nacionalista Escocês (SNP), e o galês Plaid Dymru. Entre os líderes estrangeiros, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi um dos críticos e acabou sendo acusado de ingerência pelos britânicos. França e Alemanha, assim como organizações multilaterais - como o Fundo Monetário Internacional (FMI) - também preferiam que o Reino Unido permanecesse no bloco.⁸⁸

E quem defende o Brexit? O defensor de primeira hora foi o partido nacionalista Ukip, que obteve 13% dos votos nas últimas eleições, mas tem representação diminuta no Parlamento devido ao sistema eleitoral britânico. O ex-líder Nigel Farage mostrou-se incansável na promoção de um discurso racista e xenófobo. Metade dos parlamentares conservadores apoiou o Brexit. Alguns trabalhistas também, descontentes com as políticas de austeridade e liberalismo econômico do bloco.⁸⁹

Mesmo com o plano de contingência, aprovado em julho, é estimado que um Brexit sem acordo custe 55 mil empregos na Irlanda nos dois anos seguintes. Quem também está pronta para o pior cenário é a Alemanha, pois, o Reino Unido é o maior mercado de carros da Alemanha.⁹⁰

Na França, o fantasma do Brexit sem acordo já afeta os produtores de vinho, que optaram por segurar novos investimentos, e os pescadores franceses, que deverão

⁸⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/por-que-trump-tem-tanto-interesse-pelo-brexit/>

⁸⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37702329>

⁸⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37702329>

⁹⁰ Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/apos-derrotas-de-johnson-europa-se-prepara-para-brexit-sem-acordo>

perder acesso às águas britânicas. O governo estuda ainda usar o fundo europeu reservado para desastres naturais na recuperação dos setores produtivos mais afetados.⁹¹

Já a Holanda também intensificou os preparativos para um Brexit sem acordo. O governo do premiê Mark Rutte contratou 900 agentes de aduana e 145 veterinários para trabalhar em inspeções sanitárias no Porto de Roterdã. O aeroporto de Schiphol terá um reforço de 100 funcionários para fazer o controle dos 10,5 milhões de passageiros que circulam anualmente entre os dois países.⁹²

Após sofrer três derrotas no Parlamento que dificultaram a saída do Reino Unido da União Europeia sem um acordo, o primeiro-ministro Boris Johnson rejeitou nesta quinta-feira, 5, pedir uma nova prorrogação do prazo de negociações do Brexit. "Prefiro estar morto numa vala", disse o primeiro-ministro em entrevista coletiva em Londres. "Não quero uma eleição, mas não vejo outra saída."⁹³

Até agora neste quarto ano de nossa loucura coletiva, os DoBos (a parceria Donald e Boris) entraram na parede de tijolos da realidade. É surpreendente que eles tenham demorado tanto. Depois de três anos do que é preciso esforço, Boris não pode entregar seu amado Brexit e Donald não pode construir seu fantástico muro.

Boris perdeu sua maioria conservadora no parlamento, enquanto Donald perdeu a maioria republicana na Câmara. Acontece que os dois são melhores em encontrar inimigos imaginários em casa do que em encontrar novos amigos no exterior. Trump continua se iludindo sobre sua escalada guerra comercial com a China, dizendo a repórteres que "eles querem fazer um acordo". Mas as afirmações de Donald sobre os desejos de Pequim são tão confiáveis quanto as afirmações de Boris sobre Bruxelas.

Ambos os líderes estão exigindo pagamentos de resgate, mantendo-se reféns. As tarifas anti-China de Trump são realmente pagas pelos consumidores americanos. Como tática, isso é tão brilhante quanto Boris ameaça Bruxelas com a perspectiva de colapso econômico na Grã-Bretanha. Mas já sabemos disso sobre os terríveis gêmeos da supremacia anglo-saxônica. Ambos são paródias de patriotismo, projetando fraqueza no mundo enquanto elogiam sua própria suposta força. Assim, podemos concluir, depois de testemunhar todo esse enredo, que apesar de suas políticas às vezes contraditórias, um tanto quanto loucas, e inconsistentes, os DoBos apesar de não serem fascistas,

⁹¹ Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/apos-derrotas-de-johnson-europa-se-prepara-para-brexite-sem-acordo>

⁹² Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/apos-derrotas-de-johnson-europa-se-prepara-para-brexite-sem-acordo>

⁹³ Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,prefiro-estar-morto-numa-vala-a-prorrogar-negociacoes-do-brexite-diz-boris-johnson,70002998234>

estritamente falando, ainda assim cultuam sintomas de Autoridade, Patriotismo e Demagogia, que com o tempo vão levar as suas próprias ruínas.

A desindustrialização brasileira e o seu impacto no desenvolvimento econômico do país⁹⁴

*Jailson José Santos Barreto⁹⁵
Águida Cristina Santos Almeida⁹⁶*

A indústria tem papel imprescindível nas economias capitalistas, pois a partir delas é possível acumular capitais, competências, habilidades, que possibilitam a promoção de promover o crescimento e desenvolvimento econômico, com autonomia tecnológica e financeira. Isto pode ser visto empiricamente no contraste entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Uma análise na trajetória de desenvolvimento das diversas nações evidencia que a robustez do parque industrial, é peça fundamental a explicar o desempenho econômico.

Um fator importante que corrobora ao sucesso da indústria, em qualquer país, é a existência de um amplo mercado interno e/ou externo que absorva a produção, pois a demanda estimula o setor produtivo e conseqüentemente o nível de atividade da economia de modo geral. Porém, em fases de crise, os níveis de desemprego aumentam, a demanda cai e, conseqüentemente a economia desacelera. Assim, na fase de crise do ciclo, as decisões de gasto em investimento produtivo pelos empresários, sofrem redução, contribuindo para ampliar ainda mais o quadro de recessão instaurado. Daí a centralidade das políticas anticíclicas para atenuar os efeitos sociais e econômicos das crises, e contribuir à retomada do crescimento econômico.

Esta é a situação atual do Brasil, que está mergulhado em sua mais profunda crise econômica da história, com projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,85%, em 2019, de acordo com o Ministério da Economia. O país mergulhou numa profunda crise econômica desde 2015, e a ausência de retomada do crescimento até o momento, lançou a economia num quadro de depressão econômica, conforme afirma o economista João Sicsú. Nas últimas décadas a indústria brasileira vem,

⁹⁴ Artigo escrito em outubro de 2019.

⁹⁵ Graduando em Ciências Econômicas-UFCG. Membro da Maxecon Empresa JR. de Economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). Email: jailson.jsb11@gmail.com

⁹⁶ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

crecientemente, perdendo espaço no que se diz respeito à participação no PIB do país. Por outro lado, o agronegócio que amplia a participação na matriz produtiva, é responsável pelos resultados obtidos na Balança Comercial (BC) Brasileira. Por exemplo, no 1º trimestre deste ano, a participação no PIB do setor manufatureiro chegou à menor taxa percentual (10,4%) no período que compreende o 1º trimestre do ano 1996 ao 1º trimestre deste ano, 2019, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme exposto no gráfico a seguir:



O fato de a Balança Comercial ter registrado superávit nos últimos anos, não constitui um elemento que esboce o resultado de uma estratégia de desenvolvimento econômico exitosa, dado que o principal responsável pelo resultado são as exportações de *commodities* agrícolas e minerais, que se constituem em produtos de baixo valor agregado, com baixa elasticidade preço da demanda. Além disso, o setor agrícola não tem capacidade de absorver o grande volume de mão de obra do mercado de trabalho, e de gerar empregos com maiores níveis de qualificação e maiores salários. Por seu turno, normalmente os empregos de maiores qualificação e remuneração estão confinados em setores produtivos ligados à indústria.

Com a fragilidade da indústria nacional, o mercado interno vai sendo cada vez mais ocupado por produtos importados, e isso tem um forte impacto na balança comercial, levando a uma diminuição das reservas internacionais do país, ampliando o grau de fragilidade externa da economia, e conseqüentemente o nível de restrição

externa ao crescimento. Dessa forma, as perguntas que não querem calar são: até quando as exportações de *commodities* agrícolas e minerais vão sustentar os superávits da balança comercial? Porque a opção por uma matriz produtiva que exaure os recursos naturais, corrobora para a manutenção de postos de trabalho sem qualificação e com baixíssimos salários, e manterá a economia brasileira numa condição periférica no sistema-mundo?

Na verdade, o quadro social e econômico atual, mantém viva a necessidade de uma atuação política que vise atenuar os problemas estruturais do país e busque redirecionar a indústria nacional ao crescimento, dando continuidade à estratégia desenvolvimentista aplicada nas décadas posteriores à segunda guerra mundial, e que perdurou até o final dos anos 1970. Contudo, a estratégia desenvolvimentista deve ser reativada, num cenário político democrático, e associar estratégias de crescimento com melhoras na distribuição da renda e da riqueza.

O crescimento deve ser estimulado por meio do desenvolvimento industrial, através do investimento em inovações tecnológicas em setores tecnologicamente dinâmicos, e com tecnologias portadoras de futuro, levando as empresas locais a se tornarem competitivas em relação às empresas internacionais, nos mercados interno e externo.

Tais políticas a serem adotadas devem se relacionar com estratégias de política que busquem estimular a demanda efetiva, reduzindo o atual nível de desemprego, retirando a economia do quadro de depressão e retomando o dinamismo e crescimento da economia. A agenda de política comercial deve observar a proteção da indústria nacional da acirrada e hostil concorrência externa.

Na retomada de uma política ativa de desenvolvimento é importante destacar a imprescindível atuação do Estado, como promotor do crescimento e desenvolvimento econômico, buscando estimular a demanda de mercado e dando incentivos para os agentes investirem na esfera produtiva, além da criação de condições institucionais, de financiamento dos investimentos, e da estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T), a fim de estimular a pesquisa e a inovação nacional.

O atual governo buscou reduzir a taxa de juros básica da economia (Selic) como forma de buscar induzir o capital a fluir da esfera financeira para a esfera produtiva da economia. Além disso, vai liberar o pagamento do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) aos indivíduos, com o intuito de estimular os gastos em bens de consumo pessoal e serviços. Porém os efeitos ainda não estão sendo sentidos, dado o

alto nível de incerteza dos agentes, e os elevados níveis de endividamento das famílias. Talvez o resultado destas políticas só seja sentido num prazo de tempo maior, ou até mesmo, nem tenham efeitos reais sobre o produto, já que o Estado está andando na contramão da necessidade de uma política fiscal expansionista, que retome o gasto público, principalmente em investimento produtivo. Na verdade, o que Estado brasileiro vem fazendo desde 2015, é reduzindo os seus gastos e apostando que os mercados irão atuar por conta própria, e que essa atuação retomará o crescimento econômico, cada vez mais distante, à medida que o tempo vai passando.

Enquanto isso, a problemática da desindustrialização brasileira, com todas as nefastas consequências sociais e econômicas que dela resulta, continua e junto com ela o atraso no crescimento e desenvolvimento econômico nacional. A reversão desse processo exige a retomada de uma agenda desenvolvimentista, em lugar da política de austeridade que vem sendo imposta desde 2015, e das reformas que lhe acompanharam (como por exemplo, do regime fiscal, trabalhista e da previdência).

Referências:

<https://valoradicionado.wordpress.com/2019/05/30/industria-atinge-menor-nivel-historico-104-do-pib-no-1o-tri-de-2019/>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html?=&t=series-historicas>

<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>

<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/16857/nota>

<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/09/projecao-de-crescimento-do-pib-em-2019-e-de-0-85>

EVASÃO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NA BOVESPA: CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL E INTERNACIONAL⁹⁷

*João Victor Marinho Cavalcanti⁹⁸
Águida Cristina Santos Almeida⁹⁹*

O fluxo de capitais estrangeiros no mercado de ações, divulgado pela Bovespa no dia 04 de outubro de 2019, registrou uma saída de R\$ 6,2 bilhões, acumulado nos quatro dias primeiros do mês. Com isso, a parcial para o ano, alcançou R\$27 bilhões, superando os R\$ 24,8 bilhão que se evadiram no ano de 2008, com a crise mundial. Tornando assim, o ano de 2019 o com maior evasão de capital estrangeiro. No período de 2008 a 2018 o saldo só não foi positivo, no que diz respeito ao fluxo de capital estrangeiro, nos anos de 2011 e 2018. Apresentando uma evasão de R\$1,4 bilhão e R\$10 bilhões respectivamente.

Este comportamento verificado na Bovespa pode ser fruto das incertezas que cercam o cenário econômico mundial e da percepção da desaceleração econômica mundial. Como nas cartas de conjuntura divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na mais recente carta de conjuntura¹⁰⁰, foi analisada a conjuntura referente o segundo trimestre de 2019, e a percepção é de que a economia mundial continuou apresentando sinais de desaceleração da atividade econômica, e por isso segue confirmando as projeções esboçadas no primeiro semestre do ano, ou seja, os sinais de desaceleração. Além disso, são destacados os fatos que vem acontecendo e que ajudam a aumentar as incertezas dos agentes econômicos, como tensões geopolíticas, o Brexit, e a guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Nesta situação, a dinâmica no fluxo de capitais está ligada mais intimamente ao ambiente de incertezas e previsões pessimistas acerca do desempenho da economia mundial, do que ao direcionamento político/econômico do novo governo de direita no Brasil, o qual acredita ter alta credibilidade aos olhos dos agentes econômicos, nacionais

⁹⁷ Artigo escrito com base nas notícias da semana de 01 a 08 de outubro de 2019.

⁹⁸ Graduando em Ciências Econômicas – UAECOM/UFCG, e-mail: jmarinhocavalcanti@outlook.com.

⁹⁹ Professora revisora do presente artigo. É professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE.

¹⁰⁰ Levy, M. P. Carta de conjuntura número 44 – 3º trimestre de 2019 – IPEA, disponível em : http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190715_cc_44_economia_mundial.pdf

e internacionais. Credibilidade esta, amparada no discurso da austeridade fiscal, ideologicamente embasado num comportamento de reponsabilidade política.

Numa conjuntura de expectativa de recessão mundial, é natural a fuga de capitais estrangeiros nas economias emergentes, onde os investidores abrem mão de uma potencial rentabilidade maior para alocar seus ativos em mercados mais seguros. Isto tende a se agravar com as decisões tomadas pela potência hegemônica do sistema-mundo, ou seja, os Estados Unidos, tanto no que diz respeito à política de juros, como em razão de medidas protecionistas adotadas no contexto da guerra comercial com a China, que já fez um ano em março de 2019, e segue sem nenhuma solução até o presente. É por isso que, no que diz respeito a servir como indicador do desempenho econômico, o mercado de capitais não deve empolgar os agentes quando estiver em alta, nem tão pouco significa, necessariamente, uma situação tão preocupante quando estiver em baixa.

No caso do fluxo de capitais estrangeiros na Bovespa, a grande evasão deve preocupar mais pelo lado da conjuntura internacional, e o que isto pode significar no futuro, do que propriamente pelo desempenho da maior bolsa de valores da América Latina. No Brasil, as aplicações no mercado de ações vêm crescendo de forma acelerada, alcançando mais de 1 milhão de aplicadores pessoa física, em abril do corrente ano de 2019. Enquanto em abril de 2018 eram 663.270 aplicadores pessoa física. Somado a isto, a forte recessão no ambiente de negócios no mercado interno, e a baixa na taxa de juros básica, fizeram com que mais agentes procurassem as aplicações em renda variável. Por isso, ainda em 2019 o indicador da Bovespa (ibovespa) atingiu a máxima histórica, passando dos 100 mil pontos.

Corroborando o que foi dito anteriormente, já que o mercado de capitais não acompanha necessariamente o ritmo da economia real, independente do movimento observado, ou seja, um crescimento no indicador da bolsa de valores, como o ibovespa, não significa uma melhora na economia nacional, podendo ser utilizado o argumento de isto denota confiança elevada dos agentes econômicos, seja na condução da política econômica, seja no governo. Assim como, uma desaceleração no referido indicador não indica uma desaceleração no nível da atividade econômica, nesta situação pode ser utilizado o argumento que o governo não tem compromisso com a estabilidade, o que afeta a credibilidade do governo e gera desconfiança dos agentes. Este tipo de argumento, na segunda configuração apresentada, é utilizado principalmente contra os governos mais progressistas, inclusive em períodos eleitorais, onde os resultados de

pesquisas influenciam a dinâmica do mercado de capitais e a taxa nominal de câmbio, por exemplo, variáveis que não são amplamente reguladas pelo Estado, mas por uma dinâmica própria do que se convencionou chamar de “mercado”

Em suma, o Brasil como economia ainda emergente, está sujeito à dinâmica estrangeira, principalmente no que diz respeito às interações financeiras do mundo globalizado. Portanto, não se deve presumir o sucesso de qualquer novo governo baseado apenas por indicadores de mercado, ou taxa de câmbio nominal, variáveis que, não há como negar, possuem um grande apelo midiático. Antes, se deve levar em consideração vários outros aspectos, como por exemplo, se existe um grau mínimo de autonomia na gestão da política econômica interna, para entender as movimentações na geopolítica econômica mundial e aplicar as medidas necessárias para maximizar os benefícios e/ou minimizar os malefícios dos revezes advindos da economia internacional. É neste sentido que deve ser encarada a evasão de capital estrangeiro, deve-se entender o que significa este processo em nível de economia mundial, principalmente. Bem como os possíveis impactos que um quadro de evasão de capital estrangeiro pode provocar nas economias emergentes, como é o caso da brasileira.

Não obstante, no tocante à dinâmica da economia real, é amplamente sabido que desde 2015, o Brasil mergulhou na pior crise econômica de sua história, bem como, no mais lento processo de recuperação econômica, truncado por uma conduta fiscal austericida, associada a reformas estruturais que minaram o ímpeto da demanda agregada, e expuseram os trabalhadores brasileiros a um elevado nível de vulnerabilidade social e econômica, perdas de direitos sociais e trabalhistas, e precarização das condições de trabalho.

SEGURANÇA PÚBLICA: QUEM SERÁ O PRÓXIMO? ¹⁰¹

*Jonathas Nathan Ferreira Alves¹⁰²
Águida Cristina Santos Almeida¹⁰³*

Para viver em sociedade com um adequado nível de bem-estar-social é necessário a oferta de bens públicos, os quais devem ser garantidos em caráter irrestrito, universal, equânime e igualitário para os indivíduos que conformam o território. Dentre o conjunto de bens públicos a serem ofertados pelo Estado, destaca-se a segurança, como forma de garantir a proteção dos direitos individuais e assegurar o pleno exercício da cidadania, fazendo-se, portanto, imprescindível em qualquer democracia. No Brasil, de acordo com o Art. 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é responsabilidade do Estado, exercida para a preservação da ordem pública e à proteção das pessoas e do patrimônio.

No entanto, é inquestionável que o poder público não cumpre satisfatoriamente este importante dever constitucional, tendo em vista que em 2018, com base na pesquisa de opinião feita pelo Instituto Gallup, o Brasil é o quarto país no mundo em que as pessoas se sentem mais inseguras. Dentre as 142 nações analisadas, o país perde apenas para a Venezuela, o Gabão e o Afeganistão. Tal percepção endossa a realidade vivida todos os dias, considerando que o Brasil é o 9º país mais violento do mundo, como denotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no relatório anual de 2018.

Há quem acredite que o problema da segurança no Brasil se resume aos baixos gastos do governo com a pasta. Mas, de acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o governo gastou cerca de R\$ 91,2 bilhões com segurança, o equivalente a 1,34% do PIB, ou R\$ 409,66 por brasileiro, em 2018. Ou seja, é uma inverdade afirmar que o Brasil gasta pouco com segurança pública, dado que o gasto brasileiro se aproxima da mediana da OCDE. A realidade é que o Brasil gasta mal, gasta em um modelo falido, que visa aumentar viaturas e o efetivo policial, enchendo os presídios com indivíduos que em sua grande maioria cometeram crimes de pequenos

¹⁰¹Artigo escrito em outubro de 2019.

¹⁰² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do Programa de Educação Tutorial em Economia (PET – Economia). E-mail: jonathasnathan15@gmail.com

¹⁰³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

delitos, a maioria jovem, com baixa escolaridade, sem emprego e/ou rendimento, de maneira que a política de segurança pública ataca mais os efeitos que as causas do real problema, que na verdade é social, e se traduz nos elevados e crescentes níveis de insegurança e violência, que configura o cotidiano brasileiro.

Logo, com base nas medidas tomadas pelo atual governo, essa situação ineficaz se perpetuará ao longo de infintos períodos, e o cenário futuro não anuncia progresso. Em menos de um ano do atual governo, é crescente a descrença da população na capacidade de reação das forças de segurança. Além disso, com a proposta de flexibilizar a compra e posse de armas, diversos especialistas alertam que tal medida é ineficaz e que os números oriundos da violência podem piorar ao longo do tempo.

Entretanto, no primeiro semestre deste ano, os resultados mostram uma súbita melhora com relação aos dados do mesmo período do ano anterior. Houve 21.289 assassinatos em 2019, contra 27.371 assassinatos em 2018, ou seja, uma redução de 22% no número de mortes causadas pela violência, segundo o Monitor de Violência criado pelo G1. É válido ressaltar que o número de assassinatos continua alto, há uma morte violenta a cada 12 minutos no Brasil, cerca de 118 mortes por dia, em média. Todos os estados apresentaram redução de assassinatos e a região Nordeste teve a maior queda entre as regiões, cerca de 27%. Dentre as medidas que explicam esse resultado, integrantes e ex-integrantes dos governos e entidades apontam a adoção de programas de prevenção social, maior investimento em inteligência policial e o isolamento ou transferência de chefes de grupos criminosos para presídios de segurança máxima.

Por outro lado, a violência policial aumentou em 19% no ano passado, cerca de 6.220 pessoas foram mortas por policiais militares e civis em serviço ou de folga. As vítimas desses policiais seguem um padrão: a maioria é negra (75,4%), só estudou até o ensino fundamental (81,5%), são homens (99,3%) e tem entre 20 e 24 anos (33,6%). Logo, fica nítido o racismo e o preconceito nas entranhas da sociedade brasileira, denotadas em números de violência. Ademais, é importante ressaltar que em tais circunstâncias, os policiais que matam, são isentados de culpa e a maioria não responde pelo delito cometido, gerando uma grande revolta na parcela da sociedade que tem a real compreensão da situação, e a indiferença da grande maioria que aderiu ao discurso político, no qual se defende que “na luta contra o crime organizado” alguns civis serão sacrificados e que não há nenhum problema nisso, ou seja, “são os ossos do ofício”. A questão é que todos os civis assassinados possuem classe, raça e origem bem definidas,

isto é, não há nenhum traço de aleatoriedade nesse “sacrifício necessário” que alguns civis e suas respectivas terão que sofrer.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a polícia (que representa o poder do Estado), “mata” pessoas consideradas de “bem”. O sequestro de um ônibus com 39 passageiros na Ponte Rio-Niterói, que terminou com a execução do sequestrador de 20 anos por um atirador de elite da Polícia Militar, foi comemorado como um ato de heroísmo e triunfo pelo governador Wilson Witzel. Este foi apenas um dentre os 1.249 casos de homicídios de civis pela polícia, registrados este ano, pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado do Rio de Janeiro. São crianças, mulheres, trabalhadores e inocentes, executados diariamente em todo o país pela polícia, mas principalmente no estado do Rio de Janeiro, e quando a polícia é legitimada para agir assim, pode-se considerar que é o próprio Estado matando seu próprio povo.

Se para aqueles que trabalham, que pagam suas contas, que pagam seus impostos, a vulnerabilidade e a insegurança são situações corriqueiras, enfrentadas diariamente, imagina a situação de máxima brutalidade e descaso com a qual os presidiários no Brasil convivem: é realmente desumana. Massacres nos presídios em Pará e Manaus este ano, por exemplo, refletem a irresponsabilidade e o descaso com a segurança dos detentos. No total, foram mais de 100 mortos. Os motivos que desencadearam rebeliões nos presídios do Norte e Nordeste, foram decorrentes das más condições de infraestrutura, falta de monitoramento, insuficiência de policiais capacitados, entre outros. Deixando claro, assim, a ausência de políticas públicas para dar, no mínimo, o suporte necessário para o mantimento dos presídios.

Ou seja, é preciso rever muitas questões relacionadas à segurança pública no país. Há muito a ser feito com vistas a melhorar a estrutura como um todo e inúmeras medidas a serem tomadas, como: a construção de mecanismos eficientes de redução da violência policial, a prevenção e investigação dos crimes contra a vida, a atenção ao encarceramento elevado e humanização das prisões, entre outras. É de extrema importância que ações sejam tomadas em todas as esferas do governo, principalmente nas municipais, tendo em vista que conhecem melhor as condições e necessidades locais. As pessoas convivem diariamente com um medo, que só aumenta. Não há segurança nas ruas, dentro das moradias, e até as escolas e estabelecimentos comerciais vêm registrando atos de violência. A incerteza, medo e risco, em consequência da violência vêm, crescentemente, se instalando no tecido social do país e mostrando sua face em todos os tipos de relação social estabelecida entre as pessoas, em todos os

cantos, em todos os lugares. É impossível pensar em um Brasil melhor sem debater a questão da segurança pública, que precisa, prioritariamente, ser repensada no país. Como adverte a economista Laura Carvalho, onde o Estado de bem-estar social é ausente ou inoperante, quem tende a crescer em importância é o estado policial. O problema é que este último não combate as causas da violência, mas apenas seus efeitos, e além do elevado custo econômico que enseja, a crescente demanda pelo estado policial é marcado com um custo social e humano imensurável, e seu resultado em termos de desenvolvimento socioeconômico é praticamente nulo.

PERCALÇOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA¹⁰⁴

*Lucas Almeida de Lucena¹⁰⁵
Águida Cristina Santos Almeida¹⁰⁶*

No artigo escrito no mês de Julho, intitulado “*A impreterível e preterida reforma*”¹⁰⁷, buscou-se demonstrar que, ao contrário do que está estabelecido no senso comum da população, o Brasil não gasta tão pouco com educação quanto se pensa. Não, o Brasil não é nenhum campeão quando se fala em investimento nessa área, principalmente quando se trata dos gastos nos ensinos fundamental e médio, mas nas últimas décadas veio ampliando os gastos na área. Todavia, a ampliação dos gastos em educação foi interrompida desde o ano de 2015.

Porém, como apresentado e defendido no artigo antes referido, o aumento dos gastos não vem trazendo os resultados almejados. Assim, no mesmo artigo, foi levantada uma pergunta que ficou para ser respondida: ou seja, porque a melhoria na qualidade da educação, não foi acompanhada na mesma proporção do aumento dos gastos? No presente artigo, serão levantadas algumas hipóteses e questionamentos à pergunta.

Ao se debruçar nos problemas da educação no Brasil, um dos primeiros pontos a serem levantados é a desvalorização sofrida pelos professores, principalmente no que diz respeito à remuneração. Dados do estudo “Education at Glance” da OCDE¹⁰⁸, mostram que dentre os 40 países que disponibilizaram os dados da remuneração dos professores nos primeiros e últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio, o Brasil detém a pior remuneração, com apenas US\$13.971 pagos por ano.

¹⁰⁴Artigo escrito em outubro de 2019.

¹⁰⁵Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

¹⁰⁶Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹⁰⁷ O artigo mencionado se encontra nessa mesma publicação.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/salario-minimo-pago-ao-professor-no-brasil-um-dos-piores-do-mundo-23056381>

Um dado que pode ajudar a explicar essa baixa remuneração dos professores brasileiros, visto que o Brasil não gasta tão pouco assim por aluno, diz respeito ao número de burocratas na educação. Dos 5 milhões de funcionários públicos da educação, apenas 2 milhões destes são professores. Para cada professor, há 1,5 “não-professores”. Na média dos países da OCDE, são 0,5 não professores para cada professor. Cerca de 11% do orçamento do Ministério da Educação destina-se exclusivamente a manter o Ministério e sua burocracia¹⁰⁹.

Porém, o pífio salário dos professores não é a única variável que determina sua desvalorização por parte do governo e da sociedade. A qualificação do profissional também é determinante no desempenho e processo de valorização da carreira. Dados do Senso Escolar da Educação Básica de 2018 mostram que 30% dos professores da Educação Infantil não têm ensino superior. Sendo que a educação básica, comporta a Educação Infantil, que é responsável pela educação na primeira infância (0 a 6 anos), a fase de maior abertura e absorção para se aprender coisas novas¹¹⁰, podendo impactar no desenvolvimento escolar do estudante ao longo de toda a sua formação escolar/acadêmica/técnica.

Além do mais, não apenas a Educação Infantil no Brasil é penalizada com o baixo investimento do governo. Mas, Todo o ensino básico padece desse descaso. Dados da OCDE¹¹¹, mostram que os gastos anuais com estudantes do ensino superior no Brasil são 3 vezes maiores que os estudantes no ensino básico, uma proporção maior do que a encontrada na média dos países integrantes do grupo, onde essa diferença é de 50%.

Segundo a OCDE¹¹², o ensino superior no Brasil é uma das poucas áreas na qual o Estado se inclina a gastar mais no que diz respeito ao gasto por estudante. O Brasil gasta US\$ 11,7 mil anuais por estudante, ficando à frente de países como República Checa (US\$ 10,5 mil), Polônia (US\$ 9,7 mil) e Coreia do Sul, de US\$ 9,6 mil. E próximos a países como Portugal (US\$ 11,8 mil) e Espanha (US\$ 12,5 mil). É importante destacar que o nível superior do ensino, consiste no único que foi federalizado pelo Estado. Os demais níveis do ensino competem aos Estado e municípios, e existe forte discrepância

¹⁰⁹Disponível em: <https://spotniks.com/9-numeros-que-explicam-por-que-a-educacao-brasileira-vai-de-mal-a-pior/>

¹¹⁰ Disponível em: <https://educador360.com/gestao/neurociencia-aprendizagem-primeira-infancia/>

¹¹¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052>

¹¹² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052>

entre os Estados, em termos de desempenho, qualidade das políticas, montante de recursos destinados.

O Ensino Médio por sua vez, figura como a fase do ensino mais negligenciada pelo poder público no Brasil. Um dado assustador do estudo "Excelência com Equidade no Ensino Médio: a dificuldade das redes para dar um suporte efetivo às escolas" mostra que apenas 2% das escolas públicas de ensino médio oferecem condições satisfatórias de aprendizado¹¹³. Esse fato contribui para que 40% dos jovens de 19 anos ainda não tenham concluído o ensino médio. Destes alunos que não concluíram o ensino médio, 62% já abandonaram os estudos¹¹⁴.

A posição do Brasil nos rankings internacionais de educação continua piorando. Desse modo, os impactos que esse cenário, de educação insuficiente (seja em termos de gastos nas primeiras fases de ensino, seja em termos de abrangência da população escolarizada, bem como em termos da qualidade do ensino) seguirá causando os danos oriundos de uma sociedade formada por uma população inculta, deseducada. Além disso, esse quadro arrastado ao longo das gerações passadas contaminará as gerações futuras, se o Estado não assumir uma responsabilidade de transformar essa realidade, que sempre manteve o Brasil extremamente mal colocado, em todos os rankings existentes. De acordo com Paulo Freire, *“se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*. Tomando a frase de Paulo Freire como legítima, o Brasil seguirá sem uma saída decente, enquanto a educação não se transformar numa prioridade absoluta de política de Estado.

¹¹³Os critérios para definição de condições satisfatórias de aprendizado se encontram em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/2U2OMhzkgfcplpEJnBJqthhD1JRIDungrHToGqnc.pdf>

¹¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/18/quase-4-em-cada-10-jovens-de-19-anos-nao-concluíram-o-ensino-medio-aponta-levantamento.ghtml>

O que é a MP da Liberdade Econômica?¹¹⁵

*Lucas Vitor Andrade Lima¹¹⁶
Águida Cristina Santos Almeida¹¹⁷*

A Medida Provisória (MP) nº 881, de 21 de agosto de 2019, denominada de “MP da Liberdade Econômica”, será que de fato libertará? E libertará quem ou quê? Tomada como a principal medida do governo na área econômica até o momento, segundo seus idealizadores se trata da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, tendo a promessa de retomar a confiança na economia, destravando investimentos, libertando os empreendedores de restrições regulatórias, e por isso, a aprovação da referida MP trouxe consigo a promessa de gerar 4 milhões de empregos, nos próximos 10 anos, de acordo com o atual governo.

Sua transformação de (MP 881/2019), em Lei (nº 13.874), aprovada pelo Senado Federal, nomês de setembro, sancionada pelo presidente da república, sem o destaque midiático que teve a reforma da Previdência, passou um pouco despercebida pela maioria da população, sendo o que mais chamou atenção foram os pontos que pretendiam autorizar o trabalho aos domingos e feriados sem os direitos trabalhistas vigentes. Contudo, ficaram menos evidentes as medidas que buscam facilitar registros e abertura de novos empreendimentos. A grande aposta do atual governo e de setores patronais nos efeitos da nova lei, sobre o direito privado nas relações contratuais e nas interpretações do Poder Público perante os agentes econômicos no âmbito de abertura de empresas e mercados, trabalhista, societário, fundos de investimentos, é que a mesma proporcionará maior autonomia nas relações trabalhistas, no âmbito da iniciativa privada.

A MP emergiu rotulada de boas intenções, ao se colocar como a simplificadora do processo de abertura de empresas, buscando melhorar a posição do Brasil no ranking

¹¹⁵ Artigo escrito em Outubro de 2019.

¹¹⁶ Lucas Vitor, Graduando em Ciências Econômicas – UAECON/UFCG, e-mail: lucas_vitorl@hotmail.com

¹¹⁷ Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com. No presente artigo foi revisora.

do Banco Mundial, que hoje ocupa a posição de número 140 na questão relacionada à burocracia, num ranking com 190 economias. Mas a inclusão de uma “minirreforma trabalhista” na MP, não obteve apoio da maioria no Congresso para aprovação na íntegra, da proposta enviada pelo governo. O governo e parte do congresso nacional pretendem aprovar uma segunda fase de medidas que relacionam à expansão da Liberdade Econômica, aprofundando a “reforma trabalhista” em vigor há dois anos. Tomando como referência a “Reforma Trabalhista” de 2017, que na época tinha a expectativa de criar 2 milhões de empregos em 3 anos, a realidade está longe de ser alcançada, dado que atualmente 12,6 milhões de pessoas estão desempregadas, segundo o IBGE. Além disso, os poucos postos de trabalho criados após a aprovação da reforma são precários e com baixas remunerações, não havendo benefícios para a formalização, dado que os limites entre a formalidade e a informalidade ficaram bastante tênues.

A Ordem Econômica estabelecida na Constituição Cidadã de 1988, garante os direitos fundamentais da livre iniciativa, valorização do trabalho humano e livre concorrência, devendo a sociedade preservar os seus princípios, e os governantes promoverem políticas públicas de saúde e proteção do trabalho, ao invés de considerar as leis trabalhistas rígidas e inoperantes.

A história recente dos anos 2000, com o milagrinho econômico, período caracterizado por um melhora no desempenho econômico, onde tinha o pilar do investimento público que atraiu os investimentos privados, crescimento econômico acompanhado de formalização dos trabalhadores menos escolarizados, aumento da renda e relativa redução das desigualdades, nos mostra que é imprescindível a retomada do desenvolvimento socioeconômico, no qual é compulsória os incentivos à retomada da demanda agregada, imprescindível à retomada do crescimento e do papel ativo do mercado de trabalho como promotor de inclusão social.

Não obstante, a ausência de uma política econômica para geração de empregos e aumento real da renda (desde 2015), associada a medidas para desconcentrar a renda e a riqueza, promover acesso ao capital, ampliação da concorrência, retomada do dinamismo do mercado interno, vem resultando na mais lenta recuperação da história, e numa rápida piora nos indicadores sociais e de concentração da renda e riqueza. Ao invés disso, segue-se apostando em uma agenda de política que até o presente só tem produzido estagnação econômica e deterioração social à parcela crescente do povo brasileiro.

A PRIORIDADE DO GOVERNO¹¹⁸

*Rodrigo de Andrade Queiroz¹¹⁹
Águida Cristina Santos Almeida¹²⁰*

O estado atual das votações sobre a reforma da Previdência, no Senado Federal, tem indicado importantes movimentações políticas, com implicações sobre o campo econômico. É fato que, desde os trâmites da reforma na Câmara dos Deputados, o ministro Paulo Guedes (Economia) tem encarado a questão sob o prisma do enfrentamento. Originalmente, sua proposta indicava uma reforma mais contundente, visando, segundo o ministro e os técnicos do governo, um impacto significativo sobre as finanças públicas, e uma mudança radical no regime de previdência, com um contundente aprofundamento na capitalização e financeirização dos recursos, para instituições principalmente privadas.

Entretanto, o fato de o próprio Congresso Nacional ter tomado para si a pauta da reforma, aprovando-se, até o momento, nos seus próprios termos, tem feito Guedes assumir certo tom derrotista. Na última quarta-feira (02), o ministro da Economia do governo Bolsonaro deu início a um movimento de articulação no sentido de desidratar a proposta do governo para o pacto federativo, ou seja, tocar sensivelmente nas medidas que objetivam destinar mais recursos a Estados e Municípios.

De início, é possível destacar sensíveis diferenças entre a proposta inicial de Paulo Guedes a aquela que, atualmente, tramita no Senado Federal. Em primeiro lugar, o Congresso Nacional rejeitou a proposta de integral capitalização do regime previdenciário (um dos principais desejos do Ministro da Economia). Além disso, o Congresso também rejeitou (contrariamente ao desejo de Guedes) a inclusão de Estados e Municípios na proposta-base da reforma. Ainda, o Senado Federal rejeitou a possibilidade de restrição a quem pode receber o Benefício de Prestação Continuada – benefício mensal pago a idosos e deficientes de baixa renda, no valor de um salário

¹¹⁸Artigo escrito com base nas notícias da semana de 29 de setembro a 05 de outubro de 2019.

¹¹⁹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do PET – Economia. Email: rodrigodeandradequeiroz@hotmail.com

¹²⁰Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

mínimo. É possível destacar, ainda, que o governo buscou restringir as normas para concessão de abono salarial. A derrota do governo reside no fato de que a equipe econômica desejava que a concessão do abono ficasse restrita apenas a quem ganha um salário mínimo, situação na qual o Senado Federal manteve a atual regra (que possibilita o pagamento do abono a quem ganha até dois salários mínimos).

No contexto do movimento político de Guedes, está a derrubada, por parte dos senadores, de um artigo específico da reforma da Previdência que tornava mais rígida o conjunto de regras para o recebimento do abono salarial. Contrariamente às pretensões da equipe econômica do governo Bolsonaro, o Senado vem amenizando, desde o trâmite da proposta, os impactos da reforma. Segundo cálculos do governo, a derrubada do artigo em questão, nesta semana, tem o potencial de diminuir o impacto da proposta, em termos do que o Governo denomina como “economia”, num montante de R\$ 76,4 bilhões, em dez anos, conforme reporta o jornal Folha de S. Paulo, do dia 02 de outubro.

Entretanto, recente pesquisa do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), do Instituto de Economia da Unicamp, constatou manipulação das contas que embasam a reforma de Previdência. Divulgado pela Carta Capital em 18 de setembro, o estudo indica a flagrante manipulação dos números que, segundo o governo, indicariam déficit da Previdência e embasariam o argumento central favorável à aprovação da reforma.

Parece inevitável perceber que a constante negação de Guedes sobre o fato de o ministro não ser responsável por articulação política com o Congresso, cada vez mais, tem sido difícil de sustentar. Embora o ministro busque reiterar o seu perfil técnico, pouco afeito às articulações do jogo político, a dimensão da reforma da Previdência e as constantes pressões dos congressistas para a liberação de mais recursos exigem do titular da pasta ministerial que sedia, um cuidado redobrado no trato com os parlamentares. Por um lado, a possibilidade de um enfrentamento mais severo com o Congresso pode minar, ainda mais, a já fatiada reforma da Previdência. Por outro lado, caso o ministro aceite por completo os termos exigidos pelos parlamentares, poderá arcar com um alto custo orçamentário com a constante liberação de recursos ou minar o próprio capital político do governo, valendo lembrar que um dos pilares da campanha do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro foi justamente, superar aquilo que cunhava de “velha política”.

Na última quarta-feira (02), Guedes determinou que sua equipe refizesse todos os cálculos da proposta que visa remodelar os repasses de recursos aos demais entes

federativos. Dada a situação fiscal precária de parte substancial dos Estados brasileiros, a medida é de todo o interesse de vários governadores. O movimento indica, à primeira vista, um chamamento de Guedes (e do próprio governo, de modo geral) aos governadores, criando apoio político para pressionar o Senado. Outro exemplo que indica esse ponto de vista, consta do cancelamento, na quarta-feira (02), de diversas reuniões que Guedes teria com senadores das bancadas do MDB, PP e PSD. Guedes afirma que o eixo da proposta da reconfiguração do pacto federativo será a responsabilidade fiscal.

A simbiótica relação entre movimentos políticos, e o cenário econômico mostra, sobretudo, um país imerso numa incerteza e vulnerabilidade que só cresce com o tempo, e as reformas, inviabilizam cada vez mais a possibilidade de qualquer retomada do crescimento econômico, impactando no processo de inclusão social que o país vinha vivendo e que perdurou aproximadamente uma década, e aprofundando o quadro de desigualdade social e econômica, que marca toda a história do Brasil.

Essencialmente, as medidas pouco concretas para o combate ao desemprego e o cenário de ínfimo crescimento econômico têm o potencial de colocar o governo, com sua política neoliberal em xeque. Desde o início, a construção do discurso sobre a aprovação da reforma da Previdência, por parte dos governistas, tem sido no sentido de que, sem a aprovação da reforma, o cenário econômico torna-se caótico. Ciente de que a medida a ser aprovada é bem menos incisiva do que a proposta original do governo, Guedes tenta – e, certamente, continuará tentando – compensar o que considera como perdas, por outras vias.

SERÁ QUE A CHINA VAI SEGUIR OMISSA?¹²¹

*Yukimi Akami Evereux Viana Nascimento*¹²²

*Águida Cristina Santos Almeida*¹²³

Apesar das calamidades que se instauraram no meio ambiente brasileiro desde o início do ano, a China permaneceu em silêncio diante dos incêndios na Amazônia. Entretanto, será que em algum momento o governo chinês irá opinar sobre o assunto, será que em algum momento se colocará contra a omissão do governo brasileiro diante da tragédia ambiental que se encaminha, como fez a França?

Movidas pela demanda por commodities, as empresas chinesas vêm investindo faz mais de 10 anos, em vários países do mundo, em áreas como petróleo, minerais, soja, eletricidade, infraestrutura e tecnologia. No ano de 2018, 40% dos investimentos da China no Brasil veio de empresas estatais chinesas¹²⁴.

O consumo de carne na China, atualmente corresponde há mais de um quarto da demanda mundial de carne, segundo os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dessa maneira o Brasil vem atendendo essa demanda crescente de carne vinda da China. E, na verdade, a crescente demanda chinesa, somada à omissão do governo brasileiro com a questão ambiental, vem estimulando pessoas com interesses no agronegócio, a atear fogo em áreas de preservação ambiental, com vistas a usar a terra para o cultivo de colheitas e gado.

Segundo dados preliminares oficiais¹²⁵, o desmatamento cresceu 93% nos primeiros nove meses da presidência de Bolsonaro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Somente em setembro, as taxas de desmatamento subiram 96% em comparação com o mesmo mês de 2018. As empresas brasileiras do agronegócio que buscam expandir suas exportações de alimentos para a China, investiram

¹²¹Artigo escrito em outubro de 2019.

¹²²Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e o Programa de Educação Tutorial PET-Economia

¹²³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. No presente artigo foi revisora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

¹²⁴ Disponível em: <https://cebc.org.br/2019/09/23/chinese-investments-in-brazil-2018-the-brazilian-framework-in-a-global-perspective/>

¹²⁵ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desmatamento-na-amaz%C3%B4nia-cresce-quase-93-neste-ano-indica-inpe/a-50804904>.

pesadamente em algumas das regiões brasileiras menos desenvolvidas, resultando na transformação de antigas áreas de preservação, de mata virgem, em cidades ricas.

O presidente da China, Xi Jinping, enfatizou que a China quer uma "coexistência mais harmoniosa entre humanidade e natureza". Ele agora tem uma oportunidade perfeita para mostrar ao mundo que ele está realmente comprometido com esse objetivo. Durante a visita de Jair Bolsonaro ao presidente Xi Jinping nesta sexta-feira, 25 de outubro, China e Brasil assinaram acordos nas áreas de infraestrutura, agricultura, energia e educação.¹²⁶ Os acordos foram fechados em um encontro dos presidentes, no Salão do Povo, em Pequim, depois de uma longa cerimônia na qual os dois líderes passaram em revista às tropas na Praça da Paz Celestial.

Agora, resta esperar para saber se mesmo depois dos acordos assinados entre os chefes de Estados dos dois países em pauta, a China vai seguir omissa quanto à destruição da Amazônia, e a passividade do governo brasileiro, ou se alinhará à França e aos demais países, que vêm se contrapondo duramente ao que vem acontecendo no Brasil, desde o início de 2019.

¹²⁶ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/bolsonaro-e-xi-jinping-assinam-acordos-entre-brasil-e-china/>

SOBRE O ÓLEO DERRAMADO NO LITORAL DO NORDESTE BRASILEIRO¹²⁷

*Pedro Salviano Neto¹²⁸
Águida Cristina Santos Almeida¹²⁹*

Com pouco mais de dois meses que foram identificadas as manchas de óleo que vêm aparecendo no litoral Nordestino, e mais recentemente no litoral do Sudeste, já são consideradas um desastre ambiental de gravidade ainda desconhecida. Até o presente, o referido crime ambiental vem causando uma série de prejuízos, tanto ambientais, onde centenas de espécies marítimas estão sendo brutalmente afetadas. Muitas espécies, ao buscarem o litoral, se defrontaram com as manchas de óleo e se contaminaram com as substâncias que o compõem, que também afetaram os berçários de espécies, como por exemplo, os manguezais e arrecifes de corais. No tocante aos prejuízos econômicos, decorrem do fato de essa tragédia, ter afetado diretamente o turismo, impactando a vida de comerciantes litorâneos que dependem basicamente do comércio turístico, e também os pescadores, tendo em vista que nas regiões afetadas, a pesca foi proibida.

No Brasil, existe um Plano de Contingência, “que consiste no planejamento preventivo e alternativo, para atuação durante um evento que afete as atividades normais da sociedade. Visa prover a organização de procedimentos e responsabilidades, com objetivos de orientar as ações durante um evento indesejado”. Ou seja, o Governo Federal Brasileiro possui alternativas para atuar perante uma tragédia desse nível. Porém não foi bem isso que aconteceu, quando a tragédia se instaurou no litoral brasileiro. Em princípio, o Governo Federal passou mais de um mês sem fazer absolutamente nada para tentar conter os danos ambientais da tragédia. Então, por mais de um mês, os únicos atuantes a fim de tentar minimizar os impactos do óleo, foram os governos estaduais de Estados nordestinos, e pessoas da sociedade civil, que atuaram

¹²⁷ Artigo escrito em novembro de 2019.

¹²⁸ Graduando em Ciências Econômicas – UAECOM/UFCG, integrante do PET/Economia/UFCG e do GAACE/UFCG. E-mail:

¹²⁹ Professora revisora do presente artigo. É professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE.

como voluntários, agindo como verdadeiros heróis anônimos, trabalhando de sol a sol, e pondo a mão no óleo bruto literalmente.

As ações voluntárias da população foram de vital importância, pois em grande parte do período, usaram dos próprios recursos (econômicos e físicos), no esforço de limpar as praias, retirar o óleo do mar, limpar espécies marítimas afetadas. Nesse meio tempo, as autoridades locais questionavam e cobravam uma ação mais efetiva do Governo Federal, que finalmente resultou nas visitas locais dos ministros do meio ambiente e do turismo, Ricardo Salles e Marcelo Álvaro Antônio, respectivamente.

Todavia, as visitas dos ministros, causaram ainda mais turbulência nesse cenário quase caótico, pois, logo depois de visitar áreas afetadas, e conversar com voluntários e autoridades locais, o ministro Ricardo Salles, concedeu uma coletiva à imprensa, na qual declarou que com a ajuda de imagens de satélites e com base nas rotas marítimas, havia chegado ao resultado de que havia trinta navios suspeitos. Porém o ápice do absurdo em seu discurso ainda estava por vir. E usando da mesma estratégia empregada no caso das queimadas no Amazonas, onde culpou as ONG's pelos incêndios florestais, dessa vez o Ministro afirmou que o navio do Greenpeace, havia passado pelas rotas marítimas próximas ao litoral nordestino, sendo apontado pelo ministro como o principal suspeito pelo derreamento do óleo, e que isso foi feito de forma criminosa. Tal declaração causou extrema conturbação no cenário político brasileiro, e ganhou ainda mais visibilidade internacional. Pouco tempo depois o Greenpeace se defendeu, afirmando que estaria totalmente fora de cogitação a afirmação vinda de Salles. Além disso, o Greenpeace afirmou que o Governo estava mais preocupado em apontar um culpado, do que em tentar solucionar as consequências do crime ambiental que havia ocorrido. Houve também a divulgação, de que o óleo era proveniente de uma mistura específica de óleos vindos de campos de petróleo Venezuelanos.

Em sequência, essa tragédia ganhou um novo capítulo na última semana de Outubro, onde a Marinha Brasileira, juntamente com a PF, revelou que com base em análises e investigações com apoio da Interpol, chegaram a um forte suspeito de ter cometido tal crime ambiental. No caso, se trata do navio de bandeira Grega, o Petroleiro Bouboulina, apresentando todo o histórico da passagem do navio, onde ele de fato recolheu a carga de óleo bruto, em um porto na Venezuela e tinha como destino a Malásia. Com isso a Polícia Federal Brasileira realizou operações de busca e apreensão nas empresas Brasileiras vinculadas com a empresa Grega, com a finalidade de conseguir provas que caracterizam a efetiva culpa do navio mencionado.

Em razão das operações realizadas pela Polícia Federal, a empresa Delta Tankers, proprietária do navio, fez uma declaração, afirmando que foram feitas as vistorias necessárias, e que não foi detectado nenhum sinal de que teria ocorrido vazamento ou derramamento de óleo do navio suspeito. A empresa informou ainda, que não há provas concretas, e que todos os registros de câmeras, sensores, serão entregues às autoridades brasileiras.

Não obstante, em meio ao caos que se instaurou, a omissão do governo federal em agir de fato para solucionar o problema, e colocar de fato em prática um Plano de Contingência para atacar o problema, tenderá a ampliá-lo, dada a continuidade e aprofundamento do dano ambiental. Assim, a ação do Governo Federal é de importância urgente, indispensável, indiscutível, tanto em função da gravidade do problema, como em razão de ser o único com os meios materiais necessários a tomar ações mais fortes, estruturais, planejadas e organizadas. Por mais que a atuação da sociedade civil, por meio do trabalho de voluntários, venha sendo importante, será pouco diante do tamanho do problema a ser solucionado. E mais, além da omissão e descaso do governo federal na tomada de ações concretas para contornar a situação, somou-se o discurso leviano, de apontar culpados de forma completamente arbitrária e irresponsável, comprometendo ainda mais a imagem externa do Brasil, já bem desgastada.

É de extrema importância sim, encontrar o verdadeiro responsável por esse crime ambiental de profunda e extensa gravidade! Tanto para responder judicialmente, como para vir a indenizar as vítimas, e ficar esclarecido se foi um derramamento criminoso ou acidental. Mas o modo como se deu a atuação das autoridades competentes, até o momento, de ignorar a linha correta de investigação, e preferir publicar notas públicas, culpando países, instituições, como por exemplo, ONG's, foi no mínimo irresponsável e desastroso. De fato, até o momento, o Governo prefere teorizar, a tentar solucionar o problema, enquanto isso, com a omissão, mais uma vez quem sofre é a população, a vida marinha, e o meio ambiente como um todo.

ORÇAMENTO PÚBLICO: O QUE ESPERAR PARA 2020?¹³⁰

*Karla Vanessa B. S. Leite*¹³¹

O Estado precisa de meios para financiar suas atividades e a produção/provisão de bens e serviços públicos. Nesse sentido, o orçamento público é o instrumento que permite planejar a utilização das receitas arrecadadas junto à sociedade. Através dele, são expressas as preferências dos governantes sobre as áreas e políticas públicas que serão prioridades. Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro público.

Em sentido amplo, as receitas são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Entretanto, nem todo ingresso constitui, necessariamente, receita pública, já que operações de crédito, por exemplo, são ingressos, mas criam uma obrigação no passivo da entidade pública. Por outro lado, a despesa se refere ao conjunto de dispêndios do Estado para o funcionamento dos serviços públicos, empregando os recursos arrecadados por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços prestados à sociedade ou para a realização de investimentos para o desenvolvimento do país.

No Brasil, o planejamento orçamentário obedece a três leis principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse modelo orçamentário é aplicado nas três esferas do governo. O PPA contém o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e busca definir os caminhos que devem ser trilhados para viabilizar as metas previstas; sendo assim, define as políticas públicas do Governo Federal para a construção de um país melhor, com base nos compromissos que foram firmados durante o processo eleitoral. Até o final de 2019, está em vigor o PPA elaborado pela equipe do governo Dilma (2015-16). Para o período 2020-23, a responsabilidade da elaboração do plano e da definição das diretrizes para o Brasil é da equipe do atual governo.

Estabelecidas as prioridades e metas do governo para um quadriênio, entram em cena a LDO e a LOA (a materialização do orçamento), que são leis anuais. A LDO

¹³⁰ Artigo escrito em novembro de 2019.

¹³¹ Professora Adjunta III da UAECOM/UFCEG, Tutora do PET – Economia e membro do GAACE.

estabelece a ligação entre o PPA e a LOA, destacando os investimentos e gastos prioritários que deverão integrar o orçamento. Além disso, a LDO define as regras e normas que servirão de base para a elaboração da LOA. Após a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – expressão da ideologia neoliberal nas finanças públicas – nos anos 2000, a LDO passou a conter um anexo de metas fiscais onde se estabelecem metas de receitas, despesas, resultados nominal e primário, o montante da dívida pública entre outros dados, para o exercício financeiro atual e para os dois exercícios subsequentes.

A LOA é a materialização do orçamento público em uma lei de validade anual que contém estimativas das receitas e despesas para um período de um exercício financeiro. Como já se argumentou, o orçamento exprime as decisões políticas na alocação dos recursos públicos e estabelece ações e programas prioritários para atender as demandas da sociedade. A LOA deve ser enviada ao Congresso Nacional (CN), onde será analisada e votada, até 31 de agosto de cada ano. É importante mencionar que a Constituição de 1988 estabelece a existência de três orçamentos: o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento das Estatais e o Orçamento da Seguridade Social.

De posse dessas informações, agora, podemos nos perguntar: o que esperar para 2020? A proposta orçamentária para 2020 foi enviada ao CN em 30 de agosto do corrente ano. Em suas mais de 4.000 páginas, o PLOA estima um total de R\$ 1,47 trilhões em despesas e R\$ 1,35 trilhões em receitas; o governo está, portanto, prevendo um déficit primário da ordem de R\$ 124 bilhões. É importante ressaltar que a Emenda Constitucional 95 (EC 95) impôs um limite de gastos (teto de gastos) o que não permite ao governo aumentar a maioria dos seus dispêndios, para além da inflação. Tal política afeta, principalmente, os gastos discricionários que passaram de R\$ 102,7, em 2019, para R\$ 89,1 bilhões, em 2020. Saliente-se que esses gastos, que não tem obrigação legal, são destinados, por exemplo, a modernização de hospitais, incentivos à pesquisa e construção de estradas.

Analisando com mais detalhes, percebe-se que das 31 áreas de gastos, apenas 8 tiveram seus orçamentos aumentados, em relação a 2018, quais sejam: essencial à justiça (0,9%), transferência para estados e municípios (1,2%), segurança pública (1,8%), previdência social (3,6%), juros e amortização da dívida (16,1%), outros encargos especiais (18,4%), reserva de contingência (20,1%) e comunicações (35,0%). Por outro lado, chamam atenção algumas reduções: direitos de cidadania (-43,2%),

habitação (-30,3%), indústria (-26,0%), saneamento (-9,6%), ciência e tecnologia (-8,8%) e educação (-6,7%).

Mais duas informações chamam atenção e precisam ser mais bem discutidas: o montante destinado aos incentivos fiscais e ao crédito suplementar. Parte do orçamento (R\$ 367 bilhões) está condicionada à liberação de crédito suplementar pela Câmara dos Deputados. A título de exemplo, o Programa Bolsa Família, responsável por retirar milhares de famílias brasileiras da extrema pobreza, tem R\$ 9 bilhões na dependência de crédito suplementar. A previdência rural, elemento crucial para a redução das desigualdades entre campo e cidade, tem 98% dos seus recursos esperando por tais créditos.

Curioso é perceber que, enquanto segue com o discurso falacioso e equivocado de que “o país quebrou” ou “o país não tem dinheiro”, a equipe econômica do governo considerou como prioridade reservar R\$326,16 bilhões do orçamento para incentivos fiscais. Tal política foi bastante utilizada no governo Dilma, atingindo o montante de R\$ 264,53 bilhões, em 2016 – e foi duramente criticada por muitos economistas. Laura Carvalho, professora da FEA/USP, por exemplo, argumentou que os incentivos fiscais – que integraram a agenda FIESP – não entregaram os empregos prometidos pela iniciativa privada e provocaram efeitos deletérios sobre as receitas públicas. Em claro contraste, o orçamento das empresas estatais também foi reduzido: BNDES (-9,6%), Hemobras (-60,8%), INFRAERO (-63,0%). Destaque-se que a Hemobras é uma empresa de produção de medicamentos para atender ao SUS.

Retornando ao questionamento inicial do artigo: o que esperar para 2020? O que esperar para um país que, claramente, prioriza as despesas financeiras em detrimento do investimento em áreas e setores estratégicos para o crescimento do país com inclusão social e distribuição de renda? A maior ênfase do PPA 2020-23 está centrada na área econômica. Onde está o problema? Na orientação ideológica do governo que tem nuances nitidamente neoliberais. O que isso significa? Que as prioridades do governo passam a ser facilitar a vida dos que já possuem renda e riqueza com o argumento de que essas medidas, aliadas a um Estado ‘eficientemente neoliberal’, serão responsáveis por promover a retomada do crescimento da economia brasileira.

Infelizmente, a história do Brasil e as lições da América Latina e do mundo desenvolvido contradizem, na prática, esse argumento ideológico; tanto os resultados finais como as consequências que ficam “no meio do caminho” já são velhos

conhecidos. Insistir nessas políticas nunca foi, e continuará não sendo, o melhor caminho para promover crescimento econômico com redução dos abismos de renda, inclusão social e melhoria na qualidade de vida da população que sofre, diariamente, com a ausência de políticas públicas.

O COAF E A MEDIDA PROVISÓRIA 893¹³²

*Thiago Raniere Ferreira Campos¹³³
Ágida Cristia Santos Almeida¹³⁴*

Dentre as inúmeras medidas implantadas pelo governo atual, sob liderança do presidente Jair Bolsonaro e o ministro da economia Paulo Guedes, envolvendo mudanças institucionais em órgãos e ministérios, cabe destaque às contradições vistas na medida provisória 893/19, que infringe as condições de efetivo funcionamento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é um órgão que tem como objetivo produzir inteligência financeira, com a finalidade de promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades que sejam consideradas criminosas, ilegais, como por exemplo, o terrorismo. Fica sob a responsabilidade do COAF examinar e identificar todas as ocorrências suspeitas que possam ter relação com atividades ilícitas, oriundas de quaisquer fontes, comunicando às autoridades que detêm as devidas competências, para instaurações de procedimentos de averiguação e demais procedimentos necessários. Ou seja, o COAF coordena as trocas de informações para viabilizar ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens e direitos e valores, fiscalizando as operações suspeitas ou atípicas que devem ser informadas a órgãos como o Ministério Público e à Polícia Federal, e a partir disto dar início a averiguação e tomada das medidas investigativas cabíveis.

Pois bem, a Medida 893/19, instituída pelo presidente da república Jair Bolsonaro, no dia 19 de agosto de 2019, no uso da atribuição que lhe confere no art. 62

¹³² Artigo escrito em novembro de 2019.

¹³³ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail thiagorcamos@gmail.com

¹³⁴ Professora revisora do presente artigo. É professora da Unidade de Economia da UFCG e Coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE.

³ Discente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE) da UFCG. E-mail thiagorcamos@gmail.com

da constituição de 88 que diz: “*Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional*”. Por meio da referida MP, o presidente transformou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), que é um órgão vinculado ao Ministério da Economia, na Unidade de Inteligência Financeira (UFI), num órgão vinculado ao Banco Central (BACEN).

O COAF, vinculado ao BACEN, continua com autonomia na área técnica de manter seus serviços e também o efetivo operacional, tendo atuação em todo território nacional, como especifica as competências atribuídas a ele, de acordo com a legislação em vigor. Ou seja, todas as atribuições que o COAF tem de fiscalizar e relatar possíveis ações ilícitas ou de conteúdo duvidoso, que abra espaço para uma averiguação. Não obstante, as mudanças ensejadas pela MP 893/93 contém um grande agravante, no tocante à manutenção da integridade moral do Conselho, levando em consideração que passará a ser submetido ao Governo Federal diretamente. A estrutura organizacional e os gestores do órgão, após a transferência e vinculação, será escolhida e definida pelo do Banco Central, e será composta de um presidente, mais um número de conselheiros (que podem variar de oito a quatorze), dentre cidadãos brasileiros considerados com reputação ilibada.

É importante entender a profunda mudança que a MP 893/19 provoca no funcionamento do COAF, comprometendo sua efetividade no cumprimento das atribuições que lhe cabe. A lei da Lavagem de Dinheiro (9.613/98), define que as operações financeiras e transações precisam ser comunicadas por bancos, administradoras de cartões de crédito, seguradoras e juntas comerciais, quando houver suspeitas em torno de ações com grandes movimentações financeiras, envolvendo inclusive, os próprios bancos. Assim, ao vincular o Coaf ao BACEN, se abrirá uma grande lacuna para operações ilícitas ou ocultações de ações que indiquem indícios de corrupção, já que o COAF passará a estar subordinado à instituição que fornece os dados que ele emprega para construir as análises, os relatórios e apontar os indícios de irregularidades. Ou seja, ao submeter o COAF à instituição que lhe subsidia em termos de dados e informações, e colocar em sua constituição integrantes comuns da sociedade civil, deprime-se a capacidade desse conselho de atuar de modo sério e autônomo.

Segundo o advogado que também esteve à frente da Secretária de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, de 2005 a 2007, Bottini Pierpaolo Cruz, a melhor forma de combater organizações criminosas é identificar e bloquear os seus bens.

Ocorre que parte destes bens, normalmente está escondido, ou foi reinserido na economia, por meio de operações simuladas e fraudes, como, por exemplo, com contratos fictícios ou negócios forjados. Desse modo, impedir a lavagem de dinheiro é essencial para recuperar tais bens e enfrentar o crime organizado.

Como o COAF atualmente segue tendências mundiais dos órgãos relacionados a transações financeiras, fazendo avaliações entre instituições financeiras e lojas de itens de luxo, por exemplo (que possam identificar transações suspeitas), ao receber os comunicados, os organizam de acordo com sua origem e natureza, e os repassam em forma de relatório para às autoridades competentes, como por exemplo, o Ministério Público, para investigar uma possível lavagem de dinheiro. Em suma, órgãos como o COAF, sistematizam dados, identificam padrões e emitem relatórios sobre atos suspeitos.

Nos últimos anos, o COAF enviou cerca de 1.000 (mil) relatórios aos órgãos de fiscalização, e dentre estes relatórios constou uma exposição sobre o ex-assessor do Flávio Bolsonaro. Então, se no modelo que vigorava, o COAF atua com autonomia e independência, sendo constituído apenas por servidores públicos, com a promulgação da medida provisória em discussão, o COAF passa a ser subordinado a uma autarquia, e terá em seu conselho membros do setor privado, num arranjo bastante diferente do que prevalecia.

O Banco Central do Brasil tem a obrigação de regulamentar e fiscalizar as instituições financeiras residentes no Brasil. A unidade de Inteligência Financeira (antiga COAF) é responsável pelo regulamento e troca de informações com as entidades como bancos e afins. Partindo dessa ideia, é fundamental entender que a autonomia deste órgão deve ser firme, pois caso ela seja comprometida, conforme ocorrerá em função da MP 893/19, o combate às transações ilícitas e operações de lavagem de dinheiro podem ficar submetidas a fraudes, ocultação e outras ações que não conduzam à apuração e investigação. Isso decorre do fato da ligação direta que o COAF passará a ter com os interesses de instituições, e agentes que são contrários a investigações financeiras, fragilizando o combate a crimes políticos e fiscais.

Ou seja, combater a corrupção é exatamente o oposto de ações que enquadram, limitam e fragilizam instituições responsáveis pelo controle e investigação. O discurso político contra a “velha política” na campanha eleitoral vem sendo convertido numa prática política do Brasil República, no século XIX. Será então a nova política, na verdade, uma política velhíssima?

Referências:

BBC NEWS BRASIL. **Coaf, o órgão de 37 servidores que gerou mil relatórios para Lava Jato e pôs ex-assessor de Flávio Bolsonaro sob suspeita.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46547024>. Acesso em: 3 nov. 2019.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Medida provisória muda nome do Coaf e transfere órgão para Banco Central.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/573302-MEDIDA-PROVISORIA-MUDA-NOME-DO-COAF-E-TRANSFERE-ORGAO-PARA-BANCO-CENTRAL>. Acesso em: 3 nov. 2019.

ESTADÃO. **Gilmar suspende processo da Lava Jato por uso de dados do Coaf.** Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/gilmar-suspende-processo-na-lava-jato-por-uso-de-dados-do-coaf/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Os riscos do Coaf sob a tutela do Banco Central.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/10/os-riscos-do-coaf-sob-a-tutela-do-banco-central.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2019.

IMPrensa NACIONAL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-893-de-19-de-agosto-de-2019-211446132>. Acesso em: 3 nov. 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Conselho de Controle de Atividades Financeiras.** Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL E A “DOENÇA HOLANDESA”¹³⁵

Vitor Gonzaga Brasileiro¹³⁶
Águida Cristina Santos Almeida¹³⁷

O Brasil, em um período de aproximadamente 50 anos, de forma lamentável, apresentou um drástico decréscimo no peso da indústria no PIB. De acordo com uma pesquisa encomendada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), em 2017, o Brasil experimentou uma forte piora nesse setor. Tomando como referência o PIB de 1970, a queda na participação da produção industrial caiu de 21,4% a 12,6%, em 2017.

Para o professor e pesquisador do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, Wilson Cano, em entrevista concedida ao site brasilianas.org, o Brasil passa por um processo contínuo de desindustrialização, de modo que, há praticamente três décadas – Para Cano – a indústria tem perdido peso na economia nacional.

Do ponto de vista teórico, Rowthorn e Ramaswamy (1999) definem desindustrialização como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial em relação ao emprego total, num certo país ou região. Com base nessa informação, assim como em análises de economistas contemporâneos embasados por uma visão econômica voltada à corrente de pensamento heterodoxa, nota-se que o Brasil teria passado por um tardio processo de desindustrialização (acorrído em meados dos anos 1990), ao contrário dos países desenvolvidos que entraram em processo de menor industrialização em meados de 1970. Contudo, é importante destacar que a comparação ocorre com economias em diferentes graus de desenvolvimento, o que deve ser levado em consideração, dado que os níveis diferentes de desenvolvimento produzem peculiaridades entre os territórios, ao passo que precisam ser levadas em consideração quando de qualquer análise comparativa.

¹³⁵ Artigo escrito em Novembro de 2019.

¹³⁶ Graduando do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e integrante do Grupo de Acompanhamento e Avaliação de Conjuntura Econômica (GAACE).

¹³⁷ Professora do Curso de Ciências Econômicas (UFCG) e Coordenadora do GAACE. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Na verdade, o quadro estrutural vivido pelo Brasil, como para muitas outras economias atrasadas do mundo, é denominado de “doença holandesa”, e se caracteriza pela abundância de recursos naturais, que podem induzir à redução da participação da indústria (perda de competitividade), resultante da apreciação cambial e valorização do preço das matérias-primas, ou seja, torna-se preferível exportar mercadorias com baixo valor agregado como, por exemplo, grãos de soja ou milho, ao invés de exportar produtos com maior valor agregado como, por exemplo, eletrônicos. Vale salientar que o termo “doença holandesa” emergiu de uma situação vivenciada pela Holanda, entre os anos de 1960e 1970, com a descoberta de enormes reservas de gás natural. Contudo, a excessiva apreciação cambial, derivada do acréscimo repentino da exportação desse produto, causou como consequência uma retração no setor holandês de manufaturados, implicando em desemprego e perdas ao tecido industrial.

Além disso, há de se considerar que o setor de serviços tem se estabelecido como o de maior dinamismo econômico da economia brasileira, evidenciado pelo seu crescente peso no PIB, muito mais importante que o próprio setor industrial. No ano de 2018, o setor de serviços apresentou crescimento de 1,1%, enquanto que o setor industrial cresceu apenas 0,6%. O agronegócio cresceu 0,1%, só que, no ano anterior apresentou surpreendente crescimento de 12,5%, mostrando-se muito mais forte do que a indústria, que retraiu -0,5% no ano de 2017.

Tomando como base uma visão heterodoxa da economia, entende-se que a indústria é o motor do crescimento econômico de longo prazo. Em virtude disso, a desindustrialização é um processo que impacta negativamente o crescimento e desenvolvimento social e econômico de qualquer nação que padeça desse problema. Isto porque, a desindustrialização impacta forte e negativamente as atividades que exibem retornos crescentes de escala, reduz o ritmo do progresso técnico e a taxa de inovatividade, e tudo isso contribui para aumentar a restrição externa ao crescimento. Esse cenário descreve a atual situação do Brasil, que possui um defasado e insuficiente investimento em ciência, tecnologia e inovação.

O Brasil, portanto, parece estar longe de vislumbrar uma maior autonomia quanto ao processo de industrialização, e com isso de exercer um nível adequado de soberania nacional. E a escolha política que vem fazendo por uma matriz produtiva que o manterá exportador de matéria-prima, irá ampliar o seu grau de subdesenvolvimento ao longo do tempo. Padecendo da “doença holandesa” o Brasil tenderá ampliar seu

atraso tecnológico, e com isso a dependência tecnológica e financeira, que marcam toda a sua história social e econômica.

Referências

<https://www.paulogala.com.br/doenca-holandesa-aspectos-teoricos/>

<https://abrasel.com.br/noticias/noticias/pib-do-brasil-cresce-1-1-em-2018-setor-de-servicos-e-o-principal-destaque/>

<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-terceira-maior-desindustrializacao-entre-30-paises-desde-1970-recuperacao-esta-distante-23779863>

<https://www3.eco.unicamp.br/cede/centro/146-destaque/508-desindustrializacao-no-brasil-e-real-e-estrutural>

EVASÃO FISCAL: O INFORTÚNIO QUE OS ESTADOS DE PAÍSES LATINO AMERICANOS IGNORAM¹³⁸

*Rafael Tavares Requeijo¹³⁹
Águida Cristina Santos Almeida¹⁴⁰*

O Brasil tem fama de apresentar distorções graves, e de natureza distinta em seu sistema tributário, por exemplo, no período colonial os indivíduos que detinham a posse de alguma peça de ouro eram obrigados a irem às casas de fundição em que fundiriam o metal precioso, porém teriam que pagar os tributos, como o quinto e a derrama. Com o passar do tempo, tais cobranças feitas pela coroa portuguesa geraram o desprezo da população que resultou em eventos como a revolta de Vila Rica.

Na sociedade atual brasileira ainda são evidentes grandes problemas na estrutura tributária, na qual a injustiça fiscal figura como o principal e mais grave problema, dado que a parcela majoritária dos tributos acaba sendo incumbida em maior grau nas classes sociais de menores rendas. É possível evidenciar o problema da tributação regressiva em certos países, em sua maioria da América Latina, onde os impostos inseridos na produção e no consumo são bem maiores comparados aos tributos sobre renda e a propriedade. Por outro lado, nos países desenvolvidos há um peso muito maior dos impostos progressivos, que são aqueles que incidem sobre a renda e o patrimônio, como é o caso das nações integrantes da OCDE.

Tomando o ano de 2017 como referência, tem-se que a média da tributação da renda feita nos países membros da OCDE foi de 37% da carga tributária desses países, enquanto nos países da América Latina, a tributação sobre a renda foi de apenas 25%. Por outro lado, os números constatados acerca da tributação realizada sobre o consumo alcançaram cerca 49% da arrecadação total nos países latino americanos, enquanto nos países da OCDE foi de 29%¹⁴¹.

A regressividade da carga tributária favorece as classes sociais mais abastadas, em detrimento do bem-estar das classes mais pobres, que perfazem a maioria da

¹³⁸Artigo escrito em novembro de 2019.

¹³⁹Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG e integrante do GAACE.

¹⁴⁰Professora do curso de Ciências Econômicas da UFCG e coordenadora do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica-GAACE. No presente artigo fez o trabalho de revisão.

¹⁴¹ Todos os dados são apresentados e detalhados na Publicação do PSI: Justiça fiscal é possível na América Latina? https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/80fa358c-694a-458a-978c-81bb70d7248_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_Fiscal_America_Latina_PORT_Sem_Anexo_Internet.pdf

população nos países latinos. Além disso, são as classes detentoras de maior renda que se privilegiam de regalias quanto ao pagamento de tributos, em função de receberem subsídios e incentivos fiscais, além das isenções de impostos. E mesmo assim, muitos indivíduos e empresas detentores da maior parcela da renda e riqueza nacionais ainda fazem uso da evasão e/ou sonegação, como instrumento à majoração dos ganhos.

Desse modo, a evasão fiscal é um gigantesco problema para a arrecadação dos cofres públicos, dado que as estatísticas referentes aos rombos na economia, gerados pela omissão dos pagamentos de tributos, resultam numa grande perda para o Estado, em termos de recursos para gerir as políticas e os serviços públicos que precisam ser ofertados à população.

Para se ter uma ideia da profundidade das perdas oriundas da evasão fiscal, somente no ano de 2011, o valor da evasão fiscal no país foi de R\$ 482 bilhões¹⁴². O montante dos recursos fiscais evadidos, chocam não apenas pelo seu tamanho absoluto, mas também em termos percentuais em relação ao PIB, quando comparados aos países da OCDE. Nos países latino americanos, os números de evasão fiscal variam entre 6% até 13% do PIB, enquanto nos países desenvolvidos que integram a OCDE apresentam percentuais que variam entre 2% até 3% do PIB, segundo estudo do FMI¹⁴³, denotando uma forte discrepância no trabalho de controle e fiscalização da arrecadação entre os dois grupos de países considerados acima.

A sonegação de impostos no Brasil segue patamares muito altos. Segundo a rede internacional Tax Justice Network¹⁴⁴, o Brasil foi apontado como segundo país no indicador de evasão fiscal, perdendo apenas para a Rússia. Em 2018, o governo brasileiro deixou de arrecadar R\$ 345 bilhões, e somente nos 10 primeiros dias do ano

¹⁴² Número de evasão fiscal medido pelo professor Richard Murphy da Universidade City de Londres: http://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/16561/1/Cost_of_Tax_Abuse_TJN%20Research_23rd_Nov_2011.pdf Referenciado na Publicação do PSI: Justiça fiscal é possível na América Latina? https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/80fa358c-694a-458a-978c-1bb70d7248_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_Fiscal_America_Latina_PORT_Sem_Anexo_Internet.pdf

¹⁴³ Cálculo do FMI feito por Crivelli, De Mooij & Keen no ano de 2016 indicado na Publicação do PSI: Justiça fiscal é possível na América Latina? https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/uploads/80fa358c-694a-458a-978c-1bb70d7248_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_PSI_Publicacao_Projeto_Justica_Fiscal_America_Latina_PORT_Sem_Anexo_Internet.pdf

¹⁴⁴ Dado apontado pela notícia sobre acordos internacionais de troca de dados como instrumentos para evitar a evasão fiscal: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/20/acordos-internacionais-de-troca-de-dados-sao-instrumentos-para-evitar-a-evasao-fiscal>.

de 2019, já acumulava uma perda de R\$ 14 bilhões desviados, segundo informação do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)¹⁴⁵.

O dinheiro que sofre evasão fiscal tende a ser conduzido para países que não possuem muita taxação e/ou garantem o sigilo bancário total, ou seja, os famosos paraísos fiscais, como por exemplo, no território Suíço, as Ilhas Jersey (território do Reino Unido), e mais recentemente no Panamá, onde foi descoberto o grande escândalo do Panamá papers, que apresentou uma longa lista de brasileiros, em sua maioria envolvidos com a Petrobrás, e expôs também os nomes de alguns políticos brasileiros, como Eduardo Cunha e Edison Lobão. Ou seja, a existência de territórios que conseguem acobertar os atos de sonegação são grandes motivadores para a continuidade desse processo ilícito.

Em vista da injustiça fiscal e da alta evasão, ambos contribuem decisivamente para a grande desigualdade social e econômica, principalmente nos países da América Latina, que apresentam uma tributação muito regressiva. Não obstante, reformas tributárias feitas em países como Costa Rica e Chile não conseguiram diminuir a regressividade, e continuam taxando em maiores proporções a população mais pobre.

No esforço para diminuir o processo de evasão fiscal, seria importante realizar uma reforma no sistema tributário, que concedesse maior importância à fiscalização das transações financeiras internacionais. Em função da extensa globalização dos mercados financeiros, é fundamental se desenvolver uma fiscalização maior das contribuições, essencialmente de pessoas de maior renda e empresas multinacionais. Com isso, o dinheiro arrecadado para os cofres públicos tenderia a aumentar consideravelmente, ampliando os meios materiais a fim dos governos realizarem políticas de bem-estar social, que atualmente estão sendo duramente cortadas, e sendo substituídas por políticas de austeridade, realizadas por grande parte dos governos latino americanos. Portanto, um sistema que amplie as pautas de bem-estar visaria a atender as demandas sociais da população, que atualmente vem ampliando seu nível de revolta com os governos, que seguem anistiando as classes mais abastadas, e não se empenham para diminuir a desigualdade. O atual clima de revolta, presente em grande parte da América Latina, remonta ao que aconteceu no período colonial brasileiro, e que resultou em

¹⁴⁵ Dado constatado no site do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação em que consta a notícia sobre a sonegação fiscal das empresas: <https://ibpt.com.br/noticia/2747/SONEGACAO-FISCAL-DAS-EMPRESAS>.

muitas mortes. Então fica a pergunta: será que precisamos de um Felipe dos Santos¹⁴⁶ novamente para podermos cobrar uma melhor atuação do Estado?

¹⁴⁶ Felipe dos Santos foi um dos líderes da Revolta de Vila Rica, em que o povo estava insatisfeito com as taxas sobre a fundição do ouro. Com o movimento sendo derrotado Felipe foi morto e usado de exemplo para que a população não se rebelasse contra o Estado, pois esse retaliaria sem misericórdia.

Com relação aos próximos lances do Governo, a pergunta que não cala é “restará algum Direito da Constituição de 1988?”¹⁴⁷

Águida Cristina Santos Almeida¹⁴⁸

Vou pedir licença no presente artigo, para infringir uma regra que tanto insisto com meus alunos e orientandos, que ressalta a importância da impessoalidade na escrita acadêmica. Preciso abrir mão dessa regra, para escrever essas linhas, embora o que vou dizer aqui não se resume apenas a uma opinião pessoal acerca do que irei tratar.

Realmente, o ano de 2019 está sendo um ano muito difícil, de muita tristeza e aflição, e constitui mais uma etapa do projeto que vem sendo adotado desde o ano de 2015, no Brasil. E o projeto a que me referi diz respeito à absoluta destituição, desintegração da Constituição de 1988. Seria uma conquista imensurável, única na história brasileira, aplicar as prerrogativas de uma Constituição cidadã e inclusiva, como é o caso da Constituição de 1988, numa sociedade como a brasileira, marcada pelas brutais desigualdade e exclusão social e econômica, que remontam à formação social e econômica do Brasil, persistem ao longo dos séculos, e possuem recortes de distintas naturezas, como por exemplo, de gênero, de raça, de lugar, de classe.

Ou seja, a desigualdade social e econômica é a característica principal da economia brasileira, e explica parcela substancial dos problemas sociais, econômicos, regionais, culturais, políticos que o país permanentemente enfrenta. Sendo assim, entende-se que o combate objetivo e ininterrupto da desigualdade constitui parte expressiva e singular das soluções efetivas e necessárias ao alcance de uma sociedade mais justa, igualitária, e economicamente dinâmica. E é justamente no ataque dos problemas crônicos e históricos que marcam a trajetória do Brasil, que a Constituição de 1988, ao compreender de forma muito lúcida, buscou criar mecanismos efetivos de ação.

Contudo, a sociedade e o governo no Brasil, principalmente de 2015 em diante, vem demonstrando a incompatibilidade entre uma Constituição cidadã e inclusiva, num território onde predomina e prevalece um forte sentimento de antipovo, de autoritarismo, de ignorância e com uma forte herança escravocrata, que se mantém viva

¹⁴⁷ Artigo escrito em novembro de 2019.

¹⁴⁸ Professora da UAECN/UFCG, Coordenadora do GAACE.

e impregnada no tecido social e econômico do território. Conforme ressalta Maria da Conceição Tavares¹⁴⁹, o pacto de poder das elites excluindo o povo de qualquer projeto de nação se reforça e se mantém ao longo do tempo.

Frente à tamanha incompatibilidade entre os valores da Constituição brasileira, com os valores da elite econômica detentora de forte poder político, as saídas possíveis polarizam-se em duas, uma primeira focada na readequação, renovação da sociedade, da política e da economia, para aplicar os preceitos do texto constitucional, e com isso, trabalhar em prol de um território mais dinâmico economicamente e homogêneo socialmente. Para isso, todas as políticas que foram aplicadas entre 2003 e 2014 deveriam ser mantidas e aprofundadas (principalmente, as políticas social e industrial). Isso consequentemente ensejaria, na alteração da participação do 1% mais rico na renda e riqueza totais; na promoção de uma ampla reforma tributária, que estendesse a progressividade da carga tributária brasileira; na ampliação do gasto primário em educação e saúde públicas, dado que possuem grande poder redistributivo, dentre várias outras ações de política, nas áreas social e econômica, que precisariam ser sustentadas e realinhadas ao longo de vários períodos de tempo.

Como resultado, essa primeira saída, teria o contundente aprofundamento da democracia, uma melhora nas condições de vida de parcela majoritária do povo brasileiro, a redução das desigualdades regionais, e uma melhora da posição do Brasil na economia mundial. Nessas condições, o Brasil daria ímpar contribuição à retomada do dinamismo da América Latina, e seria um bom exemplo a ser seguido pelos países vizinhos, exercendo um papel positivo à emulação dentro do continente que integra.

No outro extremo, consta a segunda saída por meio da negação da Constituição de 1988, e do esforço político em prol de sua destituição. Pois bem, foi essa a escolha política que o Brasil fez, consolidada num acordo entre a elite, parcela majoritária da classe política e da estrutura de poder político e institucional, e a imprensa nacional. Só que o projeto que vem sendo aplicado, vem se desenrolando de uma maneira absolutamente desonesta, dado que não se convocou uma nova constituinte. O que vem ocorrendo, é a destruição da Constituição de 1988, sem deixar claro que a política praticada está resultando exatamente nisto.

Na verdade, as prerrogativas da Constituição de 1988 sempre estiveram longe de ser implementadas em sua maioria, dado que logo após a aprovação da constituição,

¹⁴⁹ Império, território dinheiro. In: FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

no início dos anos 1990, o Brasil aderiu ao receituário de política neoliberal, e com isso inviabilizou, suprimiu, dificultou a regulamentação de boa parte dos preceitos defendidos no texto constitucional. Ou seja, a Constituição em vigor no Brasil, desde o princípio foi desrespeitada e alijada. Não obstante, depois do tímido processo de inclusão social vivenciado nas primeiras décadas dos anos 2000, o processo de destruição de direitos e garantias sociais vem se acelerando, e se consolidando num projeto de governo, camuflado com a bandeira da busca por maior eficiência e de combate à corrupção.

O modo como o desmonte e a destruição de direitos e garantias constitucionais vem se desenrolando é assustador, espantoso, estarrecedor, e muito acelerado. A mudança no regime fiscal, que resultou na aprovação da PEC do teto de gastos, em 2016, e a reforma trabalhista em 2017, caracterizaram-se como as duas primeiras reformas na direção escancarada de não apenas interromper o processo de inclusão social experimentado anteriormente, mas, sobretudo, revertê-lo. As referidas reformas foram aprovadas no mandato do presidente Michel Temer, vice da presidenta Dilma Rousseff, que teve seu mandato presidencial interrompido, no início do segundo mandato presidencial.

Ou seja, havia tempo de repensar e reverter o direcionamento escolhido na gestão de Temer, dado que em 2018 teria nova eleição, e isso figurou como um sinal de esperança, ao oferecer possibilidades de interromper um receituário de política que enfraqueceu sobremaneira a Constituição de 1988. Todavia, a escolha nas urnas pelo voto popular, reiterou a inclinação da gestão Temer, e formalizou a tentativa de golpe final aos preceitos constitucionais, num projeto de governo, que seguiu usando o discurso do combate à corrupção para destruir políticas sociais, e com um discurso claríssimo de que no Brasil os trabalhadores gozam de direitos excessivos, e que é preciso combater tais distorções. Na verdade, o discurso defendido ignora todos os dados, estatísticas e evidências que configuram o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, e que vem apresentando piora acelerada nos indicadores de desigualdade desde 2015.

Assim, a PEC do teto de gastos, e a reforma trabalhista (que completou dois anos esse mês), foram somadas a uma Reforma da Previdência, que já foi promulgada, embora tenha sido aprovada com base em dados fraudulentos, que foram mantidos sob sigilo do Governo. A aprovação da reforma da Previdência culminará em forte desproteção social e acirramento do empobrecimento de parcela crescente da população

brasileira. Foi aprovada ainda uma medida provisória, denominada de MP da liberdade econômica, que dissolveu mais direitos e garantias trabalhistas, e ampliou a desproteção jurídica, social e econômica do trabalhador brasileiro.

Não parando por aí, há três PEC's em vias de aprovação, que desvinculam e desobrigam o governo de cumprir uma série de garantias constitucionais, em termos de saúde, educação, financiamento de Estados e municípios, levando ao limite o que a PEC do teto de gastos fez. Desconsiderando a aprovação das três PEC's que estão em discussão para a aprovação, as reformas que já foram aprovadas já retiram do Estado muitas das atribuições que lhe cabem à busca de melhor desempenho social e econômico. Caso as três PEC's referidas venham a ser de fato aprovadas, o projeto de destruição da Constituição de 1988 ficará avançadíssimo, e conseqüentemente a possibilidade de sustentar um regime político democrático se reduzirá, conforme já deixou escapar o filho do presidente, o Deputado Eduardo Bolsonaro, que afirmou de modo claro e preciso que não vê saída para o Brasil pela via democrática.

A dissolução de dezenas de conselhos sociais, logo no início do mandato presidencial, e o acirramento do ataque à Amazônia e aos indígenas (cresceu quase 50% em 2019, em relação ao ano de 2018). Destaca-se ainda a prática recorrente de assassinato de militantes de movimentos sociais e de ativistas no campo dos direitos humanos, que se acelerou no ano 2019. Tudo isso figura como elementos que denotam que a fala do filho do presidente, e do próprio presidente, grande exaltador da ditadura militar, chamam atenção e acendem o temor de que o Brasil faça a pior escolha.

Acompanhar a trajetória do Brasil, na condição de uma cientista social, que antes de qualquer coisa é brasileira, nordestina, paraibana, e campinense, é ter consciência que em todos os momentos históricos que se precisou fazer escolhas, sempre foram feitas as piores, a longevidade do escravismo e o golpe de 1964 são exemplos emblemáticos disso, dentre tantos outros exemplos que a história deixou registrada. As escolhas são sempre as piores, porque na equação de poder da elite brasileira cosmopolita, o povo não cabe, nunca coube, e a tentativa atual é de que continue excluído dos resultados econômicos.

Então, respondendo à pergunta que intitula o presente artigo, ou seja: Com relação aos próximos lances do Governo, a pergunta que não cala é “restará algum Direito da Constituição de 1988? Se as ações de política implementadas dependerem somente da vontade do governo, não restará absolutamente nada das prerrogativas do texto constitucional de 1988. Mas, havendo reação da sociedade organizada, o projeto

em vias de aplicação terá vitória parcial, e o quanto se conseguirá aprovar da proposta, dependerá do lobby dos vários grupos e classes de interesse dentro do parlamento, considerando que o regime democrático se manterá, mesmo que fragilizado desde 2015.

Como educadora de uma instituição pública de ensino, que conformou toda a formação como economista em universidades públicas, e mais, como brasileira, que nasceu no Nordeste, e dentro do Estado da Paraíba, sinto-me decisivamente impelida a não calar diante de tudo que vem acontecendo, e de tudo que poderá vir a acontecer. Lembro de todos aqueles que nunca se calaram, ao longo da trajetória de injustiça social carregada durante toda a história do Brasil, mais especificamente irei lembrar de Celso Furtado, que jamais desistiu de lutar por um Brasil mais justo e homogêneo socialmente, que jamais deixou de denunciar os arranjos desprovidos de virtuosidade, que a elite econômica constrói com a classe política, a fim de sustentar o projeto antipovo que insiste em se manter. Gostaria de concluir o artigo em pauta, chamando atenção para uma das contribuições que Celso Furtado propiciou, acerca da condição de subdesenvolvimento do Brasil. Segundo o referido autor destacou, não há solução para a questão econômica do Brasil, se não for equacionado o problema social, ou seja, ambos são dois lados de uma mesma moeda.

Concluo o texto inquieta e preocupada com o ano de 2020, que contará com o menor orçamento da história do Brasil, num contexto de elevado desemprego e degradação econômica e social.

GAAACE

*Grupo de
Acompanhamento e
Análise da Conjuntura
Econômica*